

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SOLANGE GIL DE AZEVEDO

O canto de resistência de mulheres negras: vozes que ecoam transformação
social

Maringá - PR
2021

SOLANGE GIL DE AZEVEDO

O canto de resistência de mulheres negras: vozes que ecoam transformação social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC-UEM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Sociedade e Políticas Públicas.
Orientadora: Dra. Zuleika de Paula Bueno

Maringá - PR
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

A994c	<p>Azevedo, Solange Gil de</p> <p>O canto de resistência de mulheres negras : vozes que ecoam transformação social / Solange Gil de Azevedo. -- Maringá, PR, 2021. 136 f.: il. color., figs.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Zuleica de Paula Bueno. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.</p> <p>1. Evaristo, Conceição - 1946. 2. Mulheres Negras - Resistência. 3. Feminismo. 4. Ciências Sociais. I. Bueno, Zuleica de Paula , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 305.42</p>
-------	---

SOLANGE GIL DE AZEVEDO

O canto da resistência de mulheres negras: Vozes que ecoam transformação social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA


Prof.^a. Dr.^a. Zuleika de Paula Bueno
Universidade Estadual de Maringá - Presidente


Prof.^a. Dr.^a. Meire Mahias
Universidade Estadual de Maringá (UEM)


Prof.^a. Dr.^a. Maria Nilza da Silva
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Aprovada em 21 de junho de 2021

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 – PGC

*Dedicado às mulheres negras: àquelas oprimidas, silenciadas,
invisibilizadas, insubmissas que resistiram e resistem ao
racismo, machismo e o capitalismo e com suas vozes ancestrais
ecoam transformação social em todos os espaços sociais.*

AGRADECIMENTOS

Início estes agradecimentos saudando Exu mirim pela visita triunfante em um sonho antes mesmo de iniciar o mestrado. Gratidão por abrir caminhos e pelas lindas palavras escritas em letra de mão em um pedaço de papel com a seguinte mensagem: “siga seu coração e continue defendendo o que você acredita”.

A mamãe Oxum, a rainha da água doce que guia meus caminhos, enche-me de energia, criatividade, inspiração, sonhos e me fez intolerante às injustiças sociais. Assim como as águas dos rios, hora calmaria, hora correntezas que desaguam em cachoeiras de grandes quedas e seguem rumo ao infinito. Confesso que foi nas águas de OXUM que eu achei morada!

A minha mãe Ilda Pereira de Azevedo, principalmente a minha mãe irmã, amiga, ativista e intelectual Salete Gil de Azevedo a quem me mostrou os caminhos mais sensatos a seguir na vida, a que me encheu de afeto e com toda a sua sabedoria ancestral fez de mim quem sou, um corpo feminino negro, consciente e insubmisso no mundo.

Agradeço a todos os integrantes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (Neiab) e do coletivo negro Yalodê-Badá, protagonistas responsáveis pela conquista das cotas raciais na Universidade Estadual de Maringá. Além disso, agradeço aos atores sociais do Movimento Negro e de Mulheres negras da diáspora que possibilitam as atuais conquistas do nosso povo, nossa ocupação nas universidades públicas, inclusive produzindo ciência a partir de uma perspectiva epistemológica negra, sobretudo feminista negra, como um ato político e como forma de resistência as opressões de raça, gênero e classe.

A Rosangela Cardoso, feminista e ativista negra, que me conectou com Conceição Evaristo e à obra *Insubmissas lágrimas de mulheres*, lágrimas escrivinhadas que me encorajaram a encarar as violências sobre meu corpo desde o dia do meu nascimento e que deixaram feridas que aos 38 anos ainda sangravam. Posso dizer que, por meio da escrivivência, tive a oportunidade de expurgá-las, para curá-las, e, em meio a dor ao lembrá-las, escrivivendo, resisti para não mais sangrar.

Gratidão a professora negra Maria Nilza da Silva, doutora integrante da banca, pois a sua análise crítica possibilitou que eu seguisse o caminho de nossas ancestrais e desse atenção às vozes feministas negras brasileiras.

Agradeço a prontidão da educadora e doutora negra Marivânia Conceição Araújo, pelo carinho e atenção a este trabalho e por fazer parte da minha jornada intelectual dentro da UEM, espaço de poder de pouco acesso às mulheres negras.

Também, a professora doutora e orientadora Zuleika Bueno, mulher branca parceira na luta antirracista, antimachista e antihomofóbica e que acreditou em mim, na potência de minha escrita e desta pesquisa.

A educadora e doutora Meire Mathias, mulher branca e feminista comprometida com a construção de novas narrativas decoloniais na academia e que, com todo afeto e senso crítico, contribuiu com esta pesquisa e encorajou-me a extrair de mim o melhor da minha intelectualidade.

Gratidão a todas as amigas, todos os amigos e todes que torceram e tanto torcem por mim nesta jornada de conhecimento e luta contra as opressões interseccionais, sejam elas (es) da infância, do ensino médio, da academia, dos bares da vida, andanças e do ambiente de trabalho. Por isso, pessoas que carrego dentro do peito e partilho de muito afeto, amor e torço pelas suas conquistas.

Por fim, e não menos importante, a professora metra Juliana Costa consultora e revisora textual, mulher negra, ativista e intelectual a quem fez as correções textuais, normas da ABNT em especial usou do seu senso crítico para fazer perguntas relevantes levando-me a refletir e buscar mais conhecimento sobre os caminhos teóricos da pesquisa. Seus questionamentos e orientações foram fundamentais para que eu caminhasse com minhas reflexões, interpretações, entendimento e escrita não como uma verdade absoluta, mas sim como uma produção de conhecimento de mulher negra que fala de mulheres negras e dialoga com pesquisadoras, ativistas e demais intelectuais, negras para além dos muros acadêmicos.

Eterna gratidão aos saberes de minhas ancestrais e das mulheres negras da diáspora!

OBRIGADA AXÉ.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Núcleo Social Papa João XXIII.....	55
Figura 2: demolição da catedral de Maringá.....	56
Figura 3: Construção das casas de um projeto social de habitação do Núcleo Social Papa João XXIII – Maringá- PR.....	56
Figura 4: casas de um projeto social de habitação – Maringá- PR.....	56
Figura 5: casas com as pinturas feitas pelas moradoras e moradores – Maringá- PR.....	57
Figura 6: Ama de leite, a mãe preta é a imagem de controle da mulher negra.....	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Jornada de trabalho Intelectual.....	11
Descoberta, inquietação, indignação e ação.....	11
Consciência, auto definição, ação	19
Eu, escrevivência, insubmissas lágrimas.....	34
Caminhos metodológico, luta, resistência e saberes ancestrais.....	39
CAPÍTULO I: Escrevivendo as Opressões Raça, Gênero e Classe.....	52
Do quarto de despejo ao meu lugar de fala.....	52
Ubuntu, sou porque somos.....	55
Olhos D'Água de Oxum	58
O cheiro da memória.....	62
Esperanças perdidas.....	63
O Sol há de brilhar mais uma vez.....	64
Insubmissa Lágrimas de Mulheres Negras.....	68
Tire seu sorriso do caminho quer passar com a minha dor.....	70
CAPÍTULO II: Escrevivência por Sobrevivência.....	75
A voz insurgente de Maria da Conceição Evaristo de Brito, da favela para o mundo: vida e obra.....	77
Gênese da escrita de Conceição Evaristo.....	74
Conversando com a Escrevivência: a escrita de nós.....	80
Insubmissas lágrimas de mulheres: corpo meu, corpos nossos que resistem.....	87
CAPÍTULO III: Conhecimento intelectual das Mulheres Negras.....	93
Interseccionalidade: Opressões a Caminho da Insubmissão.....	96
Aprendendo a transgredir com o Feminismo Negro.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	118

O canto de resistência de mulheres negras: vozes que ecoam transformação social

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é introduzir dentro das ciências sociais a escrevivência da literata Conceição Evaristo enquanto uma possibilidade metodológica analítica que permite produzir conhecimento na perspectiva das mulheres negras, além de contribuir com a teoria social crítica feminista negra, bem como apresentar as principais formas de resistências utilizadas por mulheres negras para sobreviver às opressões interseccionais e dar visibilidade a essas vozes protagonistas e que são insubmissas às opressões de raça, gênero e classe. Desse modo, a hipótese desta pesquisa é que a experiência de vida de mulheres negras pode ser contada por meio da escrevivência, assim, possibilita identificar em suas vivências as estratégias cotidianas de resistência para sobreviver em uma sociedade alicerçada no racismo, machismo e classismo. Logo, é uma pesquisa qualitativa que utiliza como principal técnica a história de vida a partir da escrevivência. Por fim, entre as considerações finais, apresento alguns fatores relevantes que justificam o método analítico, a escrevivência como um instrumento potente para a propagação do pensamento feminista negro, um dos projetos de transformação social da teoria social crítica.

Palavras-chaves: Escrevivência. Pensamento Negro Feminista. Ciências Sociais.

El canto de resistencia de las mujeres negras: voces que se hacen eco de la transformación social

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es introducir dentro de las ciencias sociales la escritura de la Conceição Evaristo literaria como una posible metodología de análisis que permita producir conocimiento desde la perspectiva de las mujeres negras, así como contribuir a la teoría social crítica feminista negra, y presentar las principales formas de resistencia utilizadas por las mujeres negras para sobrevivir a las opresiones interseccionales y dar visibilidad a estas voces protagonistas e insumisas a las opresiones de raza, género y clase. Así, la hipótesis de esta investigación es que la experiencia vital de las mujeres negras puede ser contada a través de la escritura, lo que permite identificar en sus vivencias las estrategias de resistencia cotidiana para sobrevivir en una sociedad basada en el racismo, el machismo y el clasismo. Por lo tanto, se trata de una investigación cualitativa que utiliza como técnica principal la historia de vida a partir de la escrituravivência. Por último, entre las consideraciones finales, presento algunos factores relevantes que justifican el método analítico, la escritura-vida como un poderoso instrumento para la propagación del pensamiento feminista negro, uno de los proyectos de transformación social de la teoría social crítica.

Palabras clave: Escrituravivência. Pensamiento feminista negro. Ciencias Sociales.

INTRODUÇÃO

Jornada de trabalho Intelectual ¹

Descoberta, inquietação, indignação e ação

As mulheres negras no Brasil, historicamente, foram relegadas aos porões da subalternidade e há séculos têm tido os seus direitos negados. Ainda, sofrem todo tipo de exclusão, violência, preconceito, discriminação e exploração decorrente do impacto causado em seus corpos femininos e negros pelas opressões² de raça, gênero e classe, heranças das estruturas dominantes escravagista, patriarcal e capitalista³, arraigada no imaginário social do país.

Além disso, pesquisas realizadas nos últimos anos por órgãos brasileiros como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional e O Plano nacional de Educação (INEP), Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (2015), Mapa da Violência, IFOPEN, Amostra de Domicílio do ano de 2016 (PNAD 2016), Síntese de Indicadores Sociais (SIS - 2017) mostram que 53% da população brasileira é preta e parda⁴, sendo que mais de 50% são mulheres e 27% mulheres negras. Mesmo representando um pouco mais da metade da população feminina, as mulheres negras ocupam o último lugar da escala social, apresentam baixo nível de escolaridade, trabalham mais e ganham menos, têm pouco acesso a leis trabalhistas, maior dificuldade ao matrimônio e são as que mais sofre com a violência doméstica e obstétrica, além de terem os maiores índices de desemprego, menos chances de contratação, pouca oportunidade de crescimento no mercado de trabalho e morrerem mais cedo. Portanto, as mulheres negras estão mais expostas à miséria, à pobreza, às violências física, psicológica e sexual, à precariedade de atendimento nos serviços assistenciais, previdenciários, educacionais e de saúde, isso pelo fato de serem mulheres e, principalmente, por serem negras.

¹ Utilizo o termo utilizado por Patrícia Hill Collins (2019) e que define como ativismo intelectual, ação política que deu origem a obra de Pensamento Feminista Negro. A autora, denomina como ativistas intelectuais, todas as mulheres negras que, de algum modo, contribuíram e/ou contribuem para a construção do pensamento feminista negro como teoria social crítica. O conceito é resultado do processo de luta autoconsciente em nome das mulheres negras, independentemente da localização social em que o trabalho acontece, transcendendo os muros acadêmicos.

² Opressão é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade. Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras constituem as principais formas de opressão (COLLINS, 2019, p. 33).

³ A obra de *Angela Davis Mulheres, raça e classe* é uma das precursoras nos Estados Unidos na discussão sobre esses sistemas e como essas opressões se dão sobre corpos femininos negros.

⁴ Base de classificação do IBGE, pretos e pardos é o equivalente à população negra do país.

Dados estatísticos da SIS 2017 mostram que 45,4% da população brasileira é branca (brancos e amarelos) e 54,6% da população é negra (preta e parda). Mesmo sendo maioria no país, 78,5% dos negros e negras estão expostos a todo tipo de opressões. Conforme PNAD (2016), o rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas brancas foi aproximadamente 45% maior do que o das pessoas negras. Inclusive, os homens negros ganham metade daquilo que homens brancos recebem. No caso das mulheres negras, esse ganho é ainda menor, já que representa 75% do que o homem negro recebe. Ademais, o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional e O Plano Nacional de Educação (INEP) apontam que na última década o Brasil tem incluído no sistema educacional, de maneira desigual, crianças brancas e negras. Isso acontece desde os primeiros anos de estudo e se propaga, tanto no ensino superior, como também na educação dos filhos, quanto maior for a escolaridade dos pais, maior tende a ser o progresso dos filhos nos estudos. Logo, a educação é um dos fatores determinantes mais expressivos para a mobilidade social, educação e renda, uma vez que estão interligadas, quanto maior o nível educacional melhor a colocação no mercado de trabalho.

De acordo com os Indicadores socioeconômicos extraídos do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (2015), PNAD, IBGE, Mapa da violência, UFOPEN, de 55,6 milhões de brasileiras negras, 41% chefiam as famílias negras, independente da presença do cônjuge, recebem salários bastante inferiores, não só aos dos homens, como em média, 58,2% da renda das mulheres brancas e, ainda assim, têm menor participação no mercado de trabalho. Nessa mesma direção, 27% das mulheres negras não possuem renda própria, o emprego doméstico é a ocupação de 18% dessas mulheres e de 10% das mulheres brancas. Entre as trabalhadoras negras, 29,3% possuem carteira assinada se comparadas a 32,5% das brancas.

Em se tratando do sistema educacional, nos últimos anos, as mulheres têm alcançado média superior aos homens e, mesmo que o índice de analfabetismo venha caindo significativamente, entre as mulheres negras os indicadores são inferiores comparados aos das mulheres brancas. Em 2016, segundo dados da PNAD, as mulheres negras apresentaram o dobro do índice de analfabetismo que as mulheres brancas. Então, negras de 15 a 17 anos de idade possuem atraso escolar em 30,7% dos casos, enquanto 19,9% das brancas, dessa mesma faixa etária, se encontram na mesma situação. No ensino superior, apenas 10% de negras concluem os estudos. Inclusive, o percentual de mulheres brancas nesse quesito é mais do que o dobro do calculado para as mulheres negras. No que diz respeito à docência em meio universitário, de acordo com Silva (2010), em todo o território nacional até o ano de 2005, no universo de mais de 23 mil mulheres professoras e com doutorado, apenas 1.563 eram negras. Dentre elas, apenas 249 possuíam doutorado.

Segundo o Mapa da Violência (2015), os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% em dez anos no Brasil, passando de 1.864, em 2003, para 2.875 em 2013. No mesmo período, o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%. Em se tratando da violência doméstica, o número de mulheres negras corresponde a 58,68% das vítimas. Conforme Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), a cada três mulheres presas, duas são negras, num total de 37,8 mil detentas, quantidade que se elevou em 545%, entre 2000 e 2015. A partir de dados do Ministério da Saúde (2014), 62,8% das mulheres negras são vítimas de morte materna⁵, 62,2% de violência obstétrica e 61% de estupro.

As opressões presentes na vida da população feminina negra as mantêm historicamente na base da pirâmide social e a exclui de espaços de poder, por exemplo, em meios de produção de conhecimento como na academia, na ciência, na literatura, em meio político e ocupando cargos de lideranças no mercado de trabalho. Segundo dados estatísticos do Pnad (2018), embora mais de 50% da população feminina se autodeclararem negra, apenas 10% têm ensino superior, em meio político, representam apenas 2% do Congresso Nacional e menos de 1% na Câmara dos Deputados. No que tange aos cargos de lideranças no mercado de trabalho, equivalem a menos de 1%. De acordo com Djamila Ribeiro (2018, p.76) “[...] o machismo e o racismo são elementos estruturantes dessa sociedade, de modo que nenhum espaço estará isento dessas opressões”. Desse modo, o fator cor/raça, quando cruzado ao fator sexo/gênero, determina o *status quo* das mulheres negras, em como a sua posição socioeconômica, política e cultural no país.

É importante frisar que estudos, realizados pela socióloga Sueli Carneiro, para retratar a situação da mulher negra no Brasil na década de 1980, intitulado *Mulher Negra* no período de 1975 – 1985, e por Lélia Gonzalez, na década de 1970, *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*, embora em períodos distintos, foi constatado nessas pesquisas que as mulheres negras apresentam os piores indicadores socioeconômicos do país, o que envolve o setor da atividade econômica / ocupação, a renda e a educação (CANEIRO, 2019; GONZALEZ, 2020).

É incontestável as opressões presentes na vida da população negra e que é intensificada sobre os corpos femininos negros em toda a história do país, desde o período colonial, pós-colonial e que persistem até na atualidade. Há décadas estudos vêm sendo realizados para explicar tal fenômeno, Lélia Gonzalez, socióloga, feminista, ativista e pesquisadora negra brasileira, ficou conhecida internacionalmente por denunciar a condição de vida das mulheres

⁵ Morte materna ocorre em razão da gestação parto ou qualquer causa correlata ou que tenha sido agravada pela gravidez ocorrendo até 42 dias após o parto ou interrupção da gravidez.

negras em um país que se constituiu na base do escravismo. Na década de 1970, em suas produções acadêmicas já nos alertava: “(...) diferentes posicionamentos teóricos vêm buscando explicar a situação da população de cor (negros e mulatos) em nosso país, na medida em que tal situação se traduz numa participação mínima nos processos político, econômico e cultura” (GONZALEZ, 2020, p.31). Para Sueli Carneiro (2019), a pobreza no Brasil tem cor e é intensificada quando é feito o recorte de gênero, assim como todas as demais opressões são sobre os corpos de mulheres negras.

O cenário apresentado é o marco inicial da escolha do tema de pesquisa e que tive acesso em 2010 já na reta final da graduação em Serviço Social, momento em que descobri a desigualdade de gênero, raça e classe, ou seja, as opressões interseccionais - estruturas dominantes que subalternizaram mulheres negras e que ainda as mantêm nessa condição imposta historicamente e a qual expõe corpos femininos negros ao preterimento, à subserviência, à objetificação, além de serem corpos estereotipados como inferiores e desumanizados, violentados, excluídos, silenciados e invisibilizados em todos os espaços sociais, em particular, em espaços de poder, a exemplo, na própria academia.

A inquietude e a indignação causada pelo meu entendimento da realidade apresentada são precursoras para a condução do presente trabalho na perspectiva das mulheres negras, a começar pela apresentação desta introdução dividida em subtópicos de acordo com minha jornada intelectual no processo acadêmico: acesso ao ensino superior e teorias sobre questões raciais e de gênero; consciência da condição de subalternidade imposta às mulheres negras no Brasil e de que sou uma mulher negra; entendimento das estruturas dominantes que oprimem corpos femininos negros – sistema interseccional; esperança por justiça social; empoderamento; ato insubmisso e criativo.

Dessa forma, a estrutura dessa pesquisa se consolida a partir de uma ação política, definido pela estadunidense Patrícia Hill Collins em sua obra *Pensamento Feminista Negro* (2019, p.11) de ativismo intelectual a qual denomina como “uma forma de trabalho criterioso, alicerçado em princípios, visando colocar o poder de nossas ideias a serviço da justiça social” e, neste momento, é apresentada de forma objetiva e adiante, ainda, nesta introdução, ganha mais detalhes. A começar pela fundamentação teórica que justifica a relevância e a viabilidade desta pesquisa a abancar da base teórica e analítica amparada pelo pensamento feminista negro, teoria social crítica criada por pesquisadoras e ativistas negras em vários países, fruto de muita luta coletiva contra o racismo, machismo e o sistema capitalista, isso enquanto ato de resistência de mulheres negras. É fundamental de início ênfase que essa teoria não é antagônica à epistemologia positivista ocidental e não nasceu, muito menos se constitui, em resposta ao

feminismo branco e tampouco é um mero desdobramento dele. Destaca-se também, o fato de que este trabalho não tem como pretensão abarcar e nem mesmo se aprofundar em todas as discussões acerca do pensamento feminista negro, em especial críticas sobre o feminismo branco, epistemologia eurocêntrica nem mesmo ao movimento negro. Não ignorando a importância dessas discussões, no momento oportuno indicações de leituras serão apresentadas.

Posto isso, diante de um conjunto de conceitos e metodologias produzidas e compartilhados por mulheres negras daremos ênfase a articulação teórica de opressões de gênero, raça e classe, ou seja, interseccionalidade. Esse termo foi apresentado enquanto conceito nos Estados Unidos em 1989 pela jurista Kimberlé Crenshaw e criado devido ao fato de que as experiências e reivindicações intelectuais de mulheres negras eram ignoradas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento negro. De acordo com Akotirene (2018):

A interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (CRENSHAW, 2002 *apud* AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Para algumas feministas negras, a interseccionalidade é mais do que um conceito, Patrícia Hill Collins e a brasileira Carla Akotirene reconhece como metodologia analítica. De acordo com Akotirene (2018), a interseccionalidade possibilita instrumentalizar a academia a uma análise teórica que não separa estruturas dominantes como o racismo, patriarcalismo e o capitalismo por oprimir repetidas vezes corpos femininos negros nas avenidas identitárias, ponto de colisão, onde as mulheres negras são atingidas pelo cruzamento e a sobreposição de opressões de gênero, raça e classe e que denomina de modernos aparatos coloniais. Embora o usual termo de interseccionalidade, as discussões teóricas nessa perspectiva já existiam na década de 1970, no Brasil por meio de produções acadêmicas de Lélia Gonzalez e Angela Davis nos Estados Unidos.

A partir de teorias como a interseccionalidade, entre outras epistemologias feministas negras⁶, delimito o objeto de estudo desta dissertação, que se funda na base da produção intelectual de mulheres negras da diáspora africana ⁷a qual me incluo. Afinal, como já

⁶ Epistemologia feminista negra são conhecimentos especializados produzido por mulheres negras em meio acadêmico.

⁷ A travessia forçada de diversos povos africanos de suas terras de origem mais conhecido como tráfico transatlântico de escravizados, além de expor africanos e africanas a desumanização, dias e dias em alto mar dentro dos navios negreiros e logo em terra firme, integrou seus saberes, línguas, habilidades, estilos de vida, práticas

expressava Cláudia Pons Cardoso (2012, p.63) em sua tese *Outras Falas: Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras* ao citar Collins (2000, p.15), antes mesmo do seu renomado trabalho *Pensamento Feminista Negro* ser traduzida no Brasil, “ninguém nasce intelectual ou se torna uma por ganhar um título”. Ainda, segundo Cardoso, considera-se intelectual toda a mulher negra que, de algum modo, contribuiu ou ainda contribui para a construção do pensamento feminista negro como teoria social crítica. Assim, essa teoria, atravessada pelo conhecimento coletivo, articulado por mulheres negras e por considerar as mais variadas formas de saberes dessas, vai para além dos muros da academia. Por conseguinte, esses saberes estão relacionados às múltiplas experiências relacionados a práticas cotidianas ancestrais de resistência presente nas histórias de vida de mulheres negras em busca de sobrevivência. Então, pode-se dizer que são atos políticos insubmissos às opressões de gênero, raça e classe, os quais existem mediante relações afetuosas e solidárias entre mulheres negras, os seus familiares e com a comunidade, até mesmo, em meio acadêmico e/ou via movimentos sociais. Nesse sentido, essa teoria social crítica feminista negra, se consolida por uma longa e rica tradição, produção intelectual produzida por mulheres negras no cotidiano e na maior parte do tempo de forma oral desde que foram sequestradas de seus países de África e escravizadas

religiosas, culturais, formas diversificadas de se organizar politicamente e contribuiu para a construção da diáspora africana nas Américas e no mundo. Esse fenômeno histórico e social, conforme pesquisadora e Coordenadora Técnica do Gabinete da Fundação Cultural Palmares, Lorena de Lima Marques: foi um processo que envolveu migração forçada, mas também redefinição identitária, uma vez que estes povos (*balantas, manjacos, bijagós, mandingas, jejes, haussás, iorubás*), provenientes do que hoje são Angola, Benin, Senegal, Nigéria, Moçambique, entre outros, apesar do contexto de escravidão, reinventaram práticas e construíram novas formas de viver, possibilitando a existência de sociedades afro-diaspóricas como Brasil, Estados Unidos, Cuba, Colômbia, Equador, Jamaica, Haiti, Honduras, Porto Rico, República Dominicana, Bahamas, entre outras. Ao embarcar nos navios negreiros, jejes, iorubás e tantos outros, eram obrigados a deixar para trás sua história, costumes, religiosidade e suas formas próprias de identificação. Passavam, então, a ser identificados pelos traficantes com base nos portos de embarque, nas regiões de procedência ou por identificações feitas pelos traficantes. Neste contexto, na diáspora, novas configurações identitárias iam surgindo: bantus (povos provenientes do centro-sul do continente), nagôs (povos de língua iorubá), minas (provenientes da Costa da Mina). Além destes, crioulos (escravizados nascidos na América) e, em um contexto de fim da escravatura, afrodescendentes (Lorena de Lima Marques, 2018, s/p). Pode-se dizer que o Atlântico é um divisor de águas para a construção da diáspora africana, mesmo que nossos ancestrais tenham deixando muitas histórias em terras africanas, nos mais diversos países de origem, muitas novas histórias foram construídas em novos mundos múltiplos, mesmo que, alicerçado na escravagismo e a base de intensas lutas e resistências. Longe de descrever aqui a história da África e de nossos ancestrais a partir do período escravagista e muito menos como se suas histórias começassem dentro de um túmulo, trazemos as águas salgadas como marco da diáspora africana. O documentário *Rostos Familiares Lugares Inesperados: Uma Diáspora Africana Global* - 2018 produção da cineasta e antropólogo cultural Dra. Sheila S. Walker retrata a realidade de mais de 11 milhões de africanos e africanas destituídos compulsoriamente de sua terra natal e que hoje se encontram não só na América, mas também, em todo o mundo. Entre os 300 anos dos 500 de história das modernas Américas, em meio de 6,5 milhões de pessoas que fizeram a travessia pelo Atlântico, apenas 1 milhão eram europeus, os demais, originários de África a partir da prática desumana do comércio de vidas humanas, famoso tráfico de escravos (WALKER, 2018). Saiba mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=g1BceelJIRo>

no Brasil, a exemplo, por meio da música, poesia, vivências, conversas cotidianas e contação de história.

É importante dizer que essa perspectiva teórica confronta a estrutura dominante acadêmica e intelectuais negras que produziram e ainda produzem conhecimento especializado nesse viés, sobretudo nas ciências sociais, são silenciadas e invisibilizadas, dessa forma, brasileiras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro e nos estados unidos Patrícia Hill Collins e bell hooks. Ainda, essas vozes insubmissas contribuíram e, ainda contribuem, com o pensamento feminista negro e as suas produções acadêmicas, assim como também de outras feministas, ativistas e pesquisadoras negras, possibilitam justificar e viabilizar a presente pesquisa.

Seguindo a essência do pensamento feminista negro, conecto a discussão a mais uma voz feminina negra insubmissa, entretanto da literatura, a intelectual Maria da Conceição Evaristo de Brito, escritora, romancista, poeta e cronista que ficou conhecida para além das fronteiras brasileiras por meio de suas escrevivências. Conceição Evaristo mesmo sem pretensão alguma, deu origem ao termo *escrevivência*, conceito que está relacionado a escrita que nasce de um corpo, de uma condição, do cotidiano, das lembranças e da experiência de vida de mulheres negras. A partir disso, a história de vida escrita ao próprio punho por mulheres negras, por meio de suas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à vivência individual, porém, que leva em consideração um coletivo, “justamente para acordar os da Casa Grande de seus sonhos mais injustos” (EVARISTO, 2007).

Aliás, esse conceito, está relacionado à escrita de quem ao escrever, se inscreve a partir de quem é, de como vê o mundo, como é visto e vive. A autora utiliza sua escrita na tentativa de borrar do imaginário social a imagem submissa da mãe – preta que tanto a incomodava, por acreditar que a imagem passiva da mãe preta não representava a verdadeira história de nossas ancestrais. Dessa forma, a escrevivência de Evaristo pode ser considerada como um ato de resistência da própria autora. Afinal, como diz hooks (2020), onde há opressão, há luta e resistência. Diante do exposto, o problema instaurado e que me proponho a responder é o seguinte: é possível produzir teoria social crítica nas ciências sociais utilizando a escrita e vivência das mulheres negras? A escrevivência é ou pode ser uma ferramenta metodológica utilizada dentro das ciências sociais para contribuir com o pensamento feminista negro?

Nesse sentido, a metodologia analítica utilizada é a escrevivência e que direciona a pesquisa cujo objetivo geral estabelecido é introduzir dentro das ciências sociais a escrevivência da literata Conceição Evaristo como uma possibilidade metodológica analítica que permite produzir conhecimento na perspectiva das mulheres negras. Além disso, os objetivos

específicos consistem em: contribuir com a teoria social crítica dentro das ciências sociais por meio do pensamento feminista negro; apresentar a partir das experiências as formas de resistências utilizadas por mulheres negras para sobreviver as opressões interseccionais; dar visibilidade às vozes das intelectuais negras protagonistas na insubmissão às opressões de gênero, raça e classe. Decerto, o aparato teórico e analítico que viabiliza a pesquisa é a produção de conhecimento produzido por mulheres da diáspora negra em torno da interseccionalidade, alicerce teórico para a existência do pensamento feminista negro, o que possibilitou os resultados obtido, assim como será apresentado mais adiante.

Toda a estrutura do trabalho foi pensada e construída levando em consideração as particularidades, as subjetividades presentes na vida de cada mulher negra, as diversas formas de ser mulher negra, afinal, não somos lineares e homogêneas, somos heterogêneas, complexas, diversas e plurais, embora em nossas experiências existam pontos em comuns relacionados ao desafio cotidiano de resistir e sobreviver às opressões interseccionais alicerçadas no racismo, machismo e classismo. Destaca-se que estruturas dominantes que oprimem e violentam dia a dia, nós mulheres da diáspora africana, independentemente de onde nossos corpos femininos negros estejam alocados, sentem dor, sangram, tem fome, são assassinadas, invisibilizadas, silenciadas, resistem, clamam por liberdade, tem saberes, produz conhecimento, tem esperança, lutam por dignidade, isto é, para serem reconhecidas e tratadas enquanto seres humanos, sonham com dias melhores e ecoam justiça social. De início, respeitando as particularidades de quem produz esta pesquisa em primeira pessoa - EU, parte integrante do objeto de estudo o qual se constitui enquanto sujeita e não objeto, visto que é parte integrante de um coletivo de milhares e milhares de intelectuais negras, também sujeitas protagonistas, detentoras de saberes e aptas a produzir teoria social crítica dentro das ciências sociais.

Procurei respeitar minha jornada de trabalho intelectual, que para Collins (2019), está relacionada a todo o processo o qual eu vivo, escrevo, penso e falo sobre. Quando nos desafiamos a fazer trabalho político e intelectual, é necessário sermos analíticas sobre nós mesmas, requer autorreflexão sobre nossas próprias ideias, nossas práticas e nosso próprio desempenho, ninguém é mais rígida como eu mesma. Portanto, seguindo as reflexões teóricas da autora, levo em consideração no decorrer da pesquisa minhas vivências, a desenvoltura do meu corpo em movimento e da minha escrita, a forma que o texto e a linha de raciocínio consolida no cotidiano, minha percepção de mundo e as estratégias de sobrevivência, ações políticas no processo intelectual que começa desde quando eu nasci e a partir de minhas experiências enquanto ser humano, mulher negra de pele clara, periférica, trabalhadora, filha pais não brancos, descendentes de povos escravizados e indígenas, de baixa escolaridade e

trabalhadores braçais, terceira filha de quatro irmãos, nascida e vivida em uma cidade sulista, provinciana, branca, cristã e elitista, que é Maringá no estado do Paraná. Isso porque, para as mulheres negras “(...) as vivências e experiências também, são constitutivas da intelectualidade e, portanto, a forma como resistimos e desafiamos as lógicas opressoras devem ser conhecidas e reverberadas para que sirvam de inspiração” (BUENO, 2019, p.37).

Todas as particularidades de minha experiência de vida, conectada a outras produções de saberes de mulheres negras, permitiu a materialidade deste trabalho acadêmico. Então, é uma pesquisa concebida enquanto um ato político, uma forma de resistência ao denunciar as opressões interseccionais e revelar o protagonismo das mulheres negras em busca de sobrevivência no cotidiano. Por isso, ao entender que nossas experiências de vida têm muito a nos revelar a partir do nosso corpo feminino e negro em movimento, bem como que pensa, age, senti, vê, fala, poetiza, canta, escreve e resiste historicamente em uma sociedade racista, machista e de classe.

Nesse trabalho, apresento para a academia outras formas de produção de conhecimento e que têm sido produzidas para além dos muros das universidades e dou visibilidade a produção teórica de pesquisadoras negras as quais a academia insiste em silenciar e invisibilizar, mesmo correndo o risco de questionamentos embasados em narrativas universais, fruto de estruturas dominantes hegemônica que determina quem entra na academia, quem detém os saberes, quem está apto a produzir ciência e o que é ciência. E como já dizia Lélia Gonzalez, na década de 1970, o lixo vai falar e numa boa, e complemento, por si, por nós, de si, de nós e para todos que compactuam com uma sociedade mais justa e igualitária, antirracista, antimachista e antihomofóbica, com saberes, povos e culturas múltiplas, diversas e plurais.

Consciência, autodefinição, ação

Minha infância e adolescência foram marcadas pela pobreza, falta de moradia, alimento, violência física, sexual, psicológica e pela presença do alcoolismo na vida de meu pai. Morava em um bairro da cidade, desde os meus 10 anos de idade, onde era muito comum o uso de drogas, acesso ao tráfico, não concluir o ensino fundamental e/ou médio, o trabalho doméstico, gravidez na adolescência, casar cedo e ser violentada pelo parceiro. Sempre tive como referência minha irmã mais velha, até mesmo porque foi ela quem me criou desde os seus 7 anos de idade, pela ausência da minha mãe, na tentativa de garantir o sustento da família, e a ausência de meu pai, pelo uso abusivo de álcool e o machismo. “Mulheres negras utilizam uma

série de estratégias para solapar as instituições opressoras. Como mães de sangue ou de criação em redes familiares centradas nas mulheres, elas cumprem um papel fundamental para a produção cultural de matriz africana” (STEADY, 1981 apud COLLINS, 2019, p. 341). Minha irmã, mãe e amiga sempre dizia que podíamos ter um futuro diferente dos nossos pais e de nossos vizinhos, muitas vezes, eu desacreditava nela, talvez, pela intensidade da violência presente em nossas vidas. Contudo, decidi seguir os seus conselhos e dei sequência aos estudos. Como diz Audre Lorde em *Irmã Outsider*, citada por Collins (2019, p. 211), “(...) uma consciência transformada encoraja as pessoas a mudar as condições de sua vida”.

Apesar dos desafios ao acesso à educação, por influência da minha irmã que já estava cursando Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá, comecei a sonhar com o ensino superior. No ano de 2007, aos meus 24 anos, por meio de políticas de ações afirmativas⁸ no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva⁹, Programa Universidade Para Todos - Prouni tive a oportunidade de ser inserida na universidade, mesmo que privada. Ouso dizer que sem essa política pública provavelmente eu não teria acessado esse espaço de poder, não tinha condição financeira alguma em pagar um curso superior e a universidade pública fechava suas portas ao exigir determinado capital cultural daqueles que não tem acesso a uma educação básica de qualidade, que não nasceu rodeado de livros, mas sim rodeados de palavras e lutam dia a dia para garantir a sobrevivência.

O fato de ter nascido e crescido em um meio social excludente e violento, sem sombra de dúvidas, influenciou minha escolha no curso de Serviço Social e, também, no último ano da graduação, em 2010, aguçou minha curiosidade em identificar fatores determinantes que levam indivíduos a romperem com ciclos repetitivos de exclusão, violência e marginalidade. A historiadora Stephanie J. Shaw em pesquisa sobre profissionais negras no período de leis

⁸ A partir da década de 70, com o surgimento do Movimento Negro Unificado, suas lideranças passaram a denunciar, para toda a sociedade, a desigualdade racial histórica imposta ao povo negro, no Brasil. Mas, é na década de 90 que o Movimento Negro se fortalece ganha reconhecimento internacional e, com o apoio de outros Movimentos Sociais, o Estado reconhece a necessidade de intervir com políticas públicas de ações afirmativas no combate ao racismo, sexismo e classismo. Portanto, para combater os efeitos da discriminação racial, desigualdade social e de gênero, foram criadas políticas de Ações Afirmativas no final da década de 90, entretanto implementadas e intensificadas a partir de 2003 com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Saiba mais em: JOSÉ, Jorge de Carvalho. - A POLÍTICA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR: Ensaio descritivo e analítico do Mapa das ações afirmativas no Brasil (2012). CARVALHO, José Jorge de. A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil. Brasília: INCT, 2016. 119 p.

⁹ O governo Lula foi essencial para a inclusão de pessoas pobres e negras dentro das universidades, seja por meio de políticas públicas de ações afirmativas de cunho social ou racial. Essas políticas são responsáveis pela nossa ocupação desses espaços de poder, mesmo que ainda predomine a elite brasileira e toda sua estrutura seja excludente. Conforme Carneiro (2011, p. 19), em linha de continuidade, e acrescido das propostas organizadas no documento “Brasil sem Racismo”, o presidente Lula aprofundou esse compromisso com a erradicação das desigualdades raciais. Pode se dizer, no entanto, que seu primeiro mandato se caracterizou por gestos simbólicos de grande envergadura e tibieza na implementação das medidas concretas de promoção da igualdade racial.

segregacionistas nos Estados Unidos, descreve escolhas profissionais de mulheres negras em Serviço Social e inquietude sobre as exclusões vividas como ética do individualismo socialmente responsável (SHAW, 1996 apud COLLINS, 2019).

Para a que eu pudesse buscar compreender teoricamente os ciclos repetitivos de exclusão social que assolam a sociedade, na graduação, era preciso delimitar o meu objeto de pesquisa e, conversando sobre os meus anseios com um professor, fui orientada a entrevistar duas mulheres negras que viveram a pobreza na pele e estivessem ocupando lugares de prestígio na cidade de Maringá. Inicialmente, não entendia o porquê da necessidade em ser duas mulheres negras, mal sabia que a pobreza tinha alguma relação com o sexo e, muito menos, com a pele, ou melhor, com a cor da pele. Aliás, primeiro, eu não sabia até o momento que eu era uma mulher negra; segundo, que a população pobre, as maiores vítimas de violência e, conseqüentemente, o público da assistência social no Brasil tinha cor e sexo, ou seja, descobri que a desigualdade social é uma desigualdade de gênero e raça, logo determina a classe social dos brasileiros (as), sobretudo da mulher negra. O trabalho acadêmico *Gênero e raça na sociedade brasileira* publicada no início dos anos 2000 por Carneiro (2019, p. 156) nos auxilia na compreensão:

Após a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1988, a população negra foi integrada à sociedade; ela permaneceu discriminada, à margem das mudanças estruturais que ocorreram na economia. “O Brasil Republicano cioso por sua inserção na ordem capitalista, vinculado ao pensamento europeu e teorias racistas, alimentava uma perspectiva, onde a política de imigração torna-se central ao desejo da elite em recuperar seu passado europeu”. As ofertas de emprego no mercado de trabalho continuaram restringindo a participação da mulher negra, e esta via-se obrigada a trabalhar como mucama, ama de leite, dama de companhia ou então prostituindo-se, aproveitando-se de sua disseminada fama de “boa de cama”.

Descobri, também, que o racismo a brasileira é tão latente e destrutivo que faz com que nós povos descendentes de pessoas escravizadas não tenham acesso a história dos nossos ancestrais, a nossa história, que não nos reconheçamos enquanto povos da diáspora negra e que rejeitemos nossas origens e nossa negritude ou sequer saibamos a nossa identidade. Carneiro (2011, p.63 - 65) em sua obra *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*, denuncia que, “(...) a nossa identidade se definiria pela impossibilidade de defini-la”, assim como nossa "identidade étnico e racial é fenômeno historicamente construído ou destruído”. Assim, são resquícios do sistema escravocrata e suas políticas discriminatórias e excludentes para a população negra. Ainda, Carneiro (2011, p. 64) explana que:

Vem do tempo da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de estágio mais avançado de ideal estético humano; acreditava-se que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento. Aqui, aprendemos a não saber quem somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verde herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam.

Contudo, até então, não sabia os porquês dessas opressões e muito menos porque eram intensificadas sobre corpos femininos negros, por isso, foi quando me desafiei a buscar respostas, embora houvessem alguns entraves. A primeira dificuldade foi encontrar referenciais teóricos dentro do Serviço Social. Eu praticamente não tive acesso a produções acadêmicas na área durante a graduação, por essa razão me orientaram a recorrer às ciências sociais. Então, o meu anseio por respostas me colocou frente a mais um desafio: ler, interpretar e compreender o linguajar e a subjetividade acadêmica presente nas obras dos autores (as) das ciências sociais. Várias vezes pensei em desistir. Parecia que eu estava lendo qualquer outra língua, menos o português. Dessa forma, cheguei a me sentir incapaz de entender aquelas palavras rebuscadas, teorias e mais teorias, pensava que este lugar não fosse um lugar para alguém como eu, afinal “eu não nasci rodeada de livros, e sim rodeada de palavras” (EVARISTO, 2004). O terceiro desafio foi conciliar trabalho e estudo, tempo hábil para ler obras e mais obras complexas sobre esse universo teórico.

Para nós, que viemos da periferia, nossa maior necessidade é sobreviver e isso implica em garantir a morada, o alimento, luz, água e o mercado de trabalho. Quando conseguimos acessar é o que garante nossa sobrevivência, isso porque, nos negam direitos sociais e humanos há séculos. Acerca disso, também declara Carneiro (2011, p.15):

É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por longo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, econômica e social os recém-libertos. Na base dessa contradição perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos: a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos.

Ainda que meu tempo para os estudos fossem limitados, minha curiosidade e interesse pelo assunto possibilitou avançar com a pesquisa. Assim, foi quando tive contato com

discussões que permeiam as questões raciais e de gênero no Brasil,¹⁰ como as teorias raciais, a democracia racial, política do branqueamento, patriarcado, a intersecção de gênero, raça e classe e a luta do Movimento Negro¹¹ e feminista¹² no desmascaramento do racismo no país e no protagonismo da criação de algumas políticas de ações afirmativas antirracistas e antimachistas. Ao ter acesso a essas discussões, em especial produzidas por negros e negras, pude entender melhor e ampliar o meu olhar sobre a desigualdade social que permeia a vida da maioria dos brasileiros e brasileiras, sobretudo o público atendido pelo Serviço Social, nas mais diversas políticas públicas e, principalmente, compreender que o sistema capitalista não dá conta de justificar o fato da população negra, em especial, as mulheres negras estarem na base da pirâmide social historicamente. Até mesmo porque a desumanização do sistema escravocrata se estruturou na inferioridade dos povos africanos, ou seja, no racismo e intensificando as opressões nos corpos de nossas ancestrais, decorrentes do sistema patriarcal, ao inferiorizar as mulheres. Enfim,

Sociologia e economia são áreas que vêm consolidando uma nova percepção sobre a importância das desigualdades sociais no Brasil, tornando variável estrutural para a compreensão e superação do problema social do país. Apesar disso, as ideologias - o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classe - têm em comum, portanto, a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas. (CARNEIRO, 2011, p.18)

Desse modo, pude entender que a estruturas dominantes racista, patriarcal e capitalista agem juntas sobre corpos femininos negros e essa estrutura interseccional cumpre exatamente o seu papel de oprimir, excluir, explorar e dominar ao impor, historicamente, às mulheres negras a condição de subalternidade. Ainda, entendi que a subalternidade das mulheres negras não é um lugar e sim uma condição imposta, produto da interseccionalidade das desigualdades de gênero, raça e classe, heranças históricas de estruturas dominantes escravocrata e patriarcal que

¹⁰ Sobre as discussões pertinentes que permeiam as questões raciais e de gênero no Brasil na perspectiva das mulheres negras ver: CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma Vida; GONZALEZ, Lélia: Por um Feminismo Afro Latino Americano. Obras que reúnem artigos centrais das autoras, anos de pesquisa sobre raça, gênero e classe.

¹¹ O Movimento Negro em suas mais variadas expressões nos possibilita desacreditar no que contaram para nós, num viés pautado na branquitude, é um movimento em direção ao rompimento com a ideologia racista. A mulher negra, por exemplo, reivindica estar na mesa de tomada de decisões, não quer mais seguir apenas na função de limpar essa mesa. O aspecto educacional do Movimento Negro, nos aproxima do conhecimento, e conhecimento liberta e empodera" (MEDINA, 2019, p.18) <http://sites.uem.br/neiab/revista-neiab/artigo-10.pdf>

¹² Sobre feminismo ver: HOLLANDA, Heloisa Buarque. Explosão Feminista: Arte, cultura, política e universidade. Companhia das Letras. SP. 2019.

expôs corpos femininos negros a todo tipo de opressão desde que foram sequestradas de seus países de África e escravizadas no Brasil colônia. Tal condição se perpetuou no período pós-colonial, além de estar explícito na contemporaneidade, e a teoria permite compreender que a nossa subalternização não está dissociada a realidade social e, justamente, por isso, precisa ser confrontada e superada nas diversas frentes de luta, seja via movimentos sociais de resistência seja a partir de produção teórica epistemológica crítica.

E, por falar em produção teórica, nesse processo de tentar identificar os motivos pelos quais as mulheres negras sofrem todo tipo de opressão, deparei-me com algumas narrativas na ciências sociais que chamaram a minha atenção, entre elas a de Gilberto Freyre¹³, descendente dos primeiros portugueses colonizadores, escritor mais premiado da história do país e que em *Casa Grande Senzala*¹⁴ (1933), narra uma cena do período colonial, ao dizer que: o português foi misturando-se gostosamente com as mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços, dando origem ao processo de miscigenação no país e consequentemente a novas características físicas de mulheres de cor, ou seja, “morenas e mulatas de olhos pretos, com uma beleza exótica, tipo delicioso de mulher”. Não somente, “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar; ditado em que se sente, ao lado convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata” (FREYRE, 1933, p.74).

Em contrapartida, também deparei com outras narrativas, de escritoras, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro que contrapõe o olhar masculino, branco, cristão, o olhar do colonizador, o olhar do dominador que ao narrar sobre a história da mulher negra no Brasil naturaliza a violência contra os seus corpos, inferiorizam-nas e as colocam na posição de objeto. Gonzalez (2020), em *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher* confronta as teorias do pensamento brasileiro como o de Freyre que viam o processo de miscigenação do país como algo positivo. Para a autora, “na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’ (mito da mulata) etc. e tal” (GONZALEZ, 2020, p.14-15). Em consonância, Carneiro (2019) aponta que:

¹³ Gilberto, Freyre, é conhecido como “ideólogo oficial das relações raciais no Brasil, chega a apontar para a formação de uma meta-raça brasileira, escamoteando, desse modo, a questão geral da discriminação e, em particular, a exploração sexual da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, P.33).

¹⁴ Uma das obras disseminadoras da democracia racial sobretudo produzida dentro das ciências sociais. Há quem diga que contribuiu e ainda contribui positivamente para o pensamento social brasileiro, entretanto para as mulheres negras é uma teoria racial que reforça a inferioridade da população negra no Brasil, em especial os estereótipos negativos atribuídos historicamente às mulheres negras.

São suficientemente conhecidas as condições históricas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral, e das mulheres negras em particular. Sabemos que em toda situação de conquista e dominação de um grupo humano sobre o outro é a apropriação sexual das mulheres, do grupo derrotado pelo vencedor, que em toda situação de conquista e dominação de um grupo humano sobre o outro é a apropriação sexual das mulheres, do grupo derrotado pelo vencedor, que melhor expressa o alcance da derrota. É a humilhação definitiva que é imposta ao derrotado e um momento emblemático de superioridade do vencedor (CARNEIRO, 2019, p. 150).

Para a autora, tais práticas opressoras no Brasil contra os corpos de negras e também indígenas são estupros coloniais vividos por essas mulheres com frequência e disseminado no imaginário social de maneira naturalizada e romantizada “[...] desde a origem de todas as construções da identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça presente em nossa sociedade”. Ainda, ressalta as palavras de Angela Gilliam, ao definir tal relação:

A grande teoria do esperma da formação nacional” através do qual, segundo Gilliam: 1 o papel da mulher negra na formação da cultura nacional é rejeitado; 2 a desigualdade entre homem e mulher é erotizada; e 3 a violência sexual contra as mulheres negras é romantizada (CARNEIRO, 2019, p.151, apud GILLIAM, 1996, p. 54).

Abdias do Nascimento em *O genocídio do negro brasileiro* (2016), informa que o Brasil “herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão” (NASCIMENTO, 2016, p. 73). A situação de exclusão e desamparo vivenciada, ainda, nos tempos atuais, pela mulher negra no Brasil, a expõe ao abuso sexual praticado pelo homem branco e tal situação foi denunciada ousadamente e publicamente no *Manifesto das Mulheres Negras*, apresentado ao Congresso das Mulheres Brasileiras realizado na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1975:

As mulheres negras brasileiras receberam uma herança cruel: ser o objeto de prazer dos colonizadores. O fruto deste covarde cruzamento de sangue é o que agora é aclamado e proclamado como “o único produto nacional que merece ser exportado: a mulata brasileira”. Mas se a qualidade do “produto” é dita ser alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso (NASCIMENTO, 2016, p. 74).

É notável a diferença de olhares e percepções sobre a relação de exploração e dominação do senhor da casa grande com a escravizada da senzala quando o narrador é o colonizador, o opressor, e, quando é o oprimido (a), a mulher negra ou o homem negro. Não que seja uma regra, dentro das ciências sociais existem autores (as) brancos (as) que produzem teorias críticas antirracista, antimachista e antidecolonial. Trago como exemplo essas narrativas no sentido de internalizar como práticas colonizadoras estão presentes dentro das ciências sociais e reforçam a inferioridade da mulher negra, assim como os estereótipos negativos atrelados aos nossos corpos arraigados no imaginário social. Por isso, em seus estudos Carneiro (2019, p.156) afirma:

No decorrer do século XX, persiste essa visão que limita a mulher negra a ser destinada ao sexo, ao prazer, as relações extraconjugais. Para as mulheres negras, consideradas como destituídas destes atrativos, reserva-se a condição de “burro de carga”. Esta é a definição de gênero/raça, instituída por nossa tradição cultural colonial, para mulheres negras brasileiras, que além de estigmatizar as mulheres em geral ao hierarquizá-las do ponto de vista do ideal patriarcal de mulher, introduz contradições no interior do grupo feminino.

Esses corpos negros, historicamente, carregam consigo estereótipos negativos que determinam a condição subalterna imposta as mulheres negras na sociedade de classe, visto que normalmente nossas imagens estão atreladas às figuras da empregada doméstica, da babá, da “mulata ferosa”. Ainda, é improvável que esses rótulos sejam vinculados à imagem da mulher branca, mesmo que pertençam à mesma classe social. Década de 1970, Gonzalez já dizia “(...) sou negra e mulher. Isso não significa que sou mulata gostosa, a doméstica escrava ou a mãe preta de bom coração. Escreve isso aí, esse é o meu recado para a mulher preta brasileira” (GONZALEZ, 1984, s/p). Então, essas imagens atreladas a corpos femininos negros são conhecidas também como imagens de controles e estão vinculadas a matriz de dominação, conceitos presentes nas discussões do *Pensamento Feminista Negro* de Collins (2019) e muito bem abordado por Winnie de Campos Bueno (2019, p. 81-82) em sua dissertação *Processos de Resistência e Construção de Subjetividades no Pensamento Feminista Negro: Uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, And The Politics Of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle*:

A dominação ideológica pelos grupos dominantes a partir das imagens de controle adquire significados específicos para mulheres negras a partir das opressões interseccionais de raça, gênero, idade, classe e sexualidade. A relação maternidade, por exemplo, é o centro de várias imagens de controle, uma vez que a relação das mulheres negras com suas filhas constitui frequentemente o primeiro momento de elaboração de autodefinição de

mulheres negras. Logo, constituir estereótipos negativos a respeito de mães negras é útil para a manutenção dos privilégios das elites dominantes. Collins descreve imagens de controle específicas, de forma pormenorizada, a partir de como elas foram historicamente utilizadas para suprimir de mulheres negras a possibilidade de acesso às justiça sociais, as instituições, ao poder de nomear suas próprias experiências e a cidadania. A partir das imagens de controle formam-se políticas e comportamentos institucionais que estabelecem barreiras estruturais nos mais variados campos, consolidando o status de pobreza e precariedade desse grupo. A estratégia de dominação utilizada pelas elites, portanto, perpassa a disseminação das imagens de controle, que acaba culpabilizando as mulheres negras pela situação socioeconômica desigual em que vivem. Ao manipular as narrativas a respeito do cotidiano dessas mulheres, os grupos dominantes criam pressupostos que têm por objetivo silenciar e imobilizar as lutas e estratégias que as mulheres negras articulam para sobreviver ao cenário de injustiça social.

Toda a discussão a qual tive acesso no trabalho de conclusão de curso no final da graduação, inquietou-me, quanto mais eu estudava e aprendia sobre os sistemas opressores, mais eu queria aprender e mais eu ficava angustiada, revoltada e com ânsia de fazer algo. Entretanto, após esse intenso processo de descoberta e compreensão das estruturas dominantes e do meu corpo em movimento nesse mundo racista, sexista e classista, conclui a graduação e, em busca de sobrevivência no ano de 2011, fui trabalhar em uma empresa privada onde resisti tendo acesso as necessidades básicas, entre elas, o pão de cada dia, meu e da família, mas também, fechei-me em um egocentrismo, medo e sentimento de incapacidade em dar sequência aos estudos acadêmicos, acreditava que não fosse um lugar para o meu corpo transitar.

Dessa maneira, percebi que embora o sentimento de inferioridade e incapacidade tomassem conta, as teorias estudadas me tornaram consciente dos preconceitos e da discriminação que violenta a vida da população negra, das mulheres negras, quando é retirado as vendas de nossos olhos, o olhar do colonizador, olhar do opressor. Entretanto, quando isso acontece, os olhos oprimidos que, muitas vezes, lacrimejaram pelas mesmas opressões estudadas, passam a ver nitidamente as injustiças sociais. Esse olhar crítico, sensível apto para enxergar práticas interseccionais ao acessá-las, possibilita-nos ter consciência de nossa história, nossas origens, a ter esperança, assim nos prende a uma angústia, ódio, frustração e dor por compreender como se dão as relações de poder na sociedade e visualizar como é latente os seus resquícios estruturais que, até hoje, acorrentam corpos femininos negros às opressões cotidianas. Como nos convida bell hooks (2020, p.141), é urgente e necessário refletir e compreender o elo de ligação que se dá entre o racismo, o machismo, o classismo e a disseminação do conhecimento “para que sejam criticamente conscientes e socialmente ativos”.

Além da consciência adquirida com o processo descrito, passei alguns anos vivendo o conforto, a dignidade que um dia me foi negada, vivi como nunca antes, tive acesso a alimentos, luz, água, morada, uma boa cama para dormir, lazer, cultura e certa calma, até viagens de avião rolaram. Apesar do privilégio em ter acessado uma vida mais digna após o diploma universitário, no período de três anos de conclusão da graduação, incomodava-me o fato de estar vivendo uma vida melhor sabendo que milhares e milhares de meus irmãos e irmãs da diáspora tinham os seus direitos negados. Ainda, angustiava-me estar presa no meu mundo em silêncio e não contribuir de alguma forma com o meu povo. Tinha tido acesso a saberes libertadores, teorias críticas que abordavam narrativas não colonizadoras capazes de nos libertar da negação de nossa identidade, resgatar nossa ancestralidade, sobretudo, possibilitar termos consciência das opressões arraigadas sobre corpos negros. Vez em quando me pegava pensando: são tão poucas mulheres negras que tem acesso ao ensino superior e, menos ainda, as que têm acesso a teorias críticas, e eu sendo uma mulher negra oriunda da periferia e que rompeu com a subalternidade não deveria fazer algo? Não deveria eu partilhar aprendizado com outras pessoas? Não deveria eu fazer algo pela população negra, pelas mulheres negras, pelas minhas irmãs da diáspora? Como poderia contribuir com o meu povo, com um futuro melhor para as gerações futuras?

Em 2014, no período de eleições presidenciais, o país foi tomado por uma onda conservadora, as narrativas de intolerância e preconceito contra as minorias dia após dia intensificaram e cada vez mais incomodavam. Esse ano eleitoral foi o marco do meu ato de rebelar, isto é, externalizar os meus anseios por justiça social. O país escancarou o discurso preconceituoso, conservador, misógino, homofóbico, xenofóbico, racista, machista e classista, os quais me tiraram da zona de conforto ao ponto de discutir com o dono da empresa em que eu trabalhava. A discussão aconteceu quando compartilhei em minha rede social uma matéria em defesa do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, meu patrão, o homem branco, hétero, cristão e da elite teve a ousadia em dizer as seguintes palavras "têm que acabar com isso, os melhores entram em universidades públicas e os ruins fazem FIES e é nós que pagamos a conta". A minha voz silenciada há anos em busca de sobrevivência ressurgiu e indignada responde: "os melhores ou os mais privilegiados? Porque enquanto os melhores passam a vida inteira estudando em escolas privadas com a mesa farta os "ruins" tem que madrugar e servir vocês para garantir o pão de cada dia, e com o lombo surrado e o estômago sustentado por migalhas se quiserem estudar precisam encarar as salas de aula após um dia árduo". Desde o período pós-abolição, essa era a realidade população negra, sobretudo da mulher negra, segundo Gonzalez:

[...] nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significa que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até à noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo (GONZALEZ, 2020, p. 40).

Por causa de narrativas como a do sinhozinho que,¹⁵ ainda, são latentes no imaginário social e o fato de eu ser consciente da realidade de meu povo, de suas lutas por sobrevivência pela ausência de direitos humanos e sociais, que, em nome de minhas ancestrais, recusei o silêncio. Embora minha ousadia, assim como a do opressor, não fiquei desempregada, muito menos me arrependi de minha fala, pelo contrário, por esses e outros comentários e opressões recorrente em meu cotidiano que resolvi acessar uma universidade pública e continuar desafiando o status quo imposto às mulheres negras, ousei, mais uma vez, e fui ocupar o mesmo espaço que a branquitude elitizada e privilegiada ocupa e fala por nós e de nós a partir da lente do colonizador. Como diz Gonzalez (1984), tornar-se uma mulher negra significa tomar consciência e assumir o seu papel como protagonista na luta contra o machismo e contra o racismo e, além disso, construir uma resistência ao desejo do embranquecimento, que se espera do negro brasileiro e à subserviência, a qual se deseja no mundo feminino.

Então, o meu ingresso na universidade pública teve um processo, comecei participando de alguns eventos e discussões dentro da Universidade Estadual de Maringá - UEM até o meu ingresso de fato. Em 2016, iniciei a especialização *História da África e Cultura Afro-brasileira, Práticas Docentes, Relações Raciais e a Aplicação da Lei 10369/03*¹⁶ na UEM, articulada pelo NEIAB e realizada pelo departamento de Ciências Sociais. Momento em que aprofundi os meus conhecimentos sobre as questões raciais e pude conhecer outros negros e negras que partilhavam das mesmas aflições, dores e vivências cotidianas. Até então, me sentia literalmente só, um corpo estranho no mundo, incompreensível nos espaços branco, racista, machista, cristão e elitista que dia a dia deslegitimava minhas narrativas e colocava-me na posição de negra raivosa, neguinha ousada e revoltada, a defensora dos pobres e oprimidos, assim diziam nos espaços que eu transitava.

¹⁵ Sinhozinho remete ao homem branco colonizador, o senhor da casa grande.

¹⁶ Acesse a Lei 10369/03 na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

Tive, também, a oportunidade de conhecer fortes representatividades femininas negras como Dandara, Teresa de Benguela, rainha africana Nzinga, Benedita da Silva, Dona Ivone Lara, Leci Brandão, Lélia Gonzalez, Maria Carolina de Jesus, Djamila Ribeiro e Angela Davis e pude me conectar com a história de luta e resistência das minhas ancestrais, a história do meu povo, a história a mim e a nós negada, a história que liberta e que me libertou do sentimento de que eu não estava só nesse mundo buscando autodefinição, um ideal, mesmo tomada de muita angústia e revolta com as opressões interseccionais latentes em nosso país e presente em nossas vidas. Aqui, compreendi a necessidade de novas narrativas, a importância de contar a nossa história, a de nossas ancestrais, não pelo olhar do colonizador e sim sob a ótica da mulher negra escravizada e de suas descendentes colocadas à margem, relegadas aos porões da subalternidade.

Esse momento marca o rompimento com o termo morena clara e foi quando passei a me identificar como mulher negra, apesar de que nessa altura já entendia que não era o correto, optava por não usar para não me expor a discussões que me colocava em situação desconfortável com os racistas de plantão que sempre procuravam deslegitimar minha negritude, os mesmos que insistiam em me chamar de neguinha safada, baiana arretada, morena gostosa de beleza exótica, entre outros termos pejorativos que objetifica meu corpo e os corpo de mulheres negras de pele clara e/ou com traços menos negroides no país. Eram assim que eles me liam e tratavam o tempo todo e eu já sabia os porquês. Carneiro havia me avisado em nosso encontro passado (2019, p. 153):

A mulher negra será retratada como exótica, sensual, provocativa. Enfim, com fogo nato; tais características chegaram a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada exclusivamente ao prazer sexual. Inicialmente, colonizadores e camadas religiosas mantiveram relações sexuais com índias e, posteriormente, negras escravas devido à escassez de mulheres brancas, com as quais constituíram suas famílias legítimas. Argumenta-se que foi a necessidade a razão inicial pelo qual as diferentes etnias que chegavam ao então Brasil Colônia começaram a misturar-se. Entretanto, mesmo com a vinda das mulheres brancas, as esposas oficiais, essa prática não foi posta de lado.

Sobre a minha compreensão dessa realidade e cultura opressora, posso dizer que ao tomar consciência da minha negritude, das opressões histórica que oprimem o meu corpo e também outros corpos negros que se resistem e se indignam, me empoderei e agi, assim como muitas mulheres negras vem fazendo no país e no mundo, nos espaços sociais mais diversos. Aproveito e trago, para contribuir com a reflexão desse processo de transformação, a letra da canção composta pela sambista Nina Rosa:

*Na rua me chamam de gostosa
 O gringo acha que eu nasci pra dar
 No postal mais vendido em qualquer loja
 Tô lá eu de costas contra o mar
 Falam que meu cabelo é ruim
 É bombril, toin-oin-oin, é pixaim
 O olhar tipo porta de serviço
 É um míssil invisível contra mim
 Sou crioula
 Neguinha, mulata e muito mais, camará!
 Minha história
 É suada igual dança no Ilê
 Ninguém vai me dizer o meu lugar
 Sou Zezé, sou Leci
 Mercedes Baptista, Ednanci
 Aída, Ciata
 Quelé, Mãe Beata e Aracy
 Pele preta nessa terra
 É bandeira de guerra porque vi
 Conceição, Dandara
 Pra matar preconceito, eu renasci
 (Nina Rosa - Para Matar Preconceito¹⁷)*

A jovem sambista Nina Rosa, carioca e atuante na cultura popular brasileira, na narrativa descrita acima, oferece com muita precisão o suporte para refletirmos sobre a relevância desta pesquisa. Enquanto mulher negra é necessário empunhar como bandeira de luta um canto de indignação que denuncie a discriminação vivenciada por negras no Brasil, assim como vem fazendo milhares de mulheres negras da diáspora, algumas já citadas e outras que ainda serão também sujeitas protagonista nesta pesquisa. Por meio do samba, Nina dialoga com o mundo denunciando a erotização da mulher negra, sua objetificação, por isso, ergue a sua voz negra ancestral para cantar/narrar a seu modo a sua história e a de outras Ninas e Rosas, opõe-se a posição de objeto e coloca-se enquanto sujeita insubmissa no enfrentamento ao preconceito. Sueli Carneiro (2019) salienta que o combate ao racismo precisa ser uma prioridade política para nós mulheres negras. Desse modo, “o ecoar da voz da mulher negra é, para além da demarcação de um lugar de fala, é um modo de resistência” (ARAÚJO; SILVA; SILVA-REIS, 2019, p.2).

Nesse sentido, as mulheres negras por séculos vêm rompendo com os paradigmas e ocupando novos espaços sociais, políticos, culturais e econômicos na sociedade. De mulheres subalternizadas a protagonistas de suas próprias histórias, as mulheres negras levantam como

¹⁷ Ouvir a canção em: <https://www.youtube.com/watch?v=pwBI78cFf1o>

bandeira de luta um canto de indignação que denuncia a discriminação vivenciada por negros e negras. Contudo, o sistema interseccional é tão visceral que nos violenta dia a dia em todo e qualquer espaço social. Seja pela nossa condição de subalternidade a nós confinada no imaginário social, ou seja, pelo estranhamento de nossos corpos ocuparem espaços que não foram confiados a nós, os quais somos excluídas e deslegitimadas como é o caso acadêmico. De acordo com Collins (2019, p. 181), “*para as mulheres negras, resistir fazendo algo que “não se espera” delas não é possível se não a rejeitassem*”.

Na Ciências Sociais, podemos citar como exemplo Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro que apesar da importância da produção acadêmica de ambas, sobretudo nas discussões de gênero e raça, permanecem sem a devida atenção. Assim, como a história de vida de muitas mulheres negras, as suas trajetórias são marcadas pelas opressões de gênero, raça e classe e, mesmo rompendo paradigmas colonizadores, acessando uma universidade ou produzindo ciência, são silenciadas e invisibilizadas. Ainda, o que suas trajetórias também têm em comum é que ergueram as suas vozes para denunciar e combater o preconceito e discriminação causado pelo sistema interseccional e são reconhecidas fora do Brasil pela luta e por contribuírem com a teoria social crítica feminista negra na América Latina. Enfim, “para além de simplesmente ocupar espaços, é necessário um real comprometimento em romper com lógicas opressoras” (DAVIS, 1981 apud RIBEIRO, 2016, p.12).

Lélia Gonzalez, ao sentir na pele o que é ser mulher e negra e ter acesso às discussões raciais em meio político e universitário, tornou-se insubmissa dentro da academia, com o seu conhecimento intelectual e habilidades acadêmicas denuncia o racismo, sexismo e o classismo sustentado por ideologias hegemônicas de dominação, machista, branca e europeia no mundo (RATTS; RIOS, 2010). Dessa forma, a antropóloga foi uma das intelectuais que dedicou boa parte da sua vida discutindo a situação da mulher negra no Brasil. E o seu anseio era desenvolver um pensamento crítico que elucidasse os fatores socioculturais que contribuíram com a situação de desigualdade de raça, sexo e classe, lutando e resistindo, conseguiu. Gonzalez marca uma geração de ativistas, feministas e pesquisadoras negras no país, a sua história e produção crítica acerca da subalternidade imposta a mulher negra na sociedade brasileira é reconhecida no interior da militância feminista negra e influenciou outras mulheres negras, por exemplo, a fundadora do Instituto da Mulher Negra, Geledés, Sueli Carneiro (RATTZ; RIOS, 2010, p.100). Posso dizer que a autora me influenciou também. Como afirma Lorde (1984) “uma massa crítica de indivíduos com consciência transformada pode, por sua vez, promover o empoderamento coletivo das mulheres negras” (LORDE, 1984, p. 112 apud COLLINS, 2019, p. 211).

Vozes e escritas insubmissas teorizando dentro da academia, como a de Gonzalez e a de Carneiro, se encontram com outras vozes e escritas insubmissas para além das fronteiras brasileiras. No livro *Mulheres, raça e classe* (1981), de Angela Davis, traduzido no Brasil em 2016 por Djamila Ribeiro, a autora estadunidense concilia as regras acadêmica e a militância e se opõe à neutralidade científica, assim destaca que é importante pensarmos em um novo modelo de sociedade a partir da intersecção de raça, gênero e classe, já que são opressões que estruturam nossa sociedade. Destaca-se que a sua obra nos Estados Unidos marca um pensamento que se propõe a romper com as desigualdades sociais e é fundamental para compreender as diferenças de opressões, bem como as mesmas se relacionam e se cruzam. Aliás, as mulheres negras sendo as maiores vítimas dessa estrutura excludente tem um papel essencial nesse processo e foram obrigadas a entender essas opressões e olhar além do impacto que causa em suas vidas, olhar a opressão de outros grupos para contribuir com a reflexão de uma nova visão de mundo (DAVIS, 2016).

Nesse viés, a luta e a resistência de mulheres negras existem desde que atravessaram, obrigatoriamente, o atlântico, por isso, nossos passos vêm de longe e cabe a nós, mulheres negras da atualidade, contar a nossa história e contribuir com a construção de novas narrativas, a partir de nossos saberes ancestrais, nossas vivências, de como enxergamos o mundo, como sentimos, vivemos, nos relacionamos, nos vemos, como somos vistas e sobrevivemos as estruturas dominantes que nos cercam e nos violentam. Então, precisamos nos colocar enquanto sujeitas políticas dentro da academia e se desafiar a produzir ciência a partir de nossas histórias de vida, nossas vivências, nosso olhar enquanto corpo feminino negro que sofre opressões, sobretudo, que sobrevivem, resistem e anseiam pela desconstrução dos estereótipos negativos atrelados aos nossos corpos. Ainda, a estrutura acadêmica imposta insiste em nos excluir, nos inviabilizar, nos silenciar, falar por nós, sobre nós aos seus e aos nossos a seu modo a partir do olhar do dominador. Assim como Carla Akotirene (2018) em seu livro *Interseccionalidade*, eu nesta pesquisa:

Proponho cantiga decolonial por razões psíquicas, intelectuais, espirituais, em nome d'águas atlânticas. Mulheres negras infiltradas na Academia, engajadas em desfazerem rotas hegemônicas da teoria feminista e maternarem a-feto, de si, em prol de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros. (AKOTIRENE, 2018, p.15).

E, resgatando a narrativa de Lélia Gonzalez da década de 1970, assumo aqui:

o risco do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido faladas, infantilizadas (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 2017, p.225 grifo meu).

Lélia era uma ativista engajada que rompeu barreiras hegemônicas na década de 1970 e ganhou o mundo com a sua voz e escrita insubmissa em busca de melhores condições para a população negra, em especial, para as mulheres negras no Brasil e hoje a sua luta, resistência e produção intelectual, ora formal ora informal, com várias outras vozes negras insubmissas, nos permite traçar rota contrária a epistemologia ocidental que nos exclui da academia e ainda produz conhecimento a partir da objetificação dos nossos corpos. Com base no pensamento feminista negro, iremos produzir ciência enquanto sujeitas detentora de conhecimento a partir de quem somos, das nossas marcas enquanto mulher negra e usando nossa própria teoria social crítica, feminista negra que nos possibilita falar por nós, de nós, sobre nós, para nós e para todas (os) aquelas (es) que compactuam com a nossa luta e reivindica justiça social para todos os oprimidos. Como alega Collins (2019, p 43), “a identidade da teoria do pensamento feminista negro como teoria social crítica resiste em seu compromisso com a justiça social, tanto para as estadunidenses negras como coletividade quanto para outros grupos oprimidos”.

Aos opressores que insistem em nos excluir e nos deslegitimar, convidamos a conhecer essa jornada intelectual transformadora de insubmissas lágrimas que também é uma forma de produzir conhecimento. Mesmo que seja desconcertante, afinal, “abordar a teoria dessa forma desafia as ideias das elites cultas quanto o papel da teoria na manutenção das hierarquias de privilégio” (COLLINS, 2019, p. 16).

Eu, escrevivência, insubmissas lágrimas

Todo o caminho traçado até aqui, em se tratando de teoria e o período de tempo em que fui tendo acesso na minha jornada intelectual período antes de pleitear a vaga no mestrado, me possibilitou alguns entendimentos que foram essenciais para propor a presente pesquisa, como no caso a consciência sobre determinadas questões que permeiam a vida das mulheres negras, entre elas: a condição de subalternidade imposto às mulheres negras no Brasil; as marcas/estereótipos sobre nosso corpo feminino negro; as opressões interseccionais; a invisibilidade e silenciamento da história de luta e resistência das mulheres negras por

sobrevivência. Essa realidade ainda oprime corpos femininos negros em todos os espaços, inclusive dentro das ciências sociais, entretanto, são corpos que lutam e resistem ao ponto de produzirem sua própria teoria.

As mulheres negras são fontes de saberes e mesmo que tenham acesso limitado ao meio acadêmico há décadas vêm produzindo ciência nesses espaços de poder. Não é à toa que na atualidade fala-se em teoria social crítica feminista negra e/ou epistemologia feminista negra e/ou pensamento feminista negro, teorias e terminologias que não eram de meu conhecimento até o momento e que no decorrer da jornada intelectual descobri e identifiquei que seria a base teórica de análise desta pesquisa. Entendia que a produção de conhecimento era privilégio de quem acessava uma universidade pública e carregava títulos, de mestre e de doutor, detalhe, como se escreve, mestre e doutor e não também, mestras e doutoras, assim entendia.

Cheguei no pensamento feminista negro devido ao meu encontro com a escrevivência de Maria da Conceição Evaristo de Brito no ano de 2018, na UEM no curso Preparatório para Pós-graduação - Pré-Pós oferecido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros - NEIAB as (os) alunas (os) negras (os) que desejavam pleitear uma vaga no mestrado ou doutorado. Embora Conceição nunca utilizar esse termo, muito menos se identificar enquanto feminista negra.

Assim como Lélia Gonzalez é uma escritora voz insubmissa nas ciências sociais e é inspiração para a produção dessa pesquisa na perspectiva das mulheres negras, Conceição Evaristo é uma escritora e voz insubmissa na literatura brasileira e inspiração para o uso da escrevivência como ferramenta metodológica. A autora foi apresentada a mim na aula de desenvolvimento de escrita ministrada por uma professora negra, Rosângela Cardoso doutoranda em Letras. Nessa aula fiquei incumbida de ler o conto de Shirley Paixão presente no livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. Em meio a leitura fui tomada por um choro inconsolável e de muita dor que perdurou por quase uma hora. A história e as insubmissas lágrimas relatadas na vida de Shirley Paixão e no silêncio de Seni de 9 anos, filha mais velha de Shirley, por consideração que era violentada há anos pelo próprio pai, seu esposo, acionou em minha memória feridas profundas nunca cicatrizadas, violências e dores silenciadas.

Após resgatar lembranças na memória que recusava acessar, mesmo diante de muita dor e resistência precisei encará-las e a partir delas pude compreender que a história e as insubmissas lágrimas das personagens de Conceição Evaristo, Shirley e Seni era a história e insubmissas lágrimas minha, de minha mãe e irmã. O aparato teórico que tive acesso até o encontro com a escrevivência de Evaristo me levou a entender que é a história e insubmissas lágrimas de milhares e milhares de outras mulheres negras que historicamente vivenciaram e

até hoje vivenciam as mesmas opressões e que lutaram, lutam, resistiram e ainda resistem, mesmo que suas vidas sejam marcadas por subjetividades e estejam separadas pelas águas do atlântico.

Além desse encontro com a escrevivência de Evaristo e logo entender que minhas lágrimas silenciadas faziam parte de um coletivo de lágrimas silenciadas de mulheres negras e também de lágrimas insubmissas de resistência, nesse mesmo período em que estava me preparando para ocupar uma vaga no mestrado por meio do Pré-Pós, em 14 de março de 2018 aconteceu o assassinato de Marielle Franco, mulher negra, ativista, socióloga e vereadora, voz insubmissa silenciada no Rio de Janeiro. Vale lembrar que estamos indo para três anos da morte da vereadora e ainda não sabemos o nome dos mandantes do crime que silenciou mais uma voz feminina negra, por isso ainda é necessário perguntar: Quem mandou matar Marielle? E por que?

Embora quatro tiros próximos a cabeça ter levado Marielle para outro plano de vida, sua voz que denunciava as opressões na periferia, na vida da população negra e de mulheres negras no Rio de Janeiro ecoou para o mundo e mesmo após seu assassinato sua voz ainda ecoa em meio a multidões de negras e negros que lutam por justiça social e resistem as opressões interseccionais. Aproveito este momento para dizer: Marielle Franco, Presente! E citar o samba de enredo da escola de samba da Mangueira de 2019 em homenagem a intelectual e até mesmo para refletirmos um pouco mais sobre a relevância desta pesquisa na perspectiva das mulheres negras:

Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra
 Brasil, meu denço
 A Mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou
 Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está no retrato
 Brasil, o teu nome é Dandara
 E a tua cara é de cariri
 Não veio do céu
 Nem das mãos de Isabel
 A liberdade é um dragão no mar de Aracati
 Salve os caboclos de julho
 Quem foi de aço nos anos de chumbo
 Brasil, chegou a vez
 De ouvir as Marias, Mahins, Meirelles, malês

(Enredo da Mangureira 2019: História Pra Ninar Gente Grande)

Essa canção reforça sobre a importância de ouvir as histórias que as mulheres negras têm para nos contar, mediante a sua própria perspectiva e não a partir da perspectiva do outro. É sabido que, desde o primeiro momento em que as africanas sequestradas de seus países de África puseram seus pés obrigatoriamente no Brasil, além da barbárie colonial que as escravizaram, a sua história vem sendo contada pelo homem branco, colonizador, dominador, o herói emoldurado e retratado na canção, sempre em terceira pessoa, com o olhar distanciado e que objetifica corpos femininos negros, corpos subjugados pelo sistema interseccional. Assim, as narrativas eurocêntricas omitem que a vida das mulheres negras é marcada por saberes, luta e resistência, além do fato de seus corpos serem objetificados, terem suas histórias, a maior parte do tempo, contadas pelo “outro” que as silenciam e invisibilizam.

Conceição Evaristo (2007), musa inspiradora para o nome da canção, acredita que, por meio de experiências pessoais, se manifesta as experiências coletivas, ou seja, de sua comunidade. Assim como a escritora, entendo que a história da mulher negra é também a minha história. Por essa razão, considero essas vidas como parte de uma grande vivência compartilhada. É a nossa história! Assumo que toda escrita nesta pesquisa é fruto de minha experiência de vida. Vivência marcada pela recordação de dores históricas, herança do período colonial e fruto da luta diária da mulher negra em um país racista, machista e classista. Então, por sonhar com novos tempos, novas histórias e novas narrativas para a nova geração, questionar a subalternidade a nós imposta faz parte deste trabalho. Em vista disso, assim como Collins (2019, p.16), “a voz que busco hoje, é tanto individual quanto coletiva, é pessoal e política, e reflete a intersecção de minha biografia única com o significado mais amplo do momento histórico em que vivo”.

Portanto, demarco aqui o objeto desta pesquisa que se constitui enquanto *sujeita* e não objeto, a produção de conhecimento das mulheres negras que será representada por quem produz esta pesquisa, EU, sujeita de minha própria história, e em nome de um coletivo subalternizado, oprimido e excluído da academia rompo com essa condição imposta e ousa falar por nós, de nós, segundo e de acordo com as nossas e, desse modo, produzir ciência com a nossa história de vida marcada por luta e resistência em relação às estruturas dominantes, por um motivo justo, sobreviver. Como dizia Petronilha Silva (1998), “(...) as fontes mais genuínas de conhecimento sobre as mulheres negras são elas mesmas, sendo necessário que estudos que as tomem por temática, considerem seus pontos de vista de mulheres e negras” (SILVA 1998,

p. 7 *apud* CARDOSO, 2012, p. 28). Posto isso, confronto a academia e me coloco em primeira pessoa e, por isso, usarei o eu, nós, nosso e nossas. Como anuncia bell hooks (2020, p 68):

Para que possamos retirar a centralidade do outro opressor, recuperando nosso direito à subjetividade, é fundamental que insistamos em determinar como somos, sem depender de respostas colonizadoras para estabelecer nossa legitimidade. Não estamos à procura do reconhecimento desse Outro. Nosso reconhecimento parte de nós mesmos e do desejo de manter contato com todos aqueles que se unem a nós de maneira construtiva.

Assim, também, como Grada Kilomba (2019), em *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*, “aqui não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou *objeto*, mas *sujeito*. Eu sou quem descrevo minha própria história, e não quem é descrita”. Portanto, escrever se torna um ato político onde “eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e autoridade da minha própria história” (KILOMBA, 2019, p. 28). Logo, e parafraseando o samba enredo da Mangueira, citado acima, Brasil, chegou a vez de ouvir as heroínas que não estão no retrato, nossas Dandaras, Marias, Mahins, Meirelles, Malês. Gonzalez (1984), que já nos aconselhava, precisamos ver esse sistema na perspectiva das mulheres negras, nossas heroínas apagadas da história oficial, precisamos assumir o papel de sujeitas, habilitadas a elaborar nossa própria história e a partir dela produzir conhecimento. É necessário tornar-se voz insubmissa à posição de objeto, a subalternidade, invisibilidade e o silenciamento histórico a nós imposto. Segundo Collins (2019), é preciso “desafiar as imagens de controle e substituí-las pelo ponto de vista das mulheres negras, formam uma componente essencial da resistência às opressões interseccionais” (COLLINS, 2019, p. 202).

Contar nossa história apoiada à escrevivência e, com base nela, produzir teoria social crítica feminista negra, o que é um ato de resistência as narrativas dominantes, ao discurso universal acadêmico embasado na epistemologia ocidental estruturada pelo dominador, o homem branco, hétero, cristão e da elite brasileira. Assim, podemos garantir a nossa existência e sobreviver às estruturas estruturantes que nos oprimem dia a dia e deturpam nossa história. E, para garantir esse processo, é importante que criemos a nossa própria autodefinição, ou seja, que possamos transitar da opressão internalizada e imposta para uma mente livre, a qual fala a partir do eu, de suas vivências, sentimentos e conhecimento coletivo. Um processo nos leva a uma ação. Segundo Alexis DeVeaux, observa-se que existe uma:

Investigação significativa do “eu” nas obras das mulheres negras. É o “eu” em relação com o íntimo, com a comunidade, a nação e o mundo. Longe de ser uma preocupação narcisista ou trivial, posicionar o “eu” no centro da análise é fundamental para a compreensão de uma série de outras relações. DeVeaux prossegue: “Temos de entender qual é nosso lugar como indivíduo e entre cada um, antes de entendermos grupos mais complexos ou maiores (DEVEAUX apud COLLINS, 2019, p.203).

Caminhos metodológico, luta, resistência e saberes ancestrais

Anterior a definição da atual estrutura de pesquisa apresentada até chegar neste momento, o último subtópico desta introdução, a sua relevância e viabilidade, foi necessário compreender algumas questões acerca da epistemologia feminista negra, a qual retratamos na pesquisa como teoria social crítica feminista negra. Lembrando que esta introdução é parte integrante da minha jornada intelectual, e começou antes mesmo de ingressar no mestrado, inclusive, o ingresso via sistema de cotas raciais, no primeiro ano de existência desta política de ação afirmativa na UEM pelo departamento de Pós-Graduação de Ciências Sociais, mais um momento crucial do ativismo intelectual.

A começar, foi necessário entender o que é epistemologia. Cláudia Pons Cardoso em sua tese *Outras Falas: Feminismos na Perspectiva de Mulheres Negras Brasileiras*, define epistemologia como “uma teoria de conhecimento” que delinea um conjunto de pressupostos sobre o mundo social e sobre quem pode ser sujeito do conhecimento e o que pode ser conhecimento” (HARDING, 1998, p.13 apud CARDOSO, 2012 P. 67). Além disso, sobre a epistemologia, Collins (2019) complementa:

[...] investiga os padrões usados para validar o conhecimento ou o motivo pelo qual acreditamos que aquilo em que acreditamos é verdade. Longe de ser um estudo apolítico da verdade, a epistemologia indica como relações de poder determinar em que se acredita e por quê (HARDING, 1987 apud COLLINS, 2019, p. 408).

Nesse sentido, pode-se dizer que é uma palavra academicista de forte simbologia que faz jus a sua complexidade, abstração, subjetividade e é bem peculiar da ciência moderna, talvez um aparato colonial. Ainda, segundo a autora:

A ciência moderna desenvolveu métodos para adquirir conhecimentos baseados em uma leitura objetiva, racional e neutra dos dados, acreditando existir uma verdade correspondente a uma realidade a ser descoberta, recorrendo para isto à evidência empírica. Os pressupostos iluministas da ciência moderna ocidental para a produção de conhecimento determinam ainda: o sujeito do conhecimento, o conteúdo e o que é cognoscível (FARGANIS, 1997 apud CARDOSO, 2012, p. 66).

Sendo mais precisa, estamos falando de uma epistemologia ocidental positivista, que segundo Collins (2019):

As abordagens positivistas têm o objetivo de criar descrições científicas da realidade por meio da produção de generalizações objetivas. Como há grande variedade de valores, experiências e emoções entre pesquisadores, a ciência genuína é considerada inatingível, a menos que todas as características humanas, exceto a racionalidade, sejam eliminadas do processo de pesquisa. Seguindo regras metodológicas rígidas, os cientistas buscam se distanciar dos valores, interesses e emoções gerados por sua classe, sua raça, seu sexo ou sua situação específica. Ao retirar do contexto, eles supostamente assumem uma posição desimplicada como observadores e manipuladores da natureza (JAGGAR, 1983; HARDING, 1986 apud COLLINS, 2019, p. 408).

Desse modo, as abordagens metodológicas positivistas têm várias premissas que as caracterizam, entre elas:

Em primeiro lugar, os métodos de pesquisa geralmente exigem que quem a realiza tenha distanciamento de seu “objeto” de estudo, definindo quem pesquisa como um “sujeito” com plena subjetividade humana e objetificando o “objeto” de estudo. Um segundo requisito é a ausência de emoções no processo de pesquisa. Em terceiro, a ética e os valores são considerados inadequados no processo de pesquisa, seja como motivo da investigação científica, seja como parte do próprio processo de pesquisa (KELLER, 1985; ASANTE, 1987; JAGGAR, 1983 apud COLLINS, 2019, P. 409).

Se estamos falando de regras criteriosas de como produzir conhecimento e o que é conhecimento, é importante perguntar: quem as criou? Quem as validam? Existe neutralidade de fato nessa forma de produção de conhecimento? Com o respaldo de pesquisadoras negras, como Cardoso (2012), Gonzalez (1984) e Carneiro (2017), respondo sem hesitar, o homem branco, hétero, cristão, da elite, cidadão representante da cultura hegemônica, os colonizadores e que, conseqüentemente, controlam todas as estruturas dominantes a partir de seus interesses ocidentais e poder de mando. Aliás, os mesmos que escravizaram nossas/nossos ancestrais e nos colocaram à margem da sociedade, além de nos excluir da academia, são os que validam o

conhecimento, definem temáticas, os paradigmas e toda a epistemologia de pesquisa acadêmica tradicional. Como afirma Cardoso (2012, p. 73), "(...) as relações de poder são mantidas na produção de conhecimento, engendrando hierarquias entre os feminismos e as agendas políticas e principalmente, determinando sobre quem recai a autoridade de fala e a própria legitimidade da fala". De forma complementar, Ribeiro aponta que "quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado universal de ciência é branco" (GONZALEZ, 1984 apud RIBEIRO, 2017, p. 26).

Esse formato de produção de conhecimento, até a década de 1970, determinava como as mulheres negras deveriam fazer ciência, isso quando conseguiam romper com as barreiras da subalternidade e acessar uma universidade. Além do grande desafio de ocupar um espaço de estranhamento a seu corpo feminino e negro, corpo estigmatizado como inferior, assim como o seu intelecto, precisou se apropriar das técnicas academicista para legitimar suas pesquisas, sobretudo nas ciências sociais. Ou seja, mesmo que estivesse muito próximo de seu objeto de estudo ou até mesmo fosse parte dele, era preciso manter um olhar distanciado, eliminar todos seus valores, interesses, sentimentos e emoções gerados pela posição que ocupa na sociedade enquanto mulher negra, deixando prevalecer apenas a racionalidade e uma neutralidade inexistente. Collins (2019) aponta:

Esses critérios pedem que nós mulheres negras, nos abjetifiquemos, desvalorizemos nossa vida emocional, deixemos de lado nossas motivações para aprofundar nosso conhecimento sobre as mulheres negras e entretemos, em uma relação conflituosa, pessoas com mais poder social, econômico e profissional (COLLINS, 2019, p.409).

Até a década de 1970, mulheres negras como Lélia Gonzalez, no Brasil, e Angela Davis, nos Estados Unidos, entre outras, ao se atreverem a romper paradigmas, ingressando nesse espaço social de poder, para produzir ciência, precisavam dominar as regras rígidas academicista para serem legitimadas. A partir daquela década, houve um aumento de outras mulheres ocupando esses espaços e, por meio da produção de trabalhos acadêmicos no viés de gênero, raça e classe, mesmo diante de toda uma estrutura excludente imposta, conseguiram contestar as teorias eurocêntricas, então, a mesma estrutura que lhes dava legitimidade e romper paradigmas criando uma teoria que as representasse, embora, ainda, seja marginalizada dentro da academia. Como certifica Collins (2019, p.409-410):

Mulheres negras tiveram acesso a outra epistemologia, formada por padrões de averiguação de verdade amplamente aceitos entre as afro-americanas. Subjacente a uma epistemologia feminista negra há um fundamento material experiencial, ou seja, experiências coletivas e visões de mundo atributárias que as mulheres negras estadunidenses sustentaram com base em nossa história particular. As condições históricas do trabalho das mulheres negras, tanto na sociedade civil negra quanto no trabalho remunerado, estimulam uma série de experiências que, quando compartilhadas e transmitidas, tornam-se sabedoria coletiva de um ponto de vista de mulheres negras. Além disso, quem compartilha essas experiências pode acessar uma série de princípios para avaliar reivindicações de conhecimento. Esses princípios passam a integrar uma sabedoria das mulheres negras em âmbito mais geral e, mais ainda, aquilo que chamo aqui de epistemologia feminista negra (COLLINS, 2019, p.409-410).

A luta por sobrevivência de intelectuais negras, que resistiram produzindo conhecimento teórico, contrapondo a subalternidade das mulheres negras dentro da academia ao teorizar sobre a intersecção de gênero, raça e classe, possibilita, na atualidade, a existência da teoria social crítica feminista negra também conhecida como pensamento feminista negro e/ou epistemologia feminista negra e que viabiliza a produção de conhecimento na perspectiva de experiências de vida de mulheres negras. Essa fundamentação teórica permite que mulheres negras saiam da condição de objeto e passem a serem sujeitas de pesquisa. Como diz hooks (2020, p. 55), “no espaço deixado por aquele que resiste ainda há a necessidade do devir - de renovação de si mesmo”. Para Djamila Ribeiro, em seu livro *Lugar de Fala* (2017), é de suma importância e urgência o rompimento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, “[...] sejam de raça, gênero, classe para que se pudessem construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados subentendidos dentro dessa normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017, p. 43). Além disso, Grada Kilomba (2008) nos atenta para esse processo:

Essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritor/escritora “validada/o” e “legitimada/o e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (KILOMBA, 2008, p. 28).

Da mesma forma que estruturas dominantes subalternizaram, e ainda subalternizam, as mulheres negras na sociedade, bem como no meio acadêmico, sobretudo nas ciências sociais. Não é à toa que a academia é um espaço elitizado, masculino, branco, hétero e cristão e, conseqüentemente, a ciência é pensada e criada pelos mesmos paradigmas eurocêntricos, assim

imperam as narrativas epistêmicas ocidentais. Embora as narrativas universais predominarem na academia, por meio da invisibilização e silenciamento de vozes negras, há séculos têm sido questionadas por negros e negras estereotipadas, objetificadas, erotizadas, racializadas e violentadas nas mais diversas histórias cantadas, contadas e escritas, como também tem tido um aumento da produção intelectual sobre mulheres negras e produzida por mulheres negras.

Ana Cláudia Lemos Pacheco, em seu trabalho *A Trajetória de Uma Intelectual Negra: Uma Voz Subalternizada* (2011), relata que, desde as últimas décadas do século XX, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, no meio acadêmico, produzido por e sobre mulheres negras tem crescido significativamente. No entanto, “numa análise bastante realista, o reconhecimento e a legitimação das intelectuais negras nas academias brasileiras ainda continuam marginalizadas” (PACHECO, 2001, p. 5). Portanto, é perceptível o não reconhecimento, a desvalorização acadêmica da mulher negra, dado que o sexismo e o racismo sugerem que não somos capazes de ter pensamento racional, somos apenas objeto e não sujeitas aptas a produzir conhecimento (HOOKS, 1995, p. 468).

Relembramos o silenciamento e a invisibilidade de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro dentro da academia. Assim como essas intelectuais, as literatas Conceição Evaristo e Maria Carolina de Jesus, precursoras das escritivências no Brasil, também. Embora ambas as intelectuais tenham ganhado repercussão internacional, até mesmo dentro do curso de ciências sociais, mesmo assim, no Brasil, a exclusão de suas obras no cotidiano acadêmico permanece. Para bell hooks na obra *Anseios, raça, gênero e políticas culturais*:

Certamente, o fato de que muitos escritos críticos e criativos de autores negros tenham origem no âmbito acadêmico traz em si um perigo, visto que a universidade é basicamente uma estrutura politicamente conservadora que muitas vezes inibe o desenvolvimento de perspectivas diversas, novas ideias e estilos diferentes de pensamento e escrita (HOOKS, 2020, p.141).

Todavia, mesmo diante de muitas barreiras, esforços de muitos intelectuais e ativistas negros e negras em busca de confrontar e romper com as estruturas dominantes academicista ao propor novas possibilidades de produzir ciência, não sob a ótica de novas formas de produção de conhecimento, mas no sentido de levar em consideração outros olhares, outras perspectivas, outros saberes, no caso, os saberes das mulheres da diáspora negra que se materializam das mais diversas formas em suas vivências cotidianas em busca de sobrevivência.

Conforme propõe Collins (2019), ao invés de observarmos os fenômenos sociais presentes na vida das mulheres negras por meio da objetividade, ao tentar distanciar do objeto

de pesquisa, porque não se aproximar, nos encantar, porque não tentarmos emaranhar dos acontecimentos, estar presente nas vivências cotidianas. A autora lança luz da própria experiência de vida da mulher negra, seja ela intelectual ou não, independentemente de onde estiverem, estejam nos Estados Unidos, onde é campo de pesquisa da autora, ou até mesmo para pensar as experiências da mulher negra na América Latina (COLLINS, 2019).

Posto isso, na atualidade, as novas gerações de descendentes de africanas escravizadas vêm produzindo ciência a partir de uma teoria social crítica feminista negra. É imprescindível trazer à tona novas narrativas e usar uma abordagem teórica a partir do ponto de vista e vivências de mulheres negras, como ato político, forma de resistir ao denunciar às práticas dominantes que deslegitimam e invisibilizam nossos saberes e silenciam nossas vozes e histórias. Segundo Cardoso (2012):

[...] à reflexão e à valorização de experiências responsáveis por manter a existência da mulher negra, apesar de todas as adversidades, ao longo da história, a explicar as experiências através de epistemologias alternativas para fazer emergir o lado afirmativo do comportamento assertivo das mulheres negras, ao invés de recorrer à teoria, frequentemente elaborada pelas epistemologias dominantes do mundo moderno ocidental branco, cristão e androcêntrico presas ao culto da feminilidade definida pela cultura patriarcal (CARDOSO, 2012, p. 290).

Em conformidade, pensar em feminismo negro é falarmos de uma teoria social crítica especializada que leva em conta os interesses e pontos de vistas de suas criadoras, as mulheres negras da diáspora, dotadas de saberes ancestrais e que tem produzido conhecimento desde a sua existência, antes mesmo de serem retiradas de seus países de África e separadas pelas águas sangrentas do atlântico em detrimento do tráfico negreiro para uma colonização com base no escravismo. Segundo Ribeiro (2017):

Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção de intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitas e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistência e reexistências (RIBEIRO, 2017, p.16).

É importante ressaltar que essa teoria não é antagônica à epistemologia positivista ocidental e não nasceu, muito menos se constitui, em resposta ao feminismo branco e tampouco é um mero desdobramento dele. Para hooks (2019, p. 13), “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Todavia, não é o suficiente para garantir

igualdade e justiça social à todas as mulheres, até mesmo, por isso, optei em dar ênfase ao pensamento feminista negro. É uma teoria que apresenta pensamentos dinâmicos e criativos de mulheres negras para além dos muros das universidades, incluindo outras formas de produção de saberes, a exemplo a história oral, a música e a literatura. Segundo Winnie Bueno (COLLINS, 2016 apud BUENO, 2019, p. 33), as “suas primeiras contribuições teóricas são marcadas por uma defesa das experiências das mulheres negras como possibilidade teórica, crítica e metodológica para a sociologia do conhecimento”.

O pensamento feminista negro, em especial a obra de Patrícia Hill Collins que se conecta com outras vozes e escrita negra, e o meu encontro com a escrevivência de Conceição Evaristo por meio do conto de Shirley Paixão em *Insubmissas lágrimas de mulher*, em atividade de escrita na aula do Pré-Pós, foi o que me levou a definir a metodologia desta pesquisa. Além de se constituir a partir da minha trajetória de vida escrevinhada por mim mesma e a escrevivência / trajetória de vida de Conceição Evaristo, autora do conceito de escrevivência. Em aula transmitida online para o curso de Letras para a PUC Rio no dia 15 de setembro de 2020¹⁸, segundo a literata:

A autora assume que sua escrita está definitivamente comprometida com a existência, ela nos brinda com uma obra contaminada por uma angústia coletiva, testemunhada da opressão de classe, gênero e raça, mas porta voz da esperança de novos tempos. (EVARISTO, 2020)

Diante do exposto, para a análise da pesquisa, foi realizada com base em fontes bibliográficas e audiovisuais: livros, capítulos, artigos, teses e dissertações, revistas, sites, entrevistas, filmes, músicas, documentários e, decorrente do fato desta dissertação ter sido elaborada no período de pandemia e novas estratégias aprendizagens foram necessárias, lives eventos, aulas e bate papos on-line.

Ainda, a estrutura eurocêntrica, que permeia o meio acadêmico ao determinar quem entra na academia, quem produz ciência e o que é conhecimento científico, exclui as mulheres negras e os homens negros desses espaços. Por causa disso, foi utilizado trabalhos acadêmicos produzido por pesquisadoras da diáspora negra: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Ana Figueiredo, Carla Akotirene, Conceição Evaristo, Maria Carolina de Jesus e Angela Davis, bell hooks e Patrícia Hill Collins, Audre Lorde, Grada Kilomba, além de outras/outros intelectuais e ativistas negras(os) como Abdias Nascimento, os quais hoje possibilitam a nós, nova geração de negros e negras, a produzir ciência na perspectiva

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ygdWIoo8lps>

epistemológica negra, essencialmente, focamos na produção intelectual de mulheres negras, até mesmo por ser nossa sujeita de pesquisa.

Também, utilizamos da produção de conhecimento produzida para além dos muros acadêmicos, como músicas negras, por expressar as formas de resistência contra as opressões interseccionais. Segundo Maíra Neiva Gomes (2017), desde o continente Africano, a música se faz presente, marcando o tempo de trabalho coletivo dos africanos e africanas e era um meio de transferir conhecimento de geração a geração. Acredita-se que a música negra seja um dos instrumentos culturais mais relevantes para a formação da identidade negra e de resistência ao escravismo. Desse modo, saberes foram produzidos e compartilhados pelos povos da diáspora africana em meio às plantações de algodão dos Estados Unidos, nos canaviais do nordeste brasileiro ou nas minas subterrâneas do sudeste do Brasil. As narrativas cantadas enquanto estratégias de sobrevivência, forma de aquilombar-se e aliviar a dor das vivências de meus ancestrais ao sonharem com a liberdade, com a volta à terra natal, amada África (GOMES, 2017). Posto isso, uso, neste trabalho, letras de samba e blues, entretanto, não me limitei a produções estritamente femininas, deixei a mente livre para acessar na memória as lembranças e a trilha sonora que minha mente inquieta e criativa fosse acionar, assim na escrita e na canção se embalar.

É relevante ressaltar que o presente trabalho ganhou outros rumos. No projeto de pesquisa, eu havia proposto identificar a presença das opressões interseccionais e do feminismo negro nas trajetórias de história de vida de 6 ativistas negras de Maringá do Estado do Paraná. Analisaria 3 narrativas de história de vida oral e 3 narrativas de escriturabilidade. Duas entrevistas foram realizadas e transcritas, entretanto, sem intenção alguma, a pesquisa caminhou naturalmente para o modelo atual, por influência da produção de conhecimento das intelectuais negras, em especial Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Audre Lorde, bell hooks e Patrícia Hill Collins, que me guiaram para este novo caminho. Aliás, essas autoras acreditam que para contar a história de vida de mulheres negra, sendo uma, é preciso começar a contar a sua própria história. Como diz Collins (2019, p.14), "(...) é importante que cada um de nós aprenda a escrever sua própria história, em vez de embasar-se em um único livro que retrata todas as nossas histórias”.

Outro fator relevante que interferiu e deu novos rumos para a pesquisa, mesmo não sendo intencional, foi uma de minhas vivências constrangedoras, ao presenciar uma irmã negra ser alvo do racismo no mestrado, de modo sutil, mas que não passou de um ato racista. Após o estudante branco do curso ler trinta páginas escritas por uma mulher negra pedagoga, que se prontificou em seu trabalho a denunciar o racismo dentro das escolas e identificar a efetividade

da coordenação da equipe multidisciplinar na aplicabilidade da Lei 10369/03, uma escrita marcada por práticas racistas dentro da escola, ao seguir o protocolo da atividade, teve a coragem de dizer que leu e não entendeu nada, absolutamente nada e que o texto tinha problemas de português, a exemplo de vírgulas. Pergunto: como uma pessoa lê trinta páginas que fala sobre racismo dentro da escola e se atenta a vírgulas e diz não entender nada? O que leva um indivíduo a agir assim?

Maria Carolina de Jesus ficou conhecida em mais de 14 países ao escrever *Diário de uma favelada*, com apenas a segunda série, a autora ganhou o mundo ao denunciar as opressões interseccionais dentro da favela. Insisto em perguntar, como um indivíduo lê trinta páginas que fala sobre racismo, racismo dentro da escola e não entende nada? Como diz hooks (2019, p. 287), "onde quer que a gente vá, sofremos pressão para silenciar a nossa voz, para cooptá-la e enfraquecê-la".

Após essas indagações que me veio à mente no dia do ocorrido e sentimento de fúria, debrucei-me sobre a minha trajetória de vida, precisava externalizar os sentimentos que vieram a me visitar. Minha irmã negra, Alessandra Medina chorou, chorou muito, se sentiu humilhada, incapaz de produzir conhecimento, e eu, além de tentar consolá-la, encorajá-la a seguir, escrevinhei, escrevi-vivi, queria denunciar nossas feridas, as minhas, as lágrimas, as dores, as humilhações cotidianas da Alessandra, as nossas humilhações. Para mim, a escrita, aquele ato insubmisso ao silêncio, ao racismo e ao machismo era só uma forma de externalizar meus sentimentos. Mas não! Virou produção acadêmica, parte da minha jornada de trabalho intelectual. Segui os conselhos de hooks (2019, p. 287):

Nós, negros vindos de comunidades pobres, da classe mais baixas, que entramos na universidade ou em ambientes culturais privilegiado, que não queremos renunciar às características de quem era antes de estarmos lá, todos "sinais" da nossa "diferença" cultural e de classe, que não queremos desempenhar o papel do "Outro exótico", devemos criar espaços dentro dessa cultura de dominação se quisermos sobreviver inteiros, com a alma intacta.

Perante a todo processo descrito até este momento, o trabalho é composto por três capítulos, no primeiro faço das minhas lembranças oprimidas e silenciadas, que até o momento estavam guardadas, na minha memória escrivência, escrita de um corpo que ao escrever, se inscreve o que vive, como sente e se vê. A partir dessa metodologia analítica, conto minha história de vida, minhas experiências enquanto mulher negra marcada pela exclusão de gênero, raça e classe presente em minha vida desde o primeiro dia de vida, resquício dos sistemas

escravocrata e patriarcal e que me expôs a pobreza, a margem, a uma condição subalterna, entretanto, apresento formas estratégicas de resistência, como eu sobrevivi. Faço das opressões interseccionais vividas voz e escrita insubmissa de denúncia e expurgo de dores e das feridas marcadas, as quais ainda sangram em meu corpo e memória de forma poética e criativa. Devido às experiências vividas e lembradas em subtópicos identificados com nome de livros e contos de escrevivência de Conceição Evaristo e Maria Carolina de Jesus, eu utilizo nome de canções de samba e/ou trechos, quando não por meio de metáforas atreladas as palavras e/ou frases de livros e/ou de músicas, ou seja, produções intelectuais de mulheres negras.

No segundo capítulo apresento a trajetória de vida de Conceição Evaristo e o conceito de escrevivência a partir do olhar e escrita da própria autora, assim traço um diálogo reflexivo acerca da obra da autora, *Insubmissas Lágrimas de mulheres*, em especial o conto Shirley Paixão, escrevivência que me libertou do silêncio e me encorajou a produzir esta pesquisa enquanto um ato de resistência.

No terceiro momento, debruço sobre a teoria social crítica especializada que viabiliza a produção de conhecimento na perspectiva das mulheres negras, com base em reflexões da obra *Pensamento Feminista Negro* de Patrícia Hill Collins, uma das pioneiras do ativismo intelectual, devido à grande relevância de suas produções que transcende os muros acadêmicos, pois reconhece as mais variadas forma de produção de conhecimento e que transcendem as águas do atlântico ao conversar com outras ativistas, pesquisadoras e feministas negras na América Latina e no mundo, em particular com a produção de conhecimento das brasileiras Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

Após escrevinhar minha jornada intelectual (de 1982 até 2021), compreendi que a minha experiência de vida do meu corpo feminino negro em Maringá, estado do Paraná, cidade racista, machista e classista, embora seja uma experiência individual é também coletiva. Não no sentido de homogeneizar todas as histórias de mulheres negras, pelo contrário, entendo que somos singulares, cada qual traz a sua subjetividade. Entretanto, nossas histórias se conectam e juntas formamos um coletivo de mulheres negras que historicamente foram e são oprimidas pelo sistema interseccional. Ainda, essas estruturas dominantes têm exercido muito bem o seu papel de dominação, o de nos oprimir, nos desumanizar, coisificar, objetificar, nos impôs historicamente a condição de subalternidade e a nós, enquanto ato insubmisso, temos confrontado, lutado por mudanças e resistindo, além de estarmos sobrevivendo há século, inclusive dentro da própria academia, principalmente nas ciências sociais. Não é por acaso que a presente pesquisa se concretizou, logo, foi possível dar visibilidade a vozes de várias intelectuais negras, vozes insubmissas, não somente, das ciências sociais, mas também da

literatura, do meio artístico, cultural e mulheres comuns, como minha mãe Ilda Pereira de Azevedo, irmã Salete Gil de Azevedo, Rosangela Cardoso, Shirley Paixão, Seni, entre outras Marias, Mahins, Marielles, Malês.

Pude compreender que, embora a relevância e a necessidade de acessar períodos históricos, conceitos e teorias, a exemplo período colonial, pós-colonial, colonialismo, colonialidade, democracia racial, eurocentrismo, epistemologias ocidentais, racialização, lugar de fala, feminismo, movimento negro, filosofia afrocentrada, teorias raciais, democracia racial, ações afirmativas, pensamento social marxista, diáspora negra, entre várias outras terminologias que aparecem nesta pesquisa e que não foi aprofundado ou citado diretamente, sem perceber, seguia a linha do trabalho de Collins por considerar importante as ideias e não os rótulos que são vinculados a elas. Todavia, tenho muito respeito as produções realizadas por pesquisadores sobre essas temáticas de extrema importância para a materialidade desta pesquisa, sendo assim, trouxe o conteúdo e indicações de leituras nas notas de rodapés para auxiliar os leitores e dar visibilidade as teorias.

Destaco que esse processo não aconteceu de forma intencional, foi involuntário seguir os caminhos que a pesquisa foi sendo conduzida pelas teorias e análises reflexivas e que ao fim deixou explícito o que estava pulsando desde o início do trabalho, as formas de resistência presente nas escrevivências. No decorrer da pesquisa, pude identificar que a escrevivência estava cumprindo a sua função e estava me guiando para a construção de novas narrativas, para a produção de conhecimento na perspectiva das mulheres negras e pude perceber que exigia de mim atenção em pequenos detalhes do cotidiano e que ganhava concretude na própria escrevivência, enquanto ferramenta metodológica capaz de tornar visível a condição de subalternidade imposta as mulheres negras.

A exemplo, como as relações afetivas, sentimentos, dores, a busca por sobrevivência em todo nosso processo histórico, talvez, porque as opressões sejam muito latentes e resistimos intensamente a cada momento. As lembranças das opressões e resistências se faziam muito presente ao teorizar, quando percebi que a potência da escrita das mulheres negras tomava conta de mim, elas são fortes, insubmissas e, assim como as opressões, elas também são latentes, procurei respeitar esse processo de escrita feminista negra e que está presente na escrita de Patrícia Hill Collins, Lélia Gonzalez principalmente nas escrevivências de Conceição Evaristo. Ou seja, acredito que nesse caminhar a escrevivência cumpriu a sua função como ferramenta metodológica analítica, por vários motivos, pode contribuir com a teoria social crítica feminista negra dentro das ciências sociais.

Primeiro, a escre-vi-vência é fruto de trabalho intelectual de Conceição Evaristo e de resistência que se concretizou na literatura. Segundo, a sua voz e escrita foi um ato insubmisso, político e estratégico contra o racismo para borrar do imaginário social a imagem da mãe preta, a imagem submissa e objetificada que não representa a luta de resistência das nossas ancestrais. Em *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), a autora, denuncia as violências que cerceiam os corpos de mulheres negras, inclusive opressões que já viveu. As experiências de vida presente nas histórias das protagonistas ora se confundem com opressões que também viveu, narrativas de vivências opressoras que é de práxis aparecer em outras obras, nessa em particular, as protagonistas tornam-se todas insubmissas e, a principal, a narradora e a autora exercem a inscrição de um corpo feminino negro, que ao escrever se inscreve como se vê, sente, pensa e é vista, se empodera e age contra opressões interseccionais denunciadas em sua obra. Assim como eu fiz após ter acesso à história de Shirley Paixão e de Seni, marcadas por violências física, psicológica e sexual, e que se conectou com a minha história, com a de Celie protagonista em *a Cor Púrpura* e a própria autora da obra Alice Walker, entre outras mulheres negras da diáspora. Tais violências são denunciadas pelas vozes e escritas acadêmicas dentro das ciências sociais e na literatura, nas músicas negras, como no samba e blues, fruto de luta e resistência das mulheres negras e que atravessam o atlântico e se conecta com outras vozes e escritas que ecoam transformação social e clamam por um mundo mais justo e igualitário. A escrevivência é uma ferramenta metodológica transformadora e nos possibilita criar narrativas a partir das experiências de vida das mulheres negras, instrumento que serve para contar histórias de vida individuais de mulheres negras, desde que seja para pensar em um coletivo de corpos femininos negros.

Esse instrumento criado através de um ato insubmisso de mulher negra também foi fundamental para a materialidade desta pesquisa. A escrevivência de Conceição, assim como o seu corpo feminino negro que enuncia insurgência, produz conhecimento, voz que ecoa transformação social, sobretudo neste país que insiste em nos oprimir, assim me empoderou e me encorajou a fazer do silêncio, das dores, das feridas que ainda sangravam e que, hoje, após expurgá-las a partir do ato político e insubmisso de escrevinhar minhas trajetória, toda minha jornada intelectual como forma de se opor as opressões interseccionais, posso dizer que o ato de escre-viver é libertador, literalmente li-ber-ta-a-dor, sinto minhas feridas cicatrizando, não sangram e não doem como antes, pois me fortalecem e me instiga a denunciá-las e lutar por dias melhores para que nossas meninas negras futuramente tenham outras histórias para viver, ouvir, ver e contar.

CAPÍTULO 1

Escrevendo as opressões raça. Gênero e classe

Do quarto de despejo ao meu lugar de fala

Dia 19 de julho de 1982, eu, mulher, venho ao mundo na cidade de Maringá-PR e recebo o nome de Solange Gil de Azevedo. Ao sair do hospital, fui morar no Núcleo Social Papa João XXIII, minha primeira morada e única opção digna naquele momento. O Núcleo é uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos de cunho assistencial e religioso que acolhe famílias carentes por meio do Programa de Promoção Humana. Além disso, o projeto disponibiliza moradia para essas famílias no período de quatro anos, sob o regime de comodato e retenção de despesas, na tentativa de garantir acesso à casa própria e vida mais digna. (CANIATO; ABEICHE; BASTIAN, 2008)

O Núcleo Social Papa João XXIII foi criado no início da década de 1970, por Dom Jaime, primeiro arcebispo da cidade e um dos idealizadores da Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora de Glória de Maringá, e tratou-se de um programa para promover o “desfavelamento” de forma gradativa ao viabilizar a construção de 50 casas de madeira em um terreno de 27.720 m², doado pela Prefeitura para abrigar famílias carentes. Em setembro de 1972, dez dessas casas estavam prontas. Tinham 28 metros, três quartos, sala, cozinha, banheiro, alpendre, água tratada e luz. As demais foram construídas no ano seguinte com as

madeiras de demolição de escolas, casas antigas e igrejas, inclusive da Catedral. (MARINGÁ, 2019).

Na década de 1980, minha família morava na cidade de Sarandi e vem de um histórico de muita pobreza, violência, baixo grau de escolaridade e subemprego e, até então, sempre morou de aluguel em cubículos que praticamente não cabiam todos e, devido ao uso abusivo de álcool de meu pai, viviam sendo expulsos. Meu pai quando bebia arrumava confusão com a vizinhança, o que dificultava a permanência da família nos lugares e intensificava a vulnerabilidade e o risco social, definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Minha irmã mais velha dizia que ela e meu irmão chegaram a mudar quatro vezes de escola em um único semestre, interferindo diretamente no desempenho escolar, e quando eu estava para nascer, mais uma vez, haviam sido despejados do quarto alugado. Essa situação se repetia com frequência, levando minha família a não ter parada e ser exposta a miséria, isso até o momento que tivemos acesso ao projeto habitacional do Núcleo, o que nos permitiu construir uma nova história. Então, foi nessa parada que tivemos acesso a certos direitos sociais, como, por exemplo, moradia, alimentos, saneamento básico, energia elétrica, assistência social, educação e saúde. É importante frisar que “a pobreza tem cor no Brasil” (CARNEIRO, 2011). Lembro-me de ter vivido toda a minha infância em meio a muitas famílias, algumas negras e maior parte “miscigenadas”, não brancas, uma mistura de negros, indígenas e brancos, pouquíssimas famílias podiam ser lidas como brancas.

De acordo com pesquisa realizada no ano de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e publicado no Informativo de Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil, embora a população negra (pretos e pardos) representam 55,8% dos brasileiros, enquanto 75% estão entre os mais pobres, a população que se autodeclara branca representa 70% dos mais ricos. Essa desigualdade social, que também é racial, é fruto histórico do período escravagista e demarca o lugar dos descendentes de povos escravizados até os tempos

atuais. Para o sociólogo Hasenbalg (1979), a escravidão tenha deixado marcas profundas para o grupo racial negro, por isso, a sua persistência e continuidade são consequências do modelo econômico e social adotado pelo Poder Público, que internaliza uma íntima ligação com o racismo institucional e, historicamente, desprezou essa temática, não intervindo com políticas públicas adequadas para essa população que está à margem da sociedade.

Chamo a atenção para a problemática porque pertenço a uma família de descendentes de negros e indígenas. Assim como meus pais, irmãos e irmã, mesmo eu sendo a filha de pele mais clara, somos lidos e tratados pela sociedade como pessoas não brancas. Conforme Carneiro, “a identidade étnica racial é um fenômeno historicamente construído ou destruído” e isso porque:

Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam (CARNEIRO, 2011, p.64).

Essa estratégia de dominação utilizada pelos colonizadores no período escravagista manipulou a identidade do negro de pele clara como protótipo mais elevado de ser humano e o ludibriou sobre a sua identidade étnico racial ao levá-lo a acreditar que era uma pessoa não negra, ou seja, não descendente de povos escravizados. Rompendo com práticas colonizadoras arraigada no cenário brasileiro, demarco aqui a minha identidade étnico racial e utilizo da obra de Abdias Nascimento (2016), um dos maiores expoentes da cultura negra e dos direitos humanos no Brasil e no mundo, *O Genocídio do Negro no Brasil*:

Como norma metodológica a ser observada neste trabalho, desejamos inicialmente recusar discutir as classificações comumente mantidas pelas ciências sociais quanto tentam definir negro no Brasil; estas definições designam os brasileiros ora por sua marca (aparência) ora por sua origem (raça /ou etnia). Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como fenótipos ou genótipo, pode negar o fato concreto de que brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra - ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de homem-de-cor, isto é, aquele assim chamado descendente de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um negro, não importa a gradação da cor da sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas (NASCIMENTO, 2016, p.48).

É notório que a desigualdade racial imposta à população negra, ao longo da história, é intensificada quando se pensa em nós, mulheres negras, as quais estão submetidas às piores condições de subalternidade no país. De acordo com Carneiro (2003):

[...] a "variável" racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). (CARNEIRO, 2003, p. 119)

Posto isso, delimito o meu lugar de fala na presente pesquisa enquanto mulher negra periférica. Para bell hooks “compreender a marginalidade como posição e lugar de resistência é crucial para as pessoas oprimidas, exploradas e colonizadas” (HOOKS, 2020, p. 291). A marginalidade pode ser considerada como um espaço possível de transformação, no qual a subjetividade é capaz de manifestar-se espontaneamente dando ênfase à “distinção bem definida entre marginalidade imposta pela estrutura opressiva e a marginalidade escolhida como espaço de resistência, como âmbito de possibilidade e abertura radical” (HOOKS, 2020 p.68). Esses lugares têm sido tanto de opressão, quanto de resistência. Se apropriando da fala da Conceição Evaristo (2017, p.13), nós mulheres negras temos muitas maneiras de estar no mundo, da mesma forma que todas as pessoas têm, porém, “um contexto desfavorável, um cenário de discriminação, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor”. É dentro desse contexto, após delimitar o meu lugar de fala, que sigo com minha escrita e vivência enquanto mulher negra que nasceu a margem exposta às opressões do sistema interseccional.

Ubuntu, sou porque somos

Minha primeira morada, projeto social Núcleo Social Papa João XXIII, trouxe parada e acredito que dignidade à minha família. Esse espaço social foi construído com madeiras de demolição, ganharam cores, verde, amarelo e rosa e abrigou e deu vida a minha família e muitas outras expostas a exclusão social, racial e de gênero. Nessa comunidade, vivi até os meus 10 anos de idade, praticamente nasci, cresci e desenvolvi os meus princípios e valores, após muito tempo, consegui entender minha paixão pela filosofia africana.

Figura 1: Núcleo Social Papa João XXIII.



Fonte: acervo da instituição – Núcleo Social Papa João XVIII

Figura 2: demolição da catedral de Maringá-PR¹⁹



Fonte: acervo Maringá Histórica

¹⁹ As tábuas da catedral demolida foram usadas para construção das casas populares que aparecem na foto 4 e 5.

Figura 3: Construção das casas de um projeto social de habitação do Núcleo Social Papa João XXIII – Maringá- PR.



Fonte: acervo da instituição – Núcleo Social Papa João XVIII

Figura 4: casas do projeto social de habitação – Maringá- PR.



Fonte: acervo da instituição – Núcleo Social Papa João XVIII

Figura 5: casas pintadas – Maringá- PR.



Fonte: acervo da instituição – Núcleo Social Papa João XVIII

Em uma única palavra, defino esse espaço social, *UBUNTU*, filosofia africana tatuada em meu corpo que segundo o Instituto Geledés (2016) é:

Uma sociedade sustentada pelos pilares do respeito e da solidariedade faz parte da essência de ubuntu, filosofia africana que trata da importância das alianças e do relacionamento das pessoas, umas com as outras. Na tentativa da tradução para o português, ubuntu seria “humanidade para com os outros”. Uma pessoa com ubuntu tem consciência de que é afetada quando seus semelhantes são diminuídos, oprimidos. – De ubuntu, as pessoas devem saber que o mundo não é uma ilha: “Eu sou porque nós somos”.

Dessa época, trago boas lembranças, nessa comunidade, aprendi a partilha, a empatia, a compaixão, o cuidado com o próximo e de lá veio minha paixão pela ciranda que hoje está presente nas rodas de samba e giras de terreiro que eu tanto amo.

*Ciranda de roda
Samba de roda da vida
Girou, que gira
Na roda da saia rendada
Da moça que roda ciranda
Que gira e faz girar a roda
Da vida que gira
Que gira e faz girar a roda*

(Samba do Martinho da Vila).

Vivíamos em união, até mesmo ao subir no ônibus para ir à escola e logo a “creche” era sempre em bando, os pequeninos na frente e os maiores atrás, um cuidando do outro. Nossas brigas de criança eram coletivas, era cultural os maiores defenderem os menores em caso de injustiça, só nestes casos. Cada um era responsável pela sua confusão, ou seja, que aprendesse a não se enfiar em uma. Assim aprendi com os maiores e assim ensinei aos menores.

Me recordo das brincadeiras, ciranda, queimada, pega-pega, pique esconde, soltava pipa, buraco - jogo de bolinha de gude, pedrinha, boca de forno e a melhor brincadeira, o futebol. Essa minha paixão pelo futebol não era pelo jogo em si, mas por desafiar os meninos. Os engraçadinhos vinham com a conversa de que futebol era coisa de homem e não de meninas e nós discordávamos, queríamos brincar todos juntos e eles insistiam que não, até que armávamos uma arapuca e roubávamos a bola deles. Ter bola era coisa rara, ou seja, não era difícil resolver o problema, bastava pegar a bola, assim fazíamos. Na verdade, iniciávamos uma nova brincadeira, a “caça às bruxas”. Corríamos em torno das casinhas coloridas, pulávamos as cercas de balaústres e logo estávamos na pracinha da igreja jogando bola todos juntos, meninos

e meninas de igual para igual. É, mesmo quando criança é preciso lutar para termos os mesmos direitos que os homens, lutando e resistindo que tivemos.

Olhos D'Água de Oxum

Ao resgatar no fundo da memória lembranças desta época, mesmo antes de escrever meus olhos se enchem de lágrimas, lágrimas de alegria, lágrimas de tristeza, lágrimas de dor, luta e de resistência. Utilizo como metáfora os “olhos de água de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície” (EVARISTO, 2011). Olhos de águas da rainha das águas doce, Mamãe Oxum, minha mãe espiritual que me deu forças para resistir e me encoraja a continuar escrevendo minhas vivências mesmo que seja dolorido escrever”. (EVARISTO, 2017, p.17)

As lágrimas de tristeza e resistência vem da ausência de meus pais, da infância roubada de minha irmã mais velha, mulher preta, que além de minha irmã ao seus 7 anos de idade precisou cuidar de mim e de meu irmão mais novo na tentativa de garantir que nossa mãe trouxesse o pão de cada dia, o alimento, após trabalhar de empregada doméstica mais de 12 horas por dia. Limpar entre quatro a cinco casas no dia e não conseguir garantir o pão nosso, não era problema, minha mãe fazia deliciosos bolos, às vezes a base de água, farinha e um cadinho de açúcar, porém, deliciosos. Minha mãe também ganhava alguns alimentos vencidos, como linguiça, mortadela, iogurte, o iogurte que me lembro bem, era uma de minhas alegrias. DANONINHO! Como denunciava Gonzalez (2020, p. 199):

A situação da mulher negra, hoje, não é muito diferente de seu passado de escravidão. Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continuam a desempenhar as funções modernizadoras da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí sozinha, a batalhar o sustento dos filhos.

O Núcleo Social além da habitação nos doava sopão, verduras, legumes e frutas, ora pouco machucadas, ora passadas, mas isto também não era um problema para nós, era a única solução. Assim resistimos à fome. Me lembro de comer uva, uvas, muitas uvas que um caminhão jogou em terreno baldio perto de nossa morada. Lá estávamos nós, eu e o coletivo de crianças que viviam juntas. Ao mesmo tempo que utilizamos nossos pés para pisar nas frutas, utilizamos nossas mãos para colher a fruta e comer, comíamos ali mesmo, no amontoado de uvas, uvas passadas, não uva passas. Não me recordo de ter levado para casa e muito menos de

ter comido uva antes. Talvez por estarem muito podre ou porque minha mãe e irmã poderiam não gostar, confesso que não sei. Em relação a ter comido uva, pode ser que já tínhamos comido, porque sabíamos que era deliciosa aquelas frutinhas rochas, todas rochas. Mas sem sombra de dúvidas não era de fácil acesso para nós. Lembro-me bem de alguns apelidos “barriga de verme e barriga gorda e perna fina”. Me recordo da bolinha grande que era minha barriguinha, sentia vergonha, só não sabia que era de verme mesmo que assim chamassem. Como já dizia Carolina Maria de Jesus “o maior espetáculo do pobre da atualidade é comer” (JESUS, 1960, p.) Para Conceição Evaristo (2011, p.13), nesse cenário é possível ver:

Tanto a mulher destituída, vivendo o limite do ser-que-não-pode-ser, inferiorizada, apequenada, violentada. Pode-se ver também aquela que nada, buscando formas de surfar na correnteza. A que inventa jeitos de sobrevivência, para si, para a família, para a comunidade.

Lembro-me muito pouco de brincar de bonecas, imaginei que talvez fosse porque minha mãe não tinha dinheiro para comprar. De vez em quando, ela aparecia com alguma que ganhava de suas patroas ou encontrava jogada nos lixos dos blocos da Universidade Estadual de Maringá, região onde trabalhava. Fiquei curiosa com essa questão e forçando minha mente para trazer mais memórias sobre a boneca, veio-me à mente os meus 7 anos de idade. Brincava com algumas amigas em frente à casa das irmãs do Núcleo, exatamente embaixo do imenso pé de manga onde sempre parávamos para brincar e lá fui abordada pelo moço que morava na casa 10, me chamou e perguntou se eu queria uma boneca da Xuxa, sonho meu até o momento e de todas as minhas amiguinhas na época. Não me recordo se daria para todas, porém, lembro que só eu poderia ir buscar na casa dele, me pegou pela mão e me levou para a sua casa. Ao chegar à casa 10, lembro bem, Nº 10, casa de esquina, ficava na frente da pracinha da igreja. Entrei toda sem jeito, desconfiada quando percebi que estávamos sós, mas meu anseio era ganhar a boneca prometida, minha boneca loirinha. Disse que minha Xuxinha estava no quarto e foi me puxando, chegando no quarto fiquei perguntando cadê, cadê? Talvez, pelos questionamentos e minha inquietude, ele tenha insistido na mentira em dizer que era para eu esperar que ele iria procurar pela casa, até retornar sem minha Xuxa e querer fazer de mim uma boneca. Ao me despir e se despir, meus olhos lacrimejaram “olhos de água de Oxum” e ao pedir para acariciá-lo e fazer de mim a Xuxa, assim ele me disse, eu já estava em prantos “os olhos de águas de Oxum”. Fiz do medo e do silêncio voz, disse que gritaria alto e em bom tom, e assim resisti, me deixou me vestir e ir embora em prantos, mas, apesar de eu só querer ir embora, não queria mais saber da Xuxa. Assim me libertei das garras do opressor. Então, “podemos aprender agir

e falar quando temos medo da mesma maneira como aprendemos a agir e falar quando estamos cansadas” (LORDE, 2019, p.55).

Se tivesse ficado em silêncio, não posso imaginar que tipo de lembrança eu poderia ter desse momento, se é que eu conseguiria falar ou até mesmo se eu estaria aqui para contar, talvez, as sequelas poderiam ser maiores do que possamos imaginar, existem feridas que não cicatrizam. Aliás, “fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperamos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará” (LORDE, 2019, p.55). Mesmo que tenha resistido, silencieei essa história, sempre tive vergonha, como se fosse culpa minha. Lembrança que me corrói a alma neste momento, mas também me enche de orgulho por ter resistido ao estupro aos meus 7 anos, exatamente aos meus 7 aninhos. O nome do estuprador era Marcos, lembro-me bem, Marcos da casa 10. Todavia, “a voz de mulheres negras não é de vítimas, mas de sobreviventes” (COLLINS, 2019, p. 183).

Ainda, confesso que nunca parei para pensar porque eu agredia as minhas poucas bonecas, tinha o hábito de furar os olhos delas, inclusive cheguei a apanhar de minha mãe por destruí-las, ela não se conformava com minha rejeição, já que para ela era tão difícil comprar ou ganhar alguma. Não era à toa, tentaram fazer de sua filha uma. Nunca mais sonhei com uma boneca, nunca mais me atrevi querer uma Xuxa, roubaram o meu sonho, mas eu resisti. Assim como dizia Audre Lorde em *Irmã Outsider* (2019), “nossas crianças não podem sonhar a menos que vivam, não podem viver a menos que sejam cuidadas”, acrescento, e, às vezes mesmo que não sejam cuidadas, elas ainda resistem (LORDE, 2019, p. 48).

A violência intrafamiliar também se fez presente, desde muito pequena, além da violência doméstica e psicológica esteve presente a sexual, estava resistente em abordar essa questão, pensei várias vezes “nossa luta também, é luta de memória contra o esquecimento” (HOOKS, R/G/P, p.99). Entretanto, no dia 28 de junho, deste ano, fui tomar um café na casa da minha mãe e aproveitei para perguntar sobre nossa ida para o Núcleo e ela acionou em sua memória a seguinte lembrança: - “um dia sai mais cedo do meu serviço, o que quase nunca acontecia, cheguei em casa e peguei seu pai tentando mexer com você, você estava enroladinha dormindo, deitadinha na cama dormindo e seu pai deitou do lado tentando mexer com você, eu tirei ele de perto de você e soltei os cachorro nele, no outro dia, eu fui denunciar ele na delegacia, a polícia perguntou se ele tinha mexido com você e eu disse que ele tinha tentado. Teu pai tem muito o que pagar pelas maldades dele”. “A noite não adormece nos olhos das mulheres, há mais olhos que sono onde lágrimas suspensas virgulam o lapso de nossas molhadas lembranças (EVARISTO, 2007, p. 21). Prefiro deixar aqui algumas lacunas... “Falar dessas lacunas, pelo

menos, possibilita que o leitor saiba que algo foi esquecido, ou permanece ali, insinuado pelas palavras, na estrutura profunda” (HOOKS, 2020, p.284). Ainda, como afirma Lorde (1984, p. 120 apud COLLINS, 2019, p. 271), a violência sexual contra as mulheres negras, “é uma doença pulsando no coração da nação negra, e o silêncio não fará com que ela desapareça”.

Lamentavelmente, além de meu pai, minha mãe, por mais que fosse oprimida, também, nos agredia dia a dia, não entendíamos os porquês, eu e minha irmã éramos as mais violentadas por ela, dizia que não queria ter parido mulher, para que não tivesse que sofrer como ela. Embora eu e minha irmã sermos violentadas compulsoriamente, minha irmã ainda era ofendida por ser a filha mulher com traços mais negroides. Não entendíamos a rejeição, às violências (lágrimas e mais lágrimas). O racismo e machismo é tão naturalizado que em meio a tanta violência perguntava o que eu fiz, o que fizemos para apanhar tanto? Hoje, consigo compreender e como afirma uma das protagonistas desta pesquisa:

A violência é exacerbada pelo racismo e pela impotência, de tal forma que “a violência contra mulheres e crianças com frequência se torna um padrão em nossas comunidades, padrão pelo qual a masculinidade pode ser medida. No entanto, esses atos misóginos raramente são debatidos como crimes contra as mulheres negras” (LORDE, 1984, p. 120 apud COLLINS, 2019, p. 271).

Apesar da violência intensa, eu e minha irmã tínhamos uma à outra (soluçando), juntas e afetuosamente resistimos. Parafraseando Audre Lorde (2019, p.52), a preocupação e o zelo de minha irmã por mim me fortaleceram e permitiu que eu analisasse questões fundamentais da minha vida. Recordo de minha irmã trazendo chocolate do supermercado que trabalhava, e eu me alegrava, eu brincava muito, vivia na rua, e eu me alegrava, corria na pracinha das irmãs e eu me alegrava, subia em pés de árvores e eu me alegrava, eu dava cor as coisas, vida, sentindo, criava um mundo onde não tinha violência e assim eu resistia e me alegrava. Mas e minha irmã? O que ela fez com a violência sofrida? Ela me cuidou, me fez sentir amada por alguém, e dela quem cuidou? Quem pode levar cores e alegrias para o seu dia a dia? Como conseguiu resistir às opressões vividas? (Olhos d'água de Oxum).

O cheiro da memória

As casinhas coloridas cercadas de balaústres de madeiras do Núcleo, fazem-me lembrar da janela, dos pés de frutas que tinham no quintal de casa, do fogão a lenha, e eu nele aprendendo a cozinhar aos 10 anos de idade. Sinto o cheiro da fumaça saindo da chaminé e das madeiras, restos de tábuas colhidas nas redondezas da comunidade. Ainda, lembro-me do milho

com palha assado no forninho, pinhão, do arroz do meu pai, sua chaleira fervendo para tomar o seu chimarrão, sinto o cheiro de álcool, da farofa de milho com café que eu odiava comer no lugar do arroz e feijão. Meu pai quando alcoolizado, não tinha condições de fazer nosso jantar e, por isso, cozinhava fubá para nós comermos e eu odiava, minha mãe só chegava em torno das 23h de seus trabalhos. Os cheiros trazem lembranças boas, mas também lembranças ruins...

Meu pai bebia muito, vivia exalando álcool e sendo internado no sanatório de Maringá, assim era chamado o Hospital Psiquiátrico de Maringá na época, não sabia bem o que era. Só me recordo da polícia levando-o por ter agredido minha mãe e ele retornando para casa após alguns dias ou meses com a cabeça raspada, sorrindo e brincando conosco. Sentia muita falta de ter um pai, um pai presente e ficava feliz quando ele chegava carequinha, sóbrio e com um pacote de doces, cheirando chicletes e sem exalar o maldito cheiro do álcool, o cheiro da violência. Provavelmente, por ser muito pequena, não tinha noção do quanto era devastador a violência por nós sofrida, vivenciada. Provavelmente, minha irmã e meu irmão mais velhos, sim, compreendiam a realidade que nos violentava e é bem provável que sentiam outros cheiros, quem sabe o cheiro da resistência, afinal, será que a resistência tem cheiro?

Esperanças perdidas²⁰

*Quantas belezas deixadas nos cantos da vida
Que ninguém quer e nem mesmo procura encontrar
E quantos sonhos se tornam esperanças perdidas...*
(Originais do Samba)

Em 1992, tivemos acesso a casa própria, as famosas casinhas populares. Fomos morar no conjunto habitacional Itaparica em uma casa de 27 metros, porém, era “nossa a morada”. Aos 10 anos de idade, iniciei uma nova fase. Embora conquistamos a casa própria, sonho de família, saímos da coletividade, o que para mim foi muito violento, foi uma mudança cultural que me chocou, sentia uma dor violenta em não poder ver mais minhas (meus) amigas (os) irmãos (os), mesmo na pobreza, no Núcleo criamos laços afetivos, éramos unidos, um zelava pelo outro. Em minha nova morada fui recebida com muita violência pelas meninas e meninos do bairro. Era uma luta ir ao mercado da esquina sem ser ofendida e assediada, “oh gostosa, biscate, os peitinhos estão crescendo, olha a bundinha dela...”, experiência nunca vivida entre

²⁰ Canção dos Originais do Samba - álbum É De Lei de 1970 e composta por Délcio Carvalho.

as minhas (meus) amigas (as) irmãs (os) no Núcleo, choque de realidade cultural. Na escola, nem se fala, estava na quinta série quando presenciei uma amiga ser espancada por outras meninas por ser bonita e chamar a atenção dos meninos, Alexandra, tão linda, tão querida, simpática, sentava ao meu lado na sala. Lembro como se fosse hoje, eu não consegui reagir, não era uma briga justa como aprendi, eram várias meninas chutando e várias outras rindo e incentivando a bater mais e mais. Nunca presenciei tamanha violência entre as minhas (meus) amigas (as) irmãs (os), fiquei estática, sofrendo calada, chorando e angustiada fui embora. A violência de dentro de casa tomou conta da rua, a rua não era mais meu porto seguro, a rua era mais um lugar de opressão, mais um lugar o qual eu não queria estar. Odiava a escola, meus novos coleguinhas, minha nova morada, a minha vida, eu simplesmente odiava existir. Assim, "à medida que me sentia menor, também me tornava mais e mais calada, até me ver praticamente silenciada" (COLLINS, 2019, p. 16).

Essa é a fase do apagamento, não tenho muitas lembranças, mas sei bem isso porque trabalhei em terapia, foi a pior fase da minha vida, violência por todo lado, minha mãe oprimida tornou-se opressora, as pauladas levadas na cabeça dadas por meu pai eram reproduzidas em mim, meu irmão mais velho oprimido também virou opressor, assim como minha mãe. O novo "homem da casa" me espancava porque a comida que eu fazia aos meus 10 anos de idade não estava a seu gosto, hora muito sal, hora pouco, hora a carne estava muito passada, hora no ponto, mas nunca a seu agrado. Como se eu tivesse alguma obrigação. Lembro bem o dia que meu irmão chegou para almoçar e eu havia deixado a carne passar do ponto e não ficando do jeito que ele gostava jogou minha cabeça contra a parede toda pontiaguda e chuviscada de cimento, com toda a sua força, lembro de ter ficado tonta, sai cambaleando, lembro do galo na cabeça, da dor, do choro engasgado na garganta e eu tendo que voltar para a beira do fogão para resistir. Lembranças de violências contra o meu corpo, nessa época, não me faltam, mas preferi silenciá-las, deixá-las se perder na memória. Resisti no silêncio, afinal, o silêncio também é uma forma de resistência.

O Sol há de brilhar mais uma vez²¹

O sol...há de brilhar mais uma vez

²¹ Frase da canção Juízo Final composta por Nelson Cavaquinho e Élcio Soares. Foi gravada em 1973 no álbum homônimo do sambista.

A luz...há de chegar aos corações
O mal....será queimada a semente
O amor...será eterno novamente
É o Juízo Final, a história do bem e do mal
Quero ter olhos pra ver, a maldade desaparecer
O amor...será eterno novamente
 (Samba Juízo Final - Nelson Cavaquinho e Élcio Soares)

Em 1998, aos meus 14 anos, iniciei o ensino médio no Colégio Estadual Branca da Mota, novo espaço social que me possibilitou voltar a sonhar, a sorrir, a ter boas vivências, afinal, sonhar também é resistir. Não me lembro de brigas no entorno, recorde de acolhida, fiz novos amigos que trouxeram sentido para minha vida, esperança, sentia-me segura e feliz quando juntos e longe da violência de casa, “*you tem dores morando em lugares em que dores não deveriam morar*”. (KAUR *apud* GUADALUPE, 2017, p.109)

Aos meus 17 anos, acessei o mercado de trabalho, comecei a trabalhar em uma fábrica de pijamas tirando linha de roupas o dia todo, após 8 horas de trabalho, seguia para a escola. Não perdia um dia de aula, confesso que não era exclusivamente para estudar, estudar, era muito dispersa, porém, quando gostava da matéria minha dedicação era total. Embora cansativo, a jornada foi essa rotina que me trouxe mais uma vez dignidade, trouxe cores, sentido para eu continuar vivendo e resistindo. O fato de trabalhar e ajudar em casa permitiu certa calma, ganhei voz. As violências dentro de casa diminuíram e meu pai parou de beber e foi embora fazer parte do Movimento Sem Terra. De vez em quando, aparecia e/ou mandava algum dinheiro. Tentou levar toda a família, mas como os meus irmãos já trabalhavam e ajudavam em casa, resistimos a não correr o risco do incerto, sem dizer que ficar longe do meu pai era mais seguro. O acesso ao trabalho, ao ganha pão, nos fez viver com mais tranquilidade. Na labuta e comendo resistimos. Entretanto, vale lembrar que as mulheres negras, como denuncia Carneiro (2019, p.112):

[...] permanecem guetizadas nas ocupações profissionais de menor prestígio, via de regra em ocupações manuais, apresentando um índice de analfabetismo três vezes maior do que as mulheres brancas, e recebendo os piores salários dentre a população economicamente ativa. Fazemos parte de um contingente de mulheres negras para as quais os anúncios de emprego começam com a seguinte frase: “Exige-se boa aparência”. E o subtexto dessas opressões é: “Negras não se apresentem! ”.

Nessa fase, minha vida e de minha família tomavam outros caminhos, minha irmã havia saído da Igreja, espaço social que lhe acolheu, logo, a mim também, porém, por um tempo foi nosso refúgio, mas o racismo, sexismo e o classismo era gritante. Como minha irmã já estava

cursando Ciências Sociais na UEM, a sua percepção de mundo mudou e, enquanto uma voz insurgente, conheceu a política e por ser uma pessoa passional e insubmissa, se engajou no Partido dos Trabalhadores e, mais uma vez, eu sigo os seus passos, comecei a almejar esse universo. Lembro-me de participar do Cursinho pré-vestibular do Movimento Negro em Maringá, não me recordo o ano, não fiquei muito tempo, mas tive acesso a este projeto de inserção da população negra à universidade, o meu primeiro acesso a minha identidade étnico racial, mas ainda era algo muito longe de meu entendimento. Curioso o fato de, sem sabermos, buscávamos formas de resistências a cada fase, transitamos por lugares que cooperam para o entendimento do nosso eu, que também é um eu coletivo exercendo o ativismo das mulheres negras, sem saber, exercíamos. Patrícia Hill Collins ao conceituar o ativismo político das mulheres negras nos Estados Unidos, permitiu esse entendimento, isso porque em sua obra diz:

Seja individualmente, seja como integrante de grupos organizados, as mulheres negras nos Estados Unidos desenvolvem o ativismo em duas dimensões primárias. A primeira é a luta pela sobrevivência do grupo, que consiste em ações que levam as mulheres negras a criar esferas de influência no interior das estruturas sociais existentes. Essa dimensão nem sempre representa um desafio direto às estruturas opressoras, pois, em muitos casos, o confronto direto não é nem possível nem desejável. Em vez disso, as mulheres criam esferas de influência feminina negra para desestabilizar as estruturas opressoras. A luta pela sobrevivência do grupo exige instituições que forneçam às mulheres negras ferramentas necessárias para lutar. Reconhecendo que o caminho do empoderamento individual e coletivo reside no poder de uma mente livre, essas esferas de influência frequentemente dependem de criação das identidades independentes e de resistência para as afro-americanas. Dessa forma, elas adotam uma espécie de política identitária, uma visão de mundo que enxerga as experiências de vida das pessoas negras como elementos fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica e de estratégias políticas (COLLINS, 2020, p. 333).

Esse processo vai ficando mais explícito e latente nas narrativas escrevinhadas. Não queria mais tirar linha na fábrica, exatamente um novo não aos espaços que a mim estava imposto, a trabalhos braçais. O processo de produção me agredia, tentou me manter em silêncio para produzir mais e mais, éramos como robôs, mudos e em processo de produção acelerado. Resolvi buscar novas possibilidades, queria ser vendedora, usar minha voz, falar. E assim fiz! Comecei a trabalhar em um shopping que, inclusive, ao lado tinha um cursinho pré-vestibular e lá, além de aprender a usar a voz, comecei a querer aprender mais sobre a sociedade, sobre o mundo a minha volta, na verdade, eu sempre gostei de aprender, só não conseguia me enquadrar no modelo padrão dentro da sala de aula, por ser muito agitada, inquieta pelas opressões que me cercavam, a escola para mim também era um lugar de violência, os alunos brancos e os professores me agrediam.

Lembro-me bem de uma professora branca, na quarta-série, me chamar de porca ao me acusar de jogar um papel de bala no chão. Não tinha sido eu e, mesmo que fosse, ela não tinha esse direito. Uma educadora não deveria agredir e sim educar e/ou orientar uma criança. A mesma agressora que foi conivente com uma vizinha branca que acusava minha mãe de prostituta, isso porque minha mãe madrugava para buscar o sustento e voltava altas horas na calada da noite. As privilegiadas jamais iriam entender as noitadas da minha mãe para garantir o pão de cada dia. A alegria da minha mãe era deixar algumas moedas pela madrugada encima da cama para comprarmos o pão e o leite, era tanta alegria que repetia inúmeras vezes “o dinheiro, dinheiro do pão e do leite, dá para comprar os dois”. Quando não dava para comprar os dois, acordávamos e, na calada da noite, após chegar da sua jornada exaustiva, havia feito pão ou bolo.

As opressoras me chamavam de pimentinha, arredia, “maloqueirinha” e os alunos viviam me ofendendo e me batendo, então, eu, na minha rebeldia, revidava nesses espaços, minha agitação, inquietude e rebeldia era uma forma de resistir. É importante dizer que essa professora era responsável em ensinar a língua portuguesa, ortografia, regras gramaticais, entre outras regras que dificultou o meu aprendizado. Contudo, não me impediu de continuar minha jornada intelectual, minha capacidade intelectual de mulher negra, curiosidade e indignação permitiu que seguisse, mesmo diante de limitações. Como já apontava Collins (2019, p. 177), “as mulheres emergentes perceberam que uma das formas de sobreviver ao desrespeito cotidiano e aos ataques diretos inerentes às imagens de controle é “se rebelar”.

No ano de 2007, foi criado o Programa de Governo Universidade Para Todos - PROUNI, e essa foi minha oportunidade de acessar o ensino superior privado. Escolhi fazer Serviço Social, com toda certeza pela minha trajetória, queria ajudar pessoas a saírem da miséria, lá de onde eu vim, contribuir de alguma forma com uma vida mais digna para pessoas como eu, periféricas, com os seus direitos violados dia a dia, porque a violência não é estática, ela tem movimento e entrecruzam, tal como passa de geração a geração, caso não seja rompida. Fiz a graduação trabalhando de vendedora, madrugava no shopping de atacado e anoitecia na faculdade, resistindo a essa dupla jornada, sobrevivi e conclui o curso. Gonzalez (2020), a dupla jornada não nos faz esmorecer, somos descoladíssimas em matéria de sobreviver. Embora novos rumos na educação formal, em especial o ensino superior, estava também acessando outros espaços a nós negados. Carneiro (2011, p. 119), “de regra, considera-se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina negra do país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de importância”.

Para a sociedade racista, patriarcal e classista a “neguinha” se deu bem, casou com um homem branco e rico, nossa que sorte tem ela! É sabido que a objetificação dos nossos corpos seja como a imagem da mãe preta, da mucama ou da morena gostosa, desfavorecem o acesso ao matrimônio, como diz Carneiro (2019, p. 159), “somos antimusa da sociedade”. Além disso, pesquisas apontam que existe uma desvantagem no mercado afetivo, o que nos leva a ficarmos sozinhas, conhecida como uma solidão estrutural, ocasionada pelo desinteresse dos homens brancos e também dos negros. Reconheço que mesmo que meu corpo ainda seja violentado enquanto mulher negra, o fato de ter os traços menos negroides me permite maior passibilidade para alguns lugares, a exemplo, de ser contratada para trabalhar em shopping e ter acessado o casamento. Entretanto, não me eximiu de sofrer opressões de outras formas. Esse casamento inter-racial é marcado por uma relação abusiva, de violência psicológica e patrimonial. Essas opressões me violentaram e silenciaram ao ponto de pensar em tirar minha própria vida.

No ano de 2004, conheci um homem branco e pobre, ele estava finalizando a faculdade e ao concluir teve o privilégio de montar a sua própria empresa, uma revendedora de planos de celulares de uma das maiores operadoras de telecomunicações do Brasil. Namoramos durante 4 anos, durante esse período foi melhorando a sua condição de vida e, em 2008, nos casamos, ele já com uma condição financeira estável, bem estável. Nossa relação durou 5 anos, muitas idas e vindas, 4 anos de namoro e 1 ano de casamento. Durante toda essa relação, opressões e opressões, eu não tinha noção do quão violento era o machismo, nem sabia que nossa sociedade culturalmente é machista e muito menos que eu era oprimida por ser mulher e negra, inclusive desde minha infância.

Como fui educada dentro de uma cultura machista, heteronormativa, branca, classista e cristão, ou seja, educada para olhar o mundo ao meu redor de tal maneira, porém, já questionava muita coisa, assim como reagi e resisti a todas elas cotidianamente. Minha relação foi abusiva desde o início, porém, eu não percebia. O digníssimo “apaixonado” machista, o legítimo macho escroto, acompanhava os meus passos dia e noite. Ligações atrás de ligações para saber onde eu estava. Implicava com minhas roupas, minha simpatia, minhas amigas, até mesmo com a relação afetiva com minha irmã, o opressor me sufocava, diminuía-me e no final me roubou. Conforme estava aumentando o seu capital, construindo casas e mais casas, comprado terrenos e mais terrenos me ameaçava, dizia que se eu largasse dele e principalmente se eu mexesse no dinheiro dele, que na altura do campeonato era nosso, ele me mataria. Após alguns meses de casamento, fez-me assinar documentos com a venda dos bens que eu já tinha direito, sem dizer que era bem provável eu ter assinado documentos os quais autorizavam-no a assinar por mim, nunca precisei assinar nada e os bens só que aumentavam. O homem branco na altura do

campeonato já tinha muito poder financeiro, confesso que tive medo, não ao ponto de ficar na relação e submeter as suas opressões. Saindo da relação e abrindo mão de todos os meus direitos de esposa, eu resisti. “É raro um marido conseguir segurar uma mulher negra pelo bolso, porque a gente tem capacidade de se virar por conta própria e fazer isso num piscar de olhos” (GWALTNEY, 1980, p. 149 apud COLLINS, 2019, p.210).

Insubmissa Lágrimas de Mulheres Negras

Em 2018, participando do curso de Formação Pré-Acadêmica (Pré-Pós) na Universidade Estadual de Maringá – UEM, oferecido pelo NEIAB para pessoas negras, na aula de desenvolvimento de escrita ministrada pela professora Rosangela Cardoso, mulher negra admirável, fã de carteirinha da Conceição Evaristo, que eu tive a oportunidade de vivenciar a experiência de teoria e prática feminista negra. Isso porque, nós, mulheres negras temos muitas sequelas do sistema opressor, de como nossos corpos são tratados desde criança.

Assim, a Rô Cardoso muito sensível e compreendendo bem o que estava acontecendo comigo, encorajou-me e disse-me as seguintes palavras “minha preta querida esse é o poder da escrevivência, ela nos joga ao chão e rasga nossa alma, ao mesmo tempo nos fortalece, nos empodera, nos encoraja a escrevinhar e escrevendo e vivendo nossas lembranças ela cura nossas feridas. Quem disse que contar a história da mulher negra seria coisa fácil, não desista, sei o que digo?” Após essa overdose de coragem de mulher preta, ao revisitar minhas feridas, minha dor, meu silêncio na luta, entre o meu medo e a minha coragem, optei por enfrentar as sequelas do meu corpo feminino negro e me propus a escrever, literalmente, insubmissas lágrimas. Como diz Collins (2019, p. 213), “cada mulher negra toca a outra como parte de uma comunidade que cura a que sente dor, mas só depois que esta deu o primeiro passo – o desejo de ser curada, de seguir o caminho em busca da voz do empoderamento”. Complementa, Lorde (1934), “*eu nasci negra e uma mulher. Estou tentando me tornar a pessoa mais forte que consigo para viver a vida que me foi dada e ajudar a efetivar mudanças em direção a um futuro aceitável para o planeta e para minhas crianças*” (LORDE, 1934, s/p).

Rô Cardoso estava fazendo o seu doutorado, diante de muita luta, resiste, estuda as escrevivências de Conceição Evaristo. Hoje, trocamos figurinhas, conhecimento, experiências, nossas dificuldades e anseios acadêmicos, tem meu respeito, é minha irmã de alma e de ancestralidade, AXÉ a sua vida e escrita. Mulher singular que me ensinou a transgredir. Segundo Amanda Crispim Ferreira (2013, p.51):

São mulheres que desejam ressignificar, livrar-se de estereótipos, garantir o direito de ser mulher e negra. Assim, a escrita torna-se um ato comprometido, coletivo, uma arma, que representa esse grupo de mulheres em enunciações e instâncias distintas no campo da literatura e da teoria literária.

Segundo Patrícia Hill Collins (2019), é possível contribuir para o empoderamento de mulheres afro-brasileiras:

Eu sabia que a mulher negra pode se empoderar quando sua consciência a respeito do modo como ela entender a vida cotidiana se transforma. Tal consciência pode estimulá-la a seguir um caminho de liberdade pessoal, mesmo que essa liberdade exista primordialmente em seu próprio pensamento. Se ela tiver a sorte de conhecer outras pessoas que estejam vivendo trajetórias semelhantes, poderá mudar com elas o mundo ao seu redor”. “Reconheço que a luta por justiça social é maior que qualquer grupo, indivíduo ou movimento social. Ela certamente transcende qualquer livro e trabalho, inclusive o meu. Para mim, a justiça social é um problema coletivo que requer solução coletiva. (COLLINS, 2019, p.22 – 25)

Tire seu sorriso do caminho, quero passar com a minha dor

*Tire o seu sorriso do caminho
Que eu quero passar com a minha dor
Hoje pra você eu sou espinho
Espinho não machuca a flor*
(Flor e Espinho - Nelson do Cavaquinho)

Em 2010, no processo de construção do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, deparei-me com as discussões raciais e de gênero no Brasil. Como afirma (XAVIER, 1984 apud CARNEIRO, 2019, p. 161), as baianas são consideradas “as morenas-jambo, por sua cor de pele”. [...] “trata das mulheres negras e como o mercado de corpos interfere na construção de suas identidades, criando sonhos e alimentando fantasias masculinas sobre mulher brasileira”. Desde então, nunca mais fui a mesma, descobri minha identidade étnico-racial e passei a me reconhecer enquanto mulher negra. A “mulata ferosa, a baiana arretada e a morena gostosa” ganhou identidade, se tornou mulher negra descendente de povos escravizados e herdeira de estruturas dominantes que violentam o seu corpo dia a dia, mas que insubmissa concluiu o ensino superior. Como alega Carneiro (2019, p 161):

Essas identidades criadas com base num espectro cromático que vai da preta à mestiça, passando por mulatas, pardas, morenas-jambo e tantas outras designações utilizadas em nossa sociedade, promovem, como já colocado em outros artigos, em primeiro lugar a fragmentação da identidade racial negra, o que tem por função política escamotear a importância populacional dos negros e de seus descendentes na população do país e enfraquecer politicamente o grupo, impedindo sua identidade.

Iniciando o processo de escrita do mestrado, que culminou nessa vertente, precisamente no dia 06 de abril de 2020, de folga no trabalho, passei a manhã estudando a história e as escritas de Lélia Gonzalez, não conseguia escrever uma frase, situação desesperadora. Na pausa para o almoço, mais um pouco de histórias de mulheres negras, nesse intervalo, assisti duas palestras do *Technology, Entertainment, Design – TEDx: A mulata que nunca*²² chegou, histórias das digitais influencer Nátaly Neri e de Joyce Fernandes, conhecida como Preta Rara, *Eu empregada doméstica*²³. Após as duas palestras assistidas e ser tomada por um choro, uma angústia me debrucei sobre as escritas.

A história de Nátaly mexeu com minhas memórias ao categorizar o que é ser ‘mulata’ no Brasil, o que é esperar a vida toda para incorporar a “mulata gostosa”, desejava crescer logo e ver o seu corpo ganhando forma. Para Nátaly, mulher negra de traços claros, era a sua autoestima, era o que se esperavam dela, crescer e ganhar um corpo de glocalidade. Enquanto ela narrava a sua história, sem querer, trazia de minha memória vivências da minha adolescência, lembrei-me de quando os meus seios começaram a crescer, e muito, meu bumbum, meus traços de “mulata”, a “morena gostosa”. Lembro-me de ser chamada de potrancona em um dia que usava decote, mas também lembrei de ser violentada e ter o mesmo trato com uma roupa “comportada”. Recordo quando comecei a esconder o meu corpo com camisetas e calças largas e cobrir o meu bumbum com uma blusa de moletom. Assim passei minha adolescência, escondendo-me, envergonhada dos meus seios, de meu bumbum, das minhas coxas, recusando os meus traços, a minha origem, a minha história. Meus lábios carnudos, eu não conseguia esconder, era impossível, mas jamais ousaria passar um batom vermelho, até mesmo porque, era coisa de “puta”. O assédio esteve sempre presente, mesmo me escondendo, era comum ser abordada na rua por homens brancos de carrões, paravam e ofereciam-me dinheiro. Com muita vergonha, cabeça cabisbaixa, eu resistia.

²² Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=02TBfKeBbRw>

²³ Acesso em: https://www.youtube.com/watch?v=_d_n-z3s8Lo&t=8s

Eu não entendia tal trato, até me deparar com narrativas como de Collins (2019, p.230) “corpos mercadorizados de todos os tipos se tornam marcadores de status nas hierarquias de classe estabelecidas por raça e gênero”. Por sermos mulheres e negras, nossos corpos se tornam mercadorias especializadas, que conforme nos atenta Bárbara Omolade (1994), retratada na obra de Collins (2019):

Todas as partes da mulher negra eram usadas pelo mestre branco. “Ela era, para ele, uma mercadoria fragmentada cujos sentimentos e escolhas raramente eram considerados: cabeça e coração eram separados das costas e das mãos, e desvinculados do ventre e da vagina”. A sexualidade das mulheres negras poderia então ser transformada em mercadoria vendida. O interesse de longa data da ciência ocidental pela genitália das mulheres negras parece se adequar a isso, na medida em que reduzir essas mulheres a uma genitália mercadorizada é tratá-las como prostitutas em potencial (OMOLADE, 1994, p. 7 apud COLLINS, 2019, p. 231).

Joyce, a Preta Rara, ao narrar a sua história, levou-me para o quarto e colocou-me a escrever, já sensibilizada com as narrativas de Nátaly. No entanto, diferente de lembrar da minha história, comecei a chorar e lembrar das narrativas de minha mãe quando trabalhava de empregada doméstica e da minha irmã que teve certa experiência, até romper com esse espaço, não que ser doméstica seja uma profissão ilegítima, jamais. O que me chama atenção é que mais de 70% das empregadas domésticas são negras, tanto nas ruas como dentro de sua própria casa, minha irmã é tratada como: a dona da casa está, a sua patroa? A senhora faz diária? Minha irmã, hoje, é professora, educadora nata mesmo antes de ter um título. Mesmo com título e profissão, a minha irmã, Salete Gil de Azevedo, professora de sociologia no ensino médio, ainda é tratada como empregada doméstica.

Já os meus traços menos negroides não fazem de mim uma mulher branca, não trabalhei de empregada doméstica porque minha irmã me mostrou outros caminhos ao romper os paradigmas decorrente do acesso à educação. Trabalhadora do setor privado, tive quatro experiências que me marcaram. Tirando linha em uma fábrica de pijamas, atrevi a falar minha opinião e confrontar a opinião da chefe branca, a dona da Casa Grande, repressão na certa, quem era eu para ter boas ideias e contribuir de alguma forma com o processo de produção.

Na segunda, “a morena ajeitadinha”, ao atender lojistas de todo o Brasil, começou a ser chamada de “neguinha” frequentemente, “oh neguinha pega isso, oh neguinha pega aquilo”, termo utilizado sempre por mulheres brancas e muitas do Rio Grande do Sul. Só faltava dizer, “oh neguinha, volta para a senzala aqui não é o seu lugar”. Quando respondia a altura, paravam com as piadinhas racistas, assim, resisti.

Em minha terceira experiência, a “neguinha” deixou de ser tratada como ‘neguinha’, passou a ser tratada como a morena gostosa, dona de uma beleza exótica e uma tal de baiana arretada, também, questionava os racistas, deixavam sem jeito e muito desconfortáveis por fazê-los entender que o meu corpo não estava disponível para os seus deleites, as suas fantasias sexuais racistas e machistas. Por último, em um espaço predominantemente branco, sistema financeiro, tornei-me a feia estilosa, o corpo estranho, inteligente e ousado, a diferente, a geniosa, a feminista brava que não gosta de homens. Confesso que, às vezes, literalmente, finjo que não entendo os estigmas, afinal, evitar conflitos onde se ganha o pão de cada dia também é uma forma de resistência.

Engraçado é que nesses espaços, quando digo que sou negra é repressão total, deslegitimam-me, dizem que não sou. Aí, eu pergunto, se não sou negra, porque tais tratos e estereótipos? Branca já entendi que não sou! Aos que juram que não sou negra, peço um favor! Convençam a casa grande e, principalmente aos coronéis, que me olham como seu eu fosse um pedaço de carne succulenta e pronto para ser devorado a qualquer custo, isso mesmo a qualquer custo a “mulata” aqui tem preço, como se eu estivesse a venda. Collins ao fazer menção a Evelyynn Hammonds (1997):

a sexualidade das mulheres negras é frequentemente descrita por metáforas que fazem referência à falta de palavras, espaço ou visão; como um ‘vácuo’ ou espaço vazio que é ao mesmo tempo visível (exposto) e invisível, no qual o corpo das mulheres negras já está colonizado” (HAMMONDS, 1997, p. 171 apud COLLINS, 2019, p.217).

Se conseguirem descolonizar meu corpo e desconstruir como ele é tratado dia a dia, prometo falar em outro lugar de fala que não seja da mulher negra estereotipada, objetificada, subalternizada e agora negra brava, um corpo estranho que ocupa lugares de prestígio da branquitude. Falo por mim e pelas minhas ancestrais, não mais nos calaremos. Me curvarei apenas aos meus orixás em respeito à minha ancestralidade e fé e as minhas irmãs de luta, de resistência e protagonistas na luta pela sobrevivência e pela liberdade de nosso povo. Desse modo, “a voz que busco hoje, portanto, é tanto individual quanto coletiva, é pessoal e política, e reflete a intersecção de minha biografia única com o significado mais amplo do momento histórico em que vivo” (COLLINS, 2019, p. 16).

Essas reflexões e lembranças fazem parte do processo do que é escrever a própria história, contar em primeira pessoa enquanto mulher negra. Confesso que, embora seja um processo dolorido, é libertador, literalmente, li-ber-ta-a-dor causada pelo sistema opressor imposto a nós. Escrevendo, resisto.

Parafrazeando Conceição Evaristo (2012) ao dizer “(...) escrevo porque não sei dançar nem cantar. Não tenho outras formas de manifestar minhas angústias”. Eu digo, escrevo e danço para não adoecer e, mesmo não sabendo cantar, uso a música negra para manifestar minhas angústias e ecoar um canto de liberdade. Ainda, “minha preocupação agora é encontrar formas eficazes de usar a voz que reivindiquei enquanto tenho” (COLLINS, 2019, p. 25). Assim, “o ato de adquirir voz pela escrita, de romper com o silêncio pela linguagem, leva-a a falar com outros. Outras mulheres se libertam pela fala” (COLLINS, 2019, p.213).

E, para finalizar este capítulo, homenageio mais uma mulher negra que guardo dentro mim, enfermeira, assistente social, rainha do samba, a eterna Dona Ivone Lara, apesar do seu corpo não esteja mais presente entre nós, desde 18 de abril de 2018, a sua obra a torna imortal:

O que trago dentro de mim preciso revelar
 Eu solto um mundo de tristeza que a vida me dá
 Me exponho a tanta emoção
 Nasci pra sonhar e cantar
 Na busca incessante do amor
 Que desejo encontrar

Quanta gente por aí que não terá
 A metade do prazer que sei gastar
 No amor sou madrugada
 Que padece e não esquece
 E há sempre um amanhã
 Para o seu pranto secar

(Samba de Dona Ivone Lara)

CAPÍTULO 2

Escrevivência por sobrevivência para existir

*A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 ecoou lamentos
 de uma infância perdida.
 A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela
 A minha voz ainda*

*ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

(Vozes-Mulheres, Poemas de recordação e outros movimentos, p. 10-11).

Início esse capítulo com o *Poema de recordação e outros movimentos* de Maria da Conceição Evaristo devido ao poder simbólico e significativo que tem a sua poesia. Ainda, os versos escritos pela autora ao próprio punho retratam a história de resistência de mulheres negras, desde a travessia forçada de nossas ancestrais pelo navio negreiro até os tempos atuais. Fala de dores, opressões e remete ao período escravocrata, sobretudo, corpos, vozes em movimento que resistem, sobrevivem e anunciam novos tempos, assim ecoando esperança, liberdade, além de clamar por justiça social para a nova geração de meninas negras.

É importante mencionar que Conceição Evaristo é uma intelectual, um corpo feminino negro em movimento e que fez da sua voz e escrita um ato insubmisso ao *status quo* imposto a nós mulheres negras, subalternizadas, silenciadas e invisibilizadas por estruturas dominantes sociohistoricamente racistas, sexistas e classistas. A partir de suas experiências de vida enquanto mulher negra periférica, ativista e pesquisadora criou o conceito de *escrevivência*, ferramenta metodológica da presente pesquisa e que será apresentada mais adiante.

A autora com sua voz e escrita potente, insubmissa e periférica tem virado um fenômeno na atualidade, e não se limita apenas às fronteiras brasileiras, transcende a América Latina. Além de ter uma trajetória marcante, por romper com o silenciamento e a subalternidade imposto à mulher negra no Brasil e cada dia mais as suas obras conquistarem mais leitores, também, tem chamando a atenção de estudiosos e críticos. Sua trajetória, obras, em especial, o termo *escrevivência* têm sido objeto de estudo para além da literatura, vêm sendo discutidas por pesquisadores em diversas áreas de saberes, desde a música, pedagogia, geografia, história e até mesmo nas ciências sociais.

Embora a autora reconheça que em momento algum teve intenção em criar um conceito quando proferiu pela primeira vez a palavra *escrevivência* em 1995, desde então, estudos acadêmicos vêm sendo desenvolvidos, principalmente dentro da literatura, área em que tudo começou. Desse modo, o termo, enquanto conceito, tem ganhado força a partir de muitas discussões sobre os sentidos de *escrevivência* em trabalhos acadêmicos, artigos, dissertações, teses e, em particular, textos construídos na ótica da própria Conceição Evaristo e que, inclusive, debruço nossos olhares valorizando a percepção desta intelectual negra, a quem deu origem a *escrevivência*.

Desse modo, não havia outra maneira de iniciar esse capítulo se não fosse apresentando a vida de Conceição Evaristo, autora do conceito, também sujeita desta pesquisa, antes mesmo de apresentar a sua percepção sobre a *escrevivência*. Assim como Winnie Bueno (2019) ao abordar a trajetória de vida de Patrícia Hill Collins em sua dissertação, faço o mesmo com Conceição Evaristo:

[...] antes de aprofundar as análises sobre teoria e obra desenvolvida por ela, faz necessário como forma de ampliar a visibilidade das intelectuais negras. Mais ainda, contar a trajetória de uma mulher negra é uma forma de suprimir os processos de coisificação e desumanização que fazem parte do complexo de opressões vividas por essas mulheres. Narrar a trajetória de vida de uma pessoa negra com o objetivo de apresentá-la enquanto intelectual é um exercício importante para a formulação de conhecimento que esteja pautado numa perspectiva que questione e aponte a maneira com que o sistemático histórico controle de comportamentos e corpos de mulheres utilizados para manter intactas as estruturas de poder, as quais também estão alicerçadas em perspectivas que apagam, desconsideram e silenciam as experiências de mulheres negras como uma forma de fomentar concepções que buscam invisibilizar a humanidade dessas pessoas (BUENO, 2019, p. 37).

Esse posicionamento é um modo criativo de romper com os estereótipos atrelados a corpos femininos negros de que não produzem teoria. Seguindo essa linha de trabalho é possível ir além, humanizar a sua intelectualidade, mostrar que a sua produção de conhecimento não se resume em obras, livros. Winnie afirma:

[...] São trajetórias, vivências, famílias, problemas, são um rosto e um corpo. No caso de Patrícia Hill Collins, um corpo e um rosto negro e feminino. Apresentar a trajetória de vida da autora é permitir que sua história seja conhecida, suas preocupações intelectuais e ativistas apareçam de forma humanizada e, principalmente, é entender de forma breve, a vida de quem escreve é entender as razões pelas quais essa pessoa dedica seu tempo a uma tarefa tão árdua, tantas vezes solitária e conseqüentemente desprestigiada que

é a construção do saber, especialmente quando este está localizado numa perspectiva dissonante das elites sociais (BUENO, 2019, p. 37).

Posto isso, após abordar a trajetória de vida de Conceição Evaristo, é apresentado na perspectiva da autora a origem de sua escrita e da escrevivência, sem alienar-se de si, ou seja, falando por si, de si, para nós e de nós. Por fim, para fechar o capítulo, o poder das *insubmissas lágrimas de mulheres*, obra inspiradora para a construção da presente pesquisa.

Ainda que não será abordado a escrevivência na ótica dos pesquisadores, deixo registrado aqui duas obras fundamentais que unifica vários estudos produzidos por pesquisadores de diversas áreas sobre o conceito de escrevivência: *Escrevivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo* (2016), obra organizada por Constância Lima Duarte, Cristiane Côrtes e Maria do Rosário A. Pereira e mais recente *Escrevivência: a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (2020), organizado por Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes.

A voz insurgente de Maria da Conceição Evaristo de Brito, da favela para o mundo: vida e obra

Maria da Conceição Evaristo de Brito é uma mulher negra, escritora, literata, intelectual, professora, ativista, romancista, contista, poeta, mãe da especial Ainá, nascida em uma favela da zona sul da capital de Belo Horizonte-MG no ano de 1946. Veio de uma família muito pobre e semianalfabeta, segunda filha em meio a nove irmãos, teve a sua infância e adolescência marcada por muita miséria. No entanto, a mãe da escritora, dona Joana Josefina Evaristo, ao ter forte desejo que seus filhos aprendessem a ler, cautelosamente, matriculou todos em uma escola pública distante da favela. Apesar do acesso a uma ótima escola, foi nesse mesmo espaço de formação que “a escritora se deparou com “os porões da escola”, envolta em práticas pedagógicas excelentes para uns, e nefastas para outros”. “Ela percebe com mais intensidade a condição dos negros e pobres, afirmando experimentar o “apartheid” escolar...” (EVARISTO, 2009, s/p, apud OLIVEIRA, 2015, p.72). Mesmo que as dificuldades e obstáculos estiveram sempre presentes, Conceição Evaristo, aluna dedicada e com bom desempenho, seguiu os conselhos de sua mãe e tia, conciliou os seus estudos com o trabalho doméstico até concluir o Curso Normal no Instituto de Educação de Minas Gerais, em 1971, já aos seus 25 anos.

Conceição Evaristo sonhava com as salas de aula, mas mesmo com um diploma de professora em mãos, apresentando ótimo desempenho em sua trajetória escolar, estava

impossibilitada de lecionar em Belo Horizonte. O sistema classista de Minas fechava as portas para os seus sonhos. Naquela época, não existia concurso público para magistério, só poderia ser professora quem fosse indicado por famílias importantes da capital mineira, e a relação de sua família com esse meio social se dava apenas na condição de subalternidade, lembrando a casa grande e senzala. A autora relata que a sua “relação com a literatura começa nos fundos das cozinhas alheias. Minha mãe, tias e primas trabalharam em casas de grandes escritores mineiros ou nas casas de seus familiares. Digo mesmo que o destino da literatura me persegue” (EVARISTO, 2020, s/p). Entretanto:

[...] as famílias tradicionais para quem nós trabalhávamos não me imaginavam e não queriam para mim outro lugar a não ser aquele que “naturalmente” haviam me reservado. Houve mesmo uma patroa de minha tia, numa casa em que eu ainda menina e já mocinha ia fazer limpeza, lavava fraldas de bebê, ajudar nas festas, entregar roupas limpas e buscar as sujas, que fez a seguinte observação: “Maria, não sei por que você esforça tanto para a preta estudar!” (EVARISTO, 1996).

Então, essa realidade limitante fez com que a mineira fosse buscar novas possibilidades fora do estado. Em 1973, passou em um concurso público na baixada fluminense do Rio de Janeiro, quando se mudou, e pode lecionar até se aposentar em 2006. Conceição Evaristo desde a sua adolescência era apaixonada por “Jorge Amado, José Lins, Carolina Maria de Jesus e tantos outros; mais tarde, Graciliano, Rosa, Drummond, Bandeira e, também Solano Trindade, Abdias do Nascimento, Adão Ventura”, o que influenciou no ano de 1976 a ingressar na graduação em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Devido ao nascimento da menina especial Ainá precisou interromper o curso, concluindo no ano de 1989 (DUARTE, 2007, p. 23 apud OLIVEIRA, 2015, p. 73).

A autora deu continuidade a seus estudos e tornou-se mestra em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996) e Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estudou as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto.

A década de 1980, no auge do protagonismo do Movimento Negro no Brasil, na luta pelo enfrentamento à desigualdade racial e combate ao racismo histórico, sustentado pelo período escravagista e fincado em bases de teorias raciais alicerçadas pela ideologia da democracia racial e pela ausência do Estado com políticas públicas inclusivas, que Evaristo despertou para militância e para a “escrita literária como trabalho de processamento e

depuração, com rascunhos e mais rascunhos recheando suas gavetas” (DUARTE, 2007, 24 apud OLIVEIRA, 2015, p. 73).

Além disso, a sua paixão desde muito nova pelos estudos, literatura, leitura e escrita, especificamente, a sua sensibilidade e habilidade em transformar em escrita o que seus olhos familiarizado com a situação da população negra na favela viu e seu corpo sentiu e viveu. Possibilitando construir romances, contos, prosa e poemas de forma que descendentes de povos escravizados sejam narrados de acordo com a sua vida real, não de maneira superficial, caricata, o que é muito comum na produção literária no país. Dessa forma, pressupõe que essas particularidades permitiram que a mineira seguisse carreira enquanto escritora (ITAÚ CULTURAL, OCUPAÇÃO EVARISTO, 2017).

Na década de 90, Conceição Evaristo estreou na literatura com o poema *Vozes-mulheres*, na série Cadernos Negros. No ano de 2003, publica a sua primeira obra, o romance, *Ponciá Vivência*. Em 2006, ainda pela editora Mazza, pública *Becos da Memória*. Pela editora Nandyala, lança em 2008 *Poemas de recordação e outros movimentos*, em 2011, a antologia de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres* e, em 2014, *Olhos d'água*, o qual conquistou o Prêmio Jabuti de Literatura na categoria “Contos e Crônicas”.

No ano de 2016, lança mais um volume de ficção, *Histórias de leves enganos e parecenças*. Em homenagem à escritora, em 2017, o Itaú Cultural de São Paulo realizou a Ocupação Conceição Evaristo contemplando aspectos da vida e da literatura da escritora, ou seja, a sua biografia. Dentro da exposição foi retomado o projeto, criado em 1990 por um grupo de amigas escritoras negras, *Cartas Negras*. Em 2018, a escritora concorreu a uma cadeira na academia brasileira de letras e recebeu o Prêmio de Literatura do Governo de Minas Gerais pelo conjunto de sua obra, sendo reconhecida como uma das escritoras brasileiras mais relevantes na contemporaneidade.

Atualmente, a escritora tem seis livros lançados no Brasil e várias obras traduzidas na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e França. Vale destacar o fato de que, mesmo que Conceição Evaristo escrevesse desde a adolescência, os seus textos só ganharam atenção e começaram a ser publicados aos seus 44 anos, embora o reconhecimento seja tardio, o qual²⁴ que a própria autora questiona em suas entrevistas, cada vez mais vem conquistando leitores no Brasil e no mundo.

²⁴ É muito comum o reconhecimento tardio ou o não reconhecimento da produção de conhecimento de mulheres negras, fruto das estruturas dominantes que colocam as mulheres negras como não detentoras de saberes e incapazes de produzir conhecimento.

Maria da Conceição Evaristo de Brito, com seu jeitinho mineiro, sua sensibilidade e ousadia em escrever, viver e se ver na condição de mulher negra periférica em um país que se constituiu a base do sistema escravocrata, patriarcal e capitalista, além de impor historicamente as mulheres negras a um espaço de opressão e silenciamento, sobreviveu resistindo a todo tipo de opressão, rompeu com a subalternidade e, por meio da sua voz e escrita, ganhou repercussão internacional ao escrever a sua experiência de vida e dos seus, mesmo que utilize da ficção para a produção de sua escrita, que ora se confunde com a vida real, de tão real que são.

As obras de Conceição Evaristo são marcadas por suas vivências, experiências de vida enquanto mulher negra e retrata o cotidiano dos povos subalternizados. Em seus romances, contos, prosas, poemas e crônicas abarca as histórias dos “excluídos sociais, favelados, prostitutas, lavadeiras, empregadas domésticas, meninos(as) de rua, desempregados, bêbados” (OLIVEIRA, 2015, p.71). Desse modo, as narrativas presentes nas obras da escritora são construídas por figuras inesquecíveis como Ponciá Vicêncio, Vô Vicêncio, Maria-Nova, Maria-Velha, Negro Alírio, Luandi, Bondade, Tio Totó, Zaita, Naita, Di Lixão, Duzu-Querença, Ana Davenga, entre outros personagens retratados em suas obras, minorias quase inexistentes na literatura brasileira (Oliveira, 2015).

Apesar da gama de personagens marcantes, presentes em suas narrativas, as mulheres negras são as maiores protagonistas, o que permite a suas (seus) leitoras (es) refletir acerca das opressões de gênero, raça e classe que faz parte, cotidianamente, da vida dos descendentes de povos sequestrados de países de África, escravizados no Brasil e, após a Lei Áurea, relegados aos porões da subalternidade em que permanecem à margem até hoje, sobretudo as mulheres negras, as quais representam a base da pirâmide social. A autora em sua produção literária denuncia as opressões de classe, gênero e raça nas histórias de suas personagens negras, a partir do ato de narrar e escrever histórias de vida, ato este denominado pela escritora de *Escrevivência*, assim, a escrita que nasce de um corpo, de uma condição, do cotidiano, das lembranças e da experiência de vida. Mais adiante, aprofundaremos neste termo/conceito.

Embora a vida da autora seja marcada por opressões por ser mulher e negra, Evaristo pode romper com o silenciamento e espaço de subalternidade imposto às mulheres negras no Brasil. Devido a tamanha potência de sua escrita e voz insubmissa e, a sua produção de conhecimento ganhou relevância internacional. E a sua trajetória, obras e *escrevivência* têm sido objeto de estudo no Brasil e para além das fronteiras e do meio literário. Logo, vem ganhando repercussão em meio acadêmico nas Ciências Humanas e Sociais (COSER, 2016, P. 16).

Nesse sentido, Evaristo tem impressionado os seus leitores pela facilidade que se movimenta entre gêneros literários, a poesia, a prosa curta, o romance e o ensaio, igualmente a vivacidade e capacidade de cativar com o seu discurso em apresentações e entrevistas. A autora é reconhecida como parte integrante das mulheres negras da diáspora africana nas Américas por causa da forma determinante e dinâmica que dialoga com a literatura de autoria feminina negra para além do cenário nacional, atravessa o atlântico e ganha repercussão internacional, utilizando dos espaços e recursos que ganham corpo na contemporaneidade. Entretanto, Coser (2016, p.16) “em processo subjacente, expandem-se pesquisas e publicações que abordam suas obras em contextos diaspórico e transnacional. No espaço acadêmico brasileiro, observam-se cursos e seminários, projetos de pesquisa, artigos publicados, edições de revistas, dissertações e teses que abordam sua trajetória e obras”.

Gênese da escrita de Conceição Evaristo

A escrita de Conceição Evaristo esteve presente em sua vida desde muito pequena e é marcada pela sua história de vida, pelos laços afetivos entre sua família e comunidade lutando pela sobrevivência na favela. Em seu texto *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*, a autora apresenta alguns fatores que considera relevantes e que provavelmente tenham contribuído para a desenvoltura de sua escrita feminina negra. Entre eles:

Talvez o primeiro sinal gráfico, que me foi apresentado como escrita, tenha vindo de um gesto antigo de minha mãe. Ancestral, quem sabe? Pois de quem ela teria herdado aquele ensinamento, a não ser dos seus, os mais antigos ainda? Ainda me lembro, o lápis era um graveto, quase sempre em forma de uma forquilha, e o papel era a terra lamacenta, rente as suas pernas abertas. Mãe se abaixava, mas antes cuidadosamente ajuntava e enrolava a saia, para prendê-la entre as coxas e o ventre. E de cócoras, com parte do corpo quase alisando a umidade do chão, ela desenhava um grande sol, cheio de infinitas pernas. Era um gesto solene, que acontecia sempre acompanhado pelo olhar e pela postura cúmplice das filhas, eu e minhas irmãs, todas nós ainda meninas. **Era um ritual de uma escrita composta de múltiplos gestos, em que todo corpo dela se movimentava e não só os dedos.** E os nossos corpos também, que se deslocavam no espaço acompanhando os passos de mãe em direção à página-chão em que o sol seria escrito. Aquele gesto de movimento-grafia era uma simpatia para chamar o sol (EVARISTO, 2005 **grifo nosso**).

Ainda, a autora retrata que por meio do hábito de rabiscar o chão, a sua mãe Joana Josefina Evaristo ao compor cada traço de sua grafia, na arquitetura daqueles símbolos externalizava o seu desespero, usando um graveto em contato com o chão. Dona Joana não

apenas desenhava e escrevia o sol, ela clamava por ele, assim como a compreensão dos artistas das culturas tradicionais africanas em relação às máscaras por eles esculpidas, que não representam uma entidade, as mesmas são as próprias entidades, assim denominavam. A grafia de sua mãe falava de si e sobre os seus:

E no círculo-chão, minha mãe colocava o sol, para que o astro se engrandecesse no infinito e se materializasse em nossos dias. Nossos corpos tinham urgências. O frio se fazia em nossos estômagos. Na nossa pequena casa, roupas molhadas, poucas as nossas e muitas as alheias, isto é, as das patroas, corriam o risco de mofarem acumuladas nas tinas e nas bacias. A chuva contínua retardava o trabalho e pouco dinheiro, advindo dessa tarefa, demorava mais e mais no tempo. Precisávamos do tempo seco para enxugar a preocupação da mulher que enfeitava a madrugada com lençóis arrumados um a um nos varais, na corda bamba da vida (EVARISTO, 2005).

Para a intelectual, é bem provável que dessa vivência tenha descoberto “a função, a urgência, a dor, a necessidade e esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (EVARISTO, 2005 s/p). Muitas são as lembranças que autora traz em sua memória e, muitas delas, Evaristo acredita ter feito parte do processo de construção de sua escrita, a qual se desencadeou pela sua condição de mulher negra periférica:

Ainda bem menina, em que a escrita me apareceu em sua função utilitária e às vezes, até constrangedora, era no momento da devolução das roupas limpas. Uma leitura solene do rol acontecia no espaço da cozinha das senhoras: 4 lençóis brancos, 4 fronhas, 4 cobre-leitos, 4 toalhas de banho, 4 toalhas de rosto, 2 toalhas de mesa, 15 calcinhas, 20 toalhinhas, 10 cuecas, 7 pares de meias, etc, etc, etc. As mãos lavadeiras, antes tão firmes no esfrega-torce e no passa-dobra das roupas, ali diante do olhar conferente das patroas, naquele momento se tornavam trêmulas, com receio de terem perdido ou trocado alguma peça. Mãos que obedeciam a uma voz-conferente. Uma mulher pedia, a outra entregava. E quando, eu menina testemunhava as toalhinhas antes embebidas de sangue, e depois, já no ato da entrega, livres de qualquer odor ou nódoa, mais a minha incompreensão diante das mulheres brancas e ricas crescia. As mulheres de minha família, não sei como, no minúsculo espaço em que vivíamos, segredavam seus humores íntimos. Eu não conhecia o sangramento de nenhuma delas. E quando em meio às roupas sujas, vindas para a lavagem, eu percebia calças de mulheres e minúsculas toalhas, não vermelhas, e sim sangradas do corpo das madames, durante muito tempo pensei que as mulheres ricas urinassem sangue de vez em quando (EVARISTO, 2005).

Assim, Evaristo narra as vivências árduas entre as mulheres negras de sua família de forma simbólica, reverberante, narrativas de denúncia e de luta pela sobrevivência. Acredita que as mãos que rasurava o desespero da mulher negra no chão da favela usando um graveto,

as mãos firmes das lavadeiras que lavavam e torciam as toalhinhas sujas com sangue íntimo das madames, as mãos que retirava toda a sujeira das roupas das mesmas e as mãos trêmulas permeada pelo medo de punição caso faltasse alguma peça de roupa, foram as mesmas mãos responsáveis pela sua educação:

Foram elas que guiaram os meus dedos no exercício de copiar meu nome, as letras do alfabeto, as sílabas, os números, difíceis deveres de escola, para crianças oriundas de famílias semi-analfabetas. Foram essas mãos também que folheando comigo, revistas velhas, jornais e poucos livros que nos chegavam recolhidos dos lixos ou recebidos das casas dos ricos, que aguçaram a minha curiosidade para a leitura e para a escrita. Daquelas mãos lavadeiras recebi também cadernos feitos de papéis de embrulho de pão, ou ainda outras folhas soltas, que, pacientemente costuradas, evidenciavam a nossa pobreza, e distinguiam mais uma de nossas diferenças, em um grupo escolar, que nos anos 50 recebia a classe média alta belorizontina. Das mãos lavadeiras, recebi ainda listas de mantimentos, palavras cifradas, preços calculados para não ultrapassar o nosso minguado orçamento (sempre ultrapassavam) e lá ia eu, menina, às tendinhas, aos armazéns e às padarias perto da favela para fazer compras. Nesse exercício de quase adivinhar os textos escritos produzidos por minha família, quem sabe o meu aprendizado para um dia caminhar pelas vias da ficção...Ainda, uma de minhas tias, a que me criou, tinha por hábito de anotar resumidamente em folhas de papéis, datas e acontecimentos importantes, desde fatos relacionados à economia doméstica, a acontecimentos sociais ou religiosos. Anotações familiares como: “A nossa última galinha d’angola fugiu semana passada, isto é, no final do mês de novembro” (EVARISTO, 2005 - online).

Em meio a esse cenário de exclusão e resistência, Conceição foi crescendo, vivendo a vida enquanto um corpo feminino negro na favela e adquiriu saberes com a sua mãe, familiares e comunidade. Ao se interessar por registrar alguns dos acontecimentos cotidianos, desenvolveu a sua escrita, o que a levou a ganhar prêmio de melhor redação na escola. Ainda cedo, assume a responsabilidade de cuidar de seus irmãos menores, acompanhar o desempenho de todos na escola, desde os seus deveres até mesmo representar a sua mãe nas reuniões escolares. Além de assumir outras responsabilidades com outras crianças menores da vizinhança, partilhar o seu conhecimento para contribuir com o aprendizado de todos e que também lhe trouxe alguns trocados e alegrias:

No pequeno quintal de nossa casa, debaixo das árvores, improvisei uma sala de aula. Das moedas, que me eram dadas pelas mães gratas pelo desenvolvimento de seus filhos na escola, surgiam meu primeiro salariozinho. Riqueza que me permitia comprar ora o pão diário, ora açúcar, ora o leite do irmãozinho menor, ora um caderno para mim, e às vezes algum livrinho, (revistinhas infantis, gibis, que não sei porque eu considerava como sendo livro) ou ainda obter uma alegria maior: doces, doces, doce [...] (EVARISTO, 2005).

A escritora acredita que a gênese de sua escrita se deu:

[...] no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências. Dos fatos contados à meia-voz, dos relatos da noite, segredos, histórias que as crianças não podiam ouvir. Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias. De olhos cerrados eu construía as faces de minhas personagens reais e falantes. Era um jogo de escrever no escuro. No corpo da noite. Na origem da minha escrita ouço os gritos, os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas, ou nos vãos das portas contando em voz alta uma para outras as suas mazelas, assim como as suas alegrias. Como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós, era a talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos. Venho de uma família em que as mulheres, mesmo não estando totalmente livres de uma dominação machista, primeira a dos patrões, depois a dos homens seus familiares, raramente se permitiam fragilizar. Como “cabeça” da família, elas construía um mundo próprio, muitas vezes distantes e independentes de seus homens e mormente para apoiá-los depois. Talvez por isso tantas personagens femininas em meus poemas e em minhas narrativas? Pergunto sobre isto, não afirmo (EVARISTO, 2005).

A literata foi adquirindo conhecimento dia a dia, aprendendo mais e mais na favela, com as suas experiências e vivências enquanto mulher negra e pobre. Mesmo não nascendo rodeada de livros, desde o berço, teve afeição em ouvir e contar histórias e, no decorrer dos anos, aprendeu a colher as palavras ditas e logo materializá-las a partir do ato de escrever, mesmo que em restos de folhas de pão que eram costuradas pelas mãos daquelas que a inspirava e incentivava a caminhar rumo à educação, rumo à concretude de seus sonhos. Sonhos que foram se tornando possíveis por meio de alguns acontecimentos, a exemplo, quando já mocinha e já podendo ir e vir, a sua tia se tornou servente da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, onde pode acessar livros e mais livros. A autora relata que:

A leitura desde a adolescência foi para mim um meio, uma maneira de suportar o mundo, pois me proporcionava um duplo movimento de fuga e inserção no espaço em que eu vivia, a escrita também desde aquela época, abarcava estas duas possibilidades. **Fugir para sonhar e inserir-se para modificar.** Essa inserção para mim pedia a escrita. E se inconscientemente desde pequena, nas redações escolares eu inventava outro mundo, pois dentro dos meus limites de compreensão, eu já havia entendido a precariedade da vida que nos era oferecida, aos poucos fui ganhando uma consciência. Consciência que compromete a minha escrita como um lugar de auto-afirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra (EVARISTO, 2005). (**grifo nosso** s/p)

Ao retratar a grafia de sua mãe como uma imagem da escrita diferencial, pode-se dizer que uma escrita criativa, desenhada conforme movimentava seus corpos (o dela e nossos) e, relata ainda, a existência de um diário escrito ao próprio punho por ela mesma. Esse movimento levou a escritora a se voltar ao gesto em que sua mãe escrevia o sol na terra e indaga a si mesma:

O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semi-alfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita. Tento responder. Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, **escrever adquire um sentido de insubordinação**. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos (EVARISTO, 2005 **grifo nosso**, s/p).

Além da imagem escrita de sua mãe, a presença da leitura e os movimentos dos corpos negros em busca de resistência na favela, a literata apresenta, como mais um dos fatores importantes que contribuiu para a sua produção literária, o contato da família com a escrita periférica / subalternizada presente na obra de Carolina Maria de Jesus - *Quarto de despejo, diário de uma favelada*. Segundo Oliveira (2015, p. 18), “seu testemunho não se situa no “centro”, mas ressoa a partir do interior da periferia, no seu “quarto de despejo”, um local de enunciação que é negro, favelado e fraturado pela fome e pela miséria”. Além disso, Conceição Evaristo lembra de sua mãe dizendo que Carolina de Jesus ao narrar seu dia a dia na favela do Canindé em São Paulo havia criado uma tradição literária:

Minha mãe leu e se identificou tanto com o Quarto de Despejo, de Carolina, que igualmente escreveu um diário, anos mais tarde. Guardo comigo esses escritos e tenho como provar em alguma pesquisa futura que a favelada do Canindé criou uma tradição literária. Outra favelada de Belo Horizonte seguiu o caminho de uma escrita inaugurada por Carolina e escreveu também sob a forma de diário, a miséria do cotidiano enfrentada por ela. (EVARISTO, 2009 *apud* OLIVEIRA, 2015, p.72)

A relação de sua família com a obra da Carolina de Jesus ia além de uma leitura comum, se viam enquanto personagens. “A história da escritora era nossa história” (EVARISTO, 2009

apud OLIVEIRA, 2015, p.72). A escritora da favela do Canindé, ao registrar a exclusão social presente no cotidiano, apenas com o segundo ano escolar, conseguiu dialogar com milhares de pessoas em mais de 13 países, voz que inspirava Dona Joana e os seus na capital mineira. Assim como Carolina de Jesus, Dona Joana “não tinha estudos, mas colecionava cadernos que achava pelas ruas e os recheava com seus escritos sobre a vida, pensamentos e poemas” (ITAÚ CULTURAL, 2017). Conceição Evaristo salienta:

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite. (Evaristo, 2010 apud BARBARA_MACHADO, 2014, p.259).

O fato de as mulheres negras serem subjugadas aos porões da subalternidade, ao silenciamento, e ocuparem historicamente a base da pirâmide social, o ato da escrita torna-se um ato de insubordinação ao sistema opressor. Consequentemente, fazer do silêncio imposto pelas opressões cotidianas, narrativas de denúncia de práticas racistas, sexistas e classistas, tal como torna-se um ato político, visto que ser insurgente é contar a sua história, nossa história, a de um povo, a história não contada do nosso povo, diferente daquelas contada na maioria das vezes de forma caricaturada, satirizada ou romantizada. Por essas questões é que Conceição descreve sobre a importância de que mulheres como ela, a sua mãe e Carolina de Jesus, assegurem e se reconheçam enquanto escritoras. A autora afirma:

[...] sendo as mulheres negras invisibilizadas, não só pelas páginas da história oficial brasileira, mas também pela literatura, e quando se tornam objetos da segunda, na maioria das vezes, surgem ficcionalizadas a partir de estereótipos vários, para as escritoras negras cabem vários cuidados. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra (Evaristo, 2005, p. 6).

A música, a dança, a poesia e o olhar para pessoas é o que motiva a sua escrita. Em entrevista²⁵ dada pela autora ao canal de Literaturas Brasileiras em fevereiro de 2020 a literata

²⁵ Assista a entrevista na íntegra em: <https://youtu.be/QXopKuvxevY>

afirma que sua escrita é o espírito de sobrevivência, oportunidade de se agarrar a vida e se libertar da dor. Escrever é uma forma de sangrar e a vida é uma sangria desatada.

Conversando com a Escrivência: a escrita de nós

Figura 6: Ama de leite, a mãe preta é a imagem de controle da mulher negra.



Fonte: Google imagens

Trago as imagens de mães pretas, conhecidas também como amas de leite, para ilustrar a origem da palavra *escrevivência*, criada pela literata Conceição Evaristo em meados dos anos de 1990. Antes de apresentar os porquês dessas imagens ser o fundamento histórico, o núcleo da *escrevivência* de Evaristo, é importante abordar alguns fatores relevantes que fazem parte da construção da palavra a partir do olhar de sua criadora e deixar claro que a autora quando disse, pela primeira vez, a palavra *escrevivência*, em momento algum, pensou em criar um termo/conceito. Essa questão tem sido discutida, atualmente, por pesquisadores das mais diversas áreas.

Em aula online ministrada²⁶ em outubro de 2020 aos alunos do curso de Letras da PUC-Rio, conforme declaração da própria Conceição Evaristo, uma das gêneses da palavra *escrevivência* está relacionada ao dia que cunhou a palavra pela primeira vez em uma mesa

²⁶ Acesse a aula completa em: <https://www.youtube.com/watch?v=ygdWl0o8lps&t=2449s>

composta por escritoras negras, entre elas: Mãe Beata²⁷, Lia Vieira²⁸, Miriam Alves²⁹ e Esmeralda Ribeiro³⁰ no seminário Mulheres e Literatura: uma poética de nossa afro-brasilidade realizado em 1995 no Rio de Janeiro. Evaristo, ao concluir a sua apresentação no evento, encerrou a sua fala com a seguinte frase: “nossa escrevivência não é para ninar os da casa grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020 - aula online).

Embora o termo tenha sido usado pela primeira vez nesse momento, tem dois fatores fundamentais que a autora considera a gênese da escrevivência. Primeiro, é o processo de desenvolvimento de escrita de sua dissertação, trabalho defendido em 1996. Ao estudar poemas de autoria negra de homens e mulheres no mestrado, a autora pode perceber que as escritas poéticas negras abarcavam um movimento de repúdio sobre o que diziam dos corpos negros estereotipados em um país constituído a base de uma cultura hegemônica eurocêntrica, patriarcal e racista. Através de um jogo de palavras, na tentativa de entender e descrever sobre o seu objeto de pesquisa, percebeu que os autores negros e autoras negras ao escrever seus poemas, eles (as) “se inscreviam e se viam por meio da memória da pele” (EVARISTO, 2020 - aula online).

Essa percepção de Evaristo a levou para um aglutinado de palavras, “escrever - inscrevi-vendo-se pela memória da pele”. Ou seja, as autorias eram marcadas pelo movimento de escrever os seus corpos negros, escrita em que o sujeito escrevia a partir da sua vivência, da sua inserção no mundo, como se percebia e como era percebido através de seus corpos. Os escritores (as) escreviam, viviam e se viam enquanto corpos colonizados, descendentes de

²⁷ Mãe Beata de Yemonjá, nome pelo qual foi conhecida Beatriz Moreira Costa, nasceu em Salvador, BA, em 20 de janeiro de 1931, radicando-se em Miguel Couto, Nova Iguaçu, RJ. Neta de portugueses e africanos escravizados e conduzidos ao Brasil, passou a sua infância nos arrabaldes de Cachoeira do Paraguassu, Bahia, cercada pela presença de mãe Afalá e por outras mulheres de origem africana, essencialmente, pela avó paterna, mulher que, segundo Mãe Beata em seus relatos, “tratava de todos no engenho com suas ervas e mezinhas”. (*Caroço de Dendê*, p. 12). Saiba mais em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/591-mae-beata-de-yemonja>

²⁸ Lia Vieira nasceu no Rio de Janeiro, em 1958, onde reside. É graduada em Economia, Turismo e Letras. cursou doutorado em Educação na Universidade de La Habana (Cuba)/Universidade Estácio de Sá (RJ). É pesquisadora, artista plástica, dirigente da Associação de Pesquisa da Cultura Afro-brasileira e militante do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres. Saiba mais em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/563-lia-vieira>

²⁹ Miriam Aparecida Alves nasceu em São Paulo em 1952. É assistente social e professora. Começou a escrever aos onze anos, conforme relatou para a revista estadunidense *Callaloo* (1995, p. 970-2). Na década de 1980, passou a integrar o coletivo Quilombhoje Literatura, responsável pela produção dos *Cadernos Negros*, publicação na qual estreia no número 5, de 1982. Em sua apresentação, afirma: “comecei chorando, agora grito palavras e lágrimas, os soluços e as agulhas da opressão que ferem fundo minha pele negra” (1982, p. 44). Saiba mais em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/348-miriam-alves>

³⁰ Esmeralda Ribeiro é jornalista, nascida em São Paulo em 1958, faz parte da Geração Quilombhoje, que atua nos movimentos de combate ao racismo e na construção de uma ‘Literatura Negra’, a partir do resgate da memória e das tradições africanas e afro-brasileiras. A autora participa regularmente de Seminários e de Congressos nacionais e internacionais, sempre apresentando estudos sobre escritoras afrodescendentes, com o objetivo de incentivar uma maior atuação da mulher negra na literatura. Nos anos 80, foi uma das poucas mulheres a integrar as discussões do I e do II Encontros Saiba mais em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/244-esmeralda-ribeiro>

africanos e africanas escravizados em nosso país. Então, “escrever inscre-vi-vendo-se pela memória da pele, se faz cantando o corpo negro na afirmação de uma identidade étnica” (EVARISTO, 2020 - aula online).

A autora nos chama a atenção para o fato de que as obras pesquisadas foram criadas na década de 1980, no período histórico em que o Movimento Negro Unificado - MNU- no Brasil denunciava a falácia da democracia racial no país. Ainda, o discurso presente nas poesias estudadas pela autora era o mesmo discurso que ganhou espaço e foi sendo disseminado em outras áreas de saberes, como na educação e na história. Discurso contra hegemônico, em que os autores (as) procuravam falar por si, de si de acordo como se viam, eram vistos e tratados pela sociedade, era como se estivessem buscando o seu lugar de fala. As narrativas poéticas analisadas por Evaristo em sua dissertação contradiziam narrativas eurocêntricas que quase sempre estereotipa e objetifica corpos negros no discurso literário. Os autores negros e autoras negras pesquisados pela literatura rompiam com o discurso arraigado no imaginário social, percebeu, que a produção literária dos seus “por meio da “memória da pele”, escreve-se, inscre-vi-vendo-se um corpo sujeito que busca o seu próprio pertencimento, que se observa como dono de si próprio” (EVARISTO, 2020 - aula online).

O segundo ponto, considerado por Evaristo como a essência da escrevivência, é a imagem da mãe preta, conhecida também como a ama de leite e ilustrada no início desse subtópico. A imagem da mãe preta remete a uma imagem de submissão, da mãe preta boazinha, passiva as opressões e que contava história para colocava os filhos da casa grande para ninar. Entretanto para Evaristo essa imagem não representa a história das mulheres negras escravizadas, acredita que a imagem da mãe preta e/ou ama de leite representa resistência, insubmissão de quem resistia as opressões racistas e machistas. Essa imagem é o cerne da palavra e está atrelada a um período histórico, o período escravocrata, logo, remete a lembranças de um passado colonial que desumanizou os povos escravizados, sequestrados de seus países de África e seus descendentes da diáspora, sobretudo as mulheres negras, que embora terem sido as mais violentadas, animalizadas pelas estruturas opressoras, sua história não é de submissão. Dessa forma, lembranças desse período, que envolve a imagem da mãe preta, foi o que levou a autora em um momento criativo a dizer, ESCREVIVÊNCIA. Em abertura do livro *Escrevivência: a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (2020), organizado por Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes, Evaristo relata:

A imagem fundante do termo é a figura da Mãe Preta, aquela que vivia sua condição de escravizada dentro da casa-grande. Essa mulher tinha como

trabalho escravo a função forçada de cuidar da prole da família colonizadora. Era a mãe de leite, a que preparava os alimentos, a que conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras, tudo fazia parte de sua condição de escravizada. E havia o momento em que esse corpo escravizado, cerceado em suas vontades, e sua liberdade de calar, silenciar e gritar, deveria estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de “contar histórias para adormecer os da casa-grande. E a Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência. Foi nesse gesto perene de resgate dessa imagem, que subjaz no fundo de minha memória e história, que encontrei a força motriz para conceber, pensar, falar e desejar e ampliar a semântica do termo. (EVARISTO, 2020, p.30)

Evaristo, ao resgatar de sua memória a imagem da mãe preta, usou sua voz, letra e escrita para confrontar, rasurar, borrar do imaginário social a imagem de nossas ancestrais que tanto lhe incomodou, voz esta não voz passiva, embora o silêncio da obediência, mas uma voz potente que alimentava todo a casa-grande, a voz educadora e de saberes ancestrais que contava e cantava histórias obrigatoriamente para ninar os seus futuros opressores. Autora descreve:

A escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso afirmo “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos (EVARISTO, 2020, p. 30)

Observa-se que o ato da escrita para as mulheres negras na percepção de Evaristo é uma ação contra o *status quo* à submissão, ao silêncio imposto às nossas ancestrais, assim, a escrevivência acaba sendo um ato insurgente criado pela autora para desconstruir a imagem da mãe preta do passado colonial. Passado esse que desumanizou, desumaniza, silenciou e, ainda, silencia as mulheres da diáspora por ter os seus corpos marcados por um passado escravista. Entretanto, a escrevivência nos convida a não mais contarmos histórias para ninar a casa grande, ao contrário, usar a voz potente de nossas ancestrais, que ainda ecoam em consonância com nossas vozes, letra e escrita, para não os deixar dormir tranquilos diante das injustiças que nos feriu, nos fere, fez e nos faz sofrer. Segundo a escritora:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana (EVARISTO, 2020, p. 30).

A escrevivência permite que mulheres negras traga uma história não contada, sobretudo uma história vivida, sentida, vista e escrita a partir de um corpo feminino e negro, histórias individuais, particulares, mas que carregam consigo experiências e saberes ancestrais das mães pretas, vivências e aprendizados de negras descendentes dessas mães pretas que ainda lutam historicamente por sobrevivência, histórias de luta e resistência que conectam com outras histórias de mulheres negras da diáspora. Escrever-vivendo pode se dizer que é uma ação, um movimento de escrita viva no sentido do viver ou que dialoga com a vivência de um coletivo de africanas (os) e suas (seus) descendentes no Brasil. Nesse sentido, Evaristo (2020, p.35) afirma:

A escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade.

A autora aborda a ideia de coletividade, no sentido de que o sujeito não só é um sujeito individualizado, mas um sujeito que pode ser individualizado, tem suas particularidades e que pode ser descrito em primeira pessoa, mas não se esgota na primeira pessoa. Vai muito além! É um sujeito coletivo. Por isso, traz a escrevivência como uma escrita das vivências das mulheres negras, todavia, teve o cuidado de não homogeneizar as nossas experiências. Ainda, reconhece que não somos sujeitas lineares, pelo contrário, somos sujeitas complexas, diversas e plurais, ainda que nossas histórias se cruzem e possam apresentar similaridades, principalmente em se tratando das opressões de gênero, raça e classe que permeiam por vidas negras historicamente.

A literata tem tido também o cuidado de continuar afirmando que a escrevivência não só é uma escrita de autoria negra, como nasceu de processo histórico muito particular e tem todo um fundamento histórico com base na imagem da mãe preta e que remete a um passado colonial, mas um passado que atravessa as águas do oceano atlântico e chegam no continente Africano. Em síntese, a escrevivência é uma escrita particular de mulheres negras, respeita as

subjetividades de cada história, é coletiva e é marcada por saberes ancestrais, mesmo que na atualidade venha sendo pensada enquanto termo/conceito para além da literatura. A autora quando é questionada se a escrevivência pode ser usada para a escrita de si ou como uma ficção de si, uma autoficção? Embora diga que sim, pede atenção! Até certo ponto. Uma vez que, quando pensou na escrevivência, levou em consideração essas questões fundantes que giram em torno da palavra (EVARISTO, 2020).

Evaristo também nos chama a atenção para comparações da escrevivência com o mito do narciso e afirma que a escrevivência não pode ser pensada dessa forma. Primeiro porque o jovem narciso, ao se olhar no espelho, se apaixona pela sua própria imagem, o espelho de narciso retratado na mitologia grega, não mostra nosso rosto. Quando pensamos em padrão de beleza o que vem em mente? Provavelmente não é a imagem de africanas e africanos e de suas (seus) descendentes. Nossos corpos e rostos nunca fizeram parte do padrão de beleza eurocêntrico, pelo contrário, fomos ensinados a rejeitar quem somos, não olhamos e nos apaixonamos por nós mesmos, normalmente não adoramos nossa imagem, nossa beleza nunca foi exemplo, como o espelho do narciso (EVARISTO, 2020).

A segunda questão é que a escrevivência foi pensada com base nos mitos africanos, através de narrativas da cosmogonia e teogonia africana. Nesse cenário da mitologia africana, os espelhos presentes, mais conhecido como abebê, é o de Oxum rainha das águas doce, mãe da fertilidade e o de Iemanjá rainha das águas salgadas e mãe cuidadora e protetora. O espelho de Oxum leva a escritora a perceber e valorizar a sua beleza, a sua potência, é o espelho responsável por revelar o seu rosto, é o espelho capaz de alimentar a sua autoestima e a coloca enquanto sujeita individualizada. No entanto, na medida em que a autora diz ir se fortalecendo no espelho de Oxum e passa a se reconhecer enquanto sujeito individualizado, dotada de uma beleza ancestral aparece outro espelho, o espelho de Iemanjá. O abebê de Iemanjá é o espelho da acolhida e é exatamente o que acolhe o outro. É um processo em que o sujeito individualizado sai do abebê de Oxum fortalecida, empoderada e contempla a outra mãe a que acolhe e cuida. Já Oxum é a que gera. O sujeito individual sai do espelho de Oxum e vai para um espelho que o leva a uma coletividade. Enfim, são espelhos que remetem a realidades muito diferentes do espelho de narciso, do ser egocêntrico e individual. Por isso, os espelhos presentes na escrevivência é o espelho do autoconhecimento, espelho em que o sujeito individual se descobre e, ao se descobrir, se conecta com a coletividade ao ganhar potência para poder descobrir o outro por meio do abebê de Iemanjá (DUARTE; NUNES, 2020).

Finalizando essa conversa sobre a escrevivência a partir de sua criadora, ousou brincar, ao fazer um jogo com a palavra sobreviver, isso porque as escrevivências das mulheres negras

é uma escrita-sobre-viver, afinal de contas, como sobrevivemos, enquanto corpos femininos negros, às opressões interseccionais? Quem além de nós sabe o que vivemos, como vivemos, acima de tudo sobrevivemos? Para Evaristo:

A escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação, é uma busca para se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida (EVARISTO, 2020, p. 36).

A autora levou-me a refletir que a escrevivência das mulheres negras é demarcada pelas formas estratégicas utilizadas para a sua sobrevivência, e dos seus, no dia a dia. Afinal, para sobreviver em meio a tanta opressão é necessário resistir e, para resistir, é preciso lutar no intuito de assim continuar vivendo, por isso, é imprescindível falar sobre-viver, sobre-vivência e sobre-reviver, a minha, a sua, as nossas histórias enquanto mulheres negras complexas, diversas e plurais. Afinal, para a autora, a escrevivência é uma forma de lutar contra narrativas eurocêntricas, mediante a nossa escrita, que é vivida, sentida e vista historicamente pelo olhar das oprimidas, olhar, também, de quem luta e resiste, nós mulheres da diáspora. Sobre isso, Evaristo aponta que:

[...] o corpus da escrita das mulheres negras pode ser aprendido um eu negro, sujeito mulher metaforizando a luta contra a autoria/autoridade falocêntrica e notadamente branca, criando imagens de uma autorrepresentação de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido”. Um corpo vivido em sua própria escrita: uma escrita vivida por um corpo que se inscreve/escreve em sua escrevivência (EVARISTO, 2020 PUC -AULA ONLINE).

Quando se pensar autoria, subentende-se uma autoridade, e falar em autoridade no Brasil é falar do sujeito branco e hétero, visto que é ele quem tem autoridade para descrever sobre o corpo da mulher, do indígena, da mulher negra, do homem negro, para além, o corpo não hétero, assim o descreve quase sempre com indiferença, como corpos inferiores. Por conseguinte, Evaristo, por meio da escrevivência, rompe com esse paradigma, pois o corpo que descreve é acima de tudo um corpo que vive e/ou viveu o que escreve, consequentemente, a sua escrevivência é de dentro para fora, ou seja, “é um corpo vivido em sua própria escrita, é uma escrita vivida por um corpo que se inscreve em sua escrevivência” (EVARISTO, 2020 -AULA ONLINE). Isso porque:

Nossa escrevivência reivindica o direito de contar as nossas próprias histórias. O corpo enunciador de quem narra, de quem registra a sua escrevivência, não

se distancia do corpus que está sendo narrado, pois é esse mesmo corpo enunciador que pleiteia o direito de criar e contar a história. E em nossa fala, há muito a fazer-dizer, há muito de palavra-ação. Falamos para exorcizar o passado, arrumar o presente e predizer a imagem de um futuro que queremos. Nossas vozes-mulheres negras ecoam desde o canto da cozinha à tribuna. Dos becos das favelas aos assentos das conferências mundiais. Dos mercados, das feiras onde apregoamos os preços de nossas vidas aos bancos e às cátedras universitárias. Dos terreiros onde as mãos acolhem seus filhos convictas na força da palavra, no Axé, até aos movimentos feministas e negro. Desde ontem... Desde sempre... Nossas vozes propõem, discutem, demandam. Há muito a dizer. Há muitos espaços ainda vazios de nossas vozes e faremos chegar lá as nossas palavras. Há muito o que dizer. Não tememos. Sabemos falar pelo orifício da máscara com tal força que estilhaça, os o ferro. Quem aprendeu a sorrir e cantar na dor sabe cozinhar as palavras pacientemente na boca e soltá-las como lâminas de fogo, na direção e no momento exatos (EVARISTO, 2020 PUC -AULA ONLINE).

Conceição Evaristo, com a sua voz e escrita potente, insurgente e periférica tem virado um fenômeno na atualidade, bem como não se limita apenas às fronteiras brasileiras, transcende a América Latina. Além de sua trajetória marcante, por romper com o silenciamento e espaço de subalternidade imposto à mulher negra, no Brasil, e, cada dia mais, as suas obras conquistam mais leitores, também, tem chamando a atenção de estudiosos e críticos. Sua trajetória, obras em especial o termo *escrevivência*, têm sido objeto de estudo para além da literatura, vêm sendo discutido em diversas áreas de saberes, desde a música, pedagogia, geografia, história e até mesmo nas ciências sociais.

Insubmissas lágrimas de mulheres: corpo meu, corpos nossos que resistem

Insubmissas lágrimas de mulheres é uma obra publicada em 2011 e escrita por Conceição Evaristo em tempo recorde em relação às demais obras. Nasceu de um momento de insubmissão em resposta a provocação da pesquisadora Edileuza Penha de Souza ao perguntar para a autora se na vida de mulheres negras só tinha tristeza, não tem final feliz? Reflexões em consequência dessas indagações, levaram a autora a criar esse livro composto por treze contos, cada um leva o nome de uma mulher que contam a própria história, entre elas: Aramides Florença, Natalia Soledad, Shirley Paixão, Adelha Santana Limoeiro, Maria do Rosário Imaculada dos Santos, Isaltina Campo Belo, Mary Benedita, Mirtes Aparecida Daluz, Líbia Moirã, Lia Gabriel, Rose Dusreis, Saura Benevides Amarantino e Regina Anastácia.

Essas protagonistas, como práxis da *escrevivência*, são mulheres periféricas que carregam na pele a cor da exclusão. Personagens diversas, solteiras, casadas, lésbicas, viúvas

que não se conhecem, mas com histórias que se conectam, unidas pelas violências presentes em suas trajetórias, sobretudo pela insubordinação as mesmas. Nessa coletânea, as personagens apresentam suas histórias de vida a partir de dores passadas, momentos difíceis vividos, mas que conseguiram superar, ao resistir e sobreviver às mais diversas formas de opressões de gênero, raça e classe que “marcam a mulher negra na infância, adolescência e idade adulta, a violência, o estupro e o abandono são denunciados nos relatos pungentes de *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*” (DUARTE; CÔRTEZ; PEREIRA, 2016, p.24). Segundo Natália Fontes de Oliveira em *Os condenados da Terra: Violência doméstica e maternidade em Insubmissas lágrimas de mulheres* “em cada história uma personagem compartilha suas memórias, em um processo de relembrar e rearticular experiências vividas” (DUARTE; CÔRTEZ; PEREIRA, 2016, P.159).

A obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* tem uma peculiaridade, é antagônica às obras anteriores de Evaristo, embora sejam marcadas por violência doméstica, sexual e psicológica, as personagens não morrem e não tem finais tristes. Desse modo, “em *Insubmissas lágrimas*, as personagens enfrentam a violência e sobrevivem para fazer o relato que a transformará na matéria necessária à narradora” (SILVA; MORAIS; LIRA, 2019, p. 104). Apesar das protagonistas contarem as suas histórias, a obra é composta por uma personagem narradora que interage com as demais personagens protagonistas dos treze contos e que as reconhecem como suas iguais. Essa narradora transita pelas periferias das cidades à procura de relatos de mulheres negras invisibilizadas pela estrutura social vigente, que enfrentam a violência cotidiana e resistem dia a dia. Os relatos são ouvidos pela narradora na casa de cada protagonista e transformados em narrativas insubmissas (SILVA; MORAIS; LIRA, 2019).

Outra questão é que a personagem narradora, talvez, seja a própria Evaristo, porém, a escritora deixa apenas subentendido em sua fala de abertura do livro:

Gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. **Ouçó muito. Da voz outra**, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E quando de mim uma lágrima se faz mais rápido do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto, estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con) fundem com as minhas. Invento? Sim, invento, sem o menor pudor. Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso.

Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência (EVARISTO, 2011, p.9, grifo nosso).

É bem provável que a personagem narradora seja Evaristo! Ambas gostam de ouvir, ouvem muito e de vez enquanto suas histórias se confundem com as contadas pelas protagonistas insubmissas. Talvez, as suas experiências de vida se conectem com as escrevivências de suas iguais, isso porque embora as narrativas apresentem histórias particulares de insubmissão das treze mulheres negras, mesmo que cada uma, com as suas subjetividades, representa um coletivo de mulheres da diáspora. Afinal, conforme descreve a autora, "a escrevivência seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita" (EVARISTO, 2005, p.36 apud SILVA, MORAIS, LIRA, 2019, p. 110).

No entanto, a obra tem uma personagem protagonista que, além de ouvir todas as histórias, se ver nelas, também as narra. Dessa forma, as narrativas de *Insubmissas lágrimas* são colhidas por essa personagem, a partir dos relatos de violência que as suas iguais viveram tempos atrás, mas que não terminam com a materialidade das opressões sobre os seus corpos femininos negros. Isso porque, para Silva, Moraes e Lira (2019, p.111):

[...] as mulheres se insubordinam se apropriam de seus corpos. Segue, suas vidas até o momento em que se encontra com a narradora ouvinte. São mulheres negras, pobres, mães de famílias, lésbicas que relatam suas dores, e fazem o enfrentamento da realidade histórica do patriarcado com o qual não concordam.

Posto isso, predominam nas narrativas as vozes insurgentes de mulheres negras que lutam e resistem, mesmo diante de estruturas dominantes que as cerceiam a subalternidade, apesar de vivenciarem vivenciar pela cor da pele e o gênero as várias facetas da exclusão que as oprimem dia a dia. Histórias de vida que, além de serem marcadas por pobreza, violências, dores, sexualidade, temores e angústias, são desafiadas a sobreviver, por isso, as suas narrativas também são repletas de sonhos, esperança, conquistas, garra e, em especial, uma relação solidária que transborda generosidade e afeto entre si e os seus, descendentes de povos escravizados e marginalizados. Ainda, *Insubmissas lágrimas de mulheres* vem cumprir a função da escrevivência de Conceição Evaristo, o de construir novas narrativas potentes e que são capazes de rasurar a imagem de submissão de nós mulheres negras periféricas.

Entre as várias insubmissas lágrimas, as mais diversas histórias plurais, subjetivas e de superação de mulheres negras, temos o conto de Shirley Paixão, a narrativa que motivou a pesquisa em questão. A história de Shirley Paixão é marcada pelo abandono de seu primeiro marido, que a deixou sozinha com suas duas filhas, e ao se apaixonar novamente, adota as três filhas do seu novo companheiro. Cinco meninas que Shirley tanto amava por igual, assim dizia: “as meninas, filhas dele, se tornaram tão minhas quanto as minhas. Mãe me tornei de todas” (EVARISTO, 2011, p. 26). Então, a protagonista criou um vínculo de mãe e filha com as três meninas e de irmandade entre elas, uma relação de muito afeto e que define como uma confraria de mulheres. Seu companheiro também criou uma boa relação com as duas filhas de Shirley, que o tratavam como um pai. Logo, eram uma família só, “ninguém dizia que elas eram filhas de mães e pais diferentes” (EVARISTO, 2011, p.26).

Seni, filha mais velha de seu parceiro, agora, também sua filha, chamava a atenção de Shirley por viver em silêncio, não entendia tamanha quietude da menina. Afetuosa, a protagonista sempre procurou demonstrar muito carinho, ainda mais por perceber que o pai vivia implicando e agredindo-a com palavras cruéis. Imaginava que a quietude de Seni fosse devido ao falecimento da mãe quando era muito pequena e que as implicações do pai fossem comuns, relação de pai e filha, a qual não passava de alguns desentendimentos.

Todavia, aos doze anos de Seni, embora sempre tenha apresentado um comportamento exemplar na escola, com notas sempre acima da média, certo dia, uma professora começou a estranhar o comportamento da menina, pois era muito perfeccionista e a sua autocensura era muito forte, por isso, chamou Shirley até a escola. A professora procurou entender a relação com os familiares, perguntou se eram muitos severos com ela e mesmo Shirley dizendo que não, orientou a levá-la ao psicólogo. Shirley não imaginava o que estava por vir, quando comentou em casa para o seu companheiro sobre o ocorrido, ele se transformou e tentou agredir a menina, recorda:

Seni entrou em pânico. Chorava desesperadamente, me agarrava com tamanha força, como se quisesse enfiar o corpo dela dentro do meu. Como se pedisse abrigo no mais profundo de mim. A sensação que eu tive foi que ela tivesse regredindo no tempo. Não era uma mocinha de doze anos que chorava e sim uma menininha desesperada, pedindo socorro (EVARISTO, 2011, p.28).

Shirley se assustou com a atitude agressiva do pai de Seni e mais ainda com o desespero da menina, sua filha, mesmo que não tivesse parido. Era capaz de dar a sua vida ou até mesmo matar por suas cinco filhas. A protagonista temia pelo que o pai de Seni pudesse fazer com as

duas, mesmo assim ergueu sua voz, o expulsou da sala e abraçou a menina, não deixou sorrá-la, apesar de não entender o que estava acontecendo.

Após algumas horas, enquanto a confraria de mulheres dormia, o opressor retoma a casa na qual havia sido expulso por sua companheira e foi neste momento que Shirley e Seni foram pegadas de surpresa. O pai da menina silenciosamente arrancou Seni de sua cama e com muita brutalidade arrastou a menina para os fundos da casa para estuprá-la, sim, estuprá-la! Assim como vinha fazendo há alguns meses. Seni naquele exato dia, pela primeira vez, fez do silêncio e do medo coragem, gritou e ecoou sua voz insurgente, acordando todos da casa, que logo acordaram toda a vizinhança com os gritos de desespero da irmandade, Shirley narra:

Nem assim o desgraçado recuou. E avançou sobre Seni, gritando, xingando os maiores improperios, rasgando suas vestes e expondo sua nudez aquele corpo ainda meio-menina, violentado diversas vezes por ele, desde quando a mãe dela falecera (EVARISTO, 2011, p.29).

E foi nessa situação que descobriu o opressor da menina, o monstro que a violentava, que colocou sua menina no mais profundo silêncio, a filha mais velha que Shirley tanto amava. A protagonista não pensou duas vezes em reagir ao presenciar a cena infame, usou toda sua raiva e ódio e foi para cima do agressor, não tendo opção a não ser a própria violência e revida com uma barra de ferro bem pesada que encontrou no canto do quarto. Desse modo, com o uso dessa barra e com todo o seu ódio que salvou sua menina, sua filha, Seni, a menina que lutou para se salvar naquela noite ao se libertar do silêncio. Todo aquele sofrimento não parou por aí:

Depois vieram mais e mais sofrimentos: a imagem de minha menina nua, desamparada, envergonhada diante de mim, das irmãs e dos vizinhos, eu jamais esquecerei. Só quando vi o maldito estendido no chão, foi que corri para proteger Seni e a sensação que experimentei foi a de que pegava um bebê estrangulado no meu colo (EVARISTO, 2011, p. 30).

Shirley quase matou o agressor, de tanta raiva por ver o próprio marido estuprando a filha, que era também, sua menina. Só não matou o estuprador porque a vizinha chegou em tempo de segurar a barra de ferro, antes de dar o segundo golpe. Seni foi salva! Em prantos, as duas se abraçaram, conseguiram paralisar aquele ato violento, embora Shirley tenha sido presa e cumprido medida por tentativa de homicídio por três anos, logo ganhou a condicional e segue vida com as suas, suas cinco meninas. Assim “a confraria de mulheres não só retomou a vida

mas conseguiu apagar as lembranças mais amargas do passado” (DUARTE; CÔRTEZ; PEREIRA, 2016, p.24).

Shirley reconheceu que não se paga violência com violência, mas era a única forma de libertar sua filha das garras do agressor e diz não se arrepender. Após trinta anos do ocorrido, Shirley conta essa história para a personagem narradora, no momento em que a confraria de mulheres já havia saído da tormenta:

Hoje, quase trinta anos depois desses dolorosos fatos acontecidos, continuamos a vida. Das meninas, três já me deram netos, estão felizes. Seni e a mais nova continuam morando comigo. A nossa irmandade, a confraria de mulheres, é agora fortalecida por uma geração de meninas que desponta. Seni continua buscando formas de suplantar as dores do passado. Creio que, ao longo do tempo, vem conseguindo. Entretanto, aprofunda, a cada dia, o seu dom de proteger e de cuidar da vida das pessoas. É uma excelente médica. Escolheu o ramo da pediatria (EVARISTO, 2011, p. 31).

Histórias como essas, presente na obra insubmissa de Evaristo, nos envolve em um emaranhado de sentimentos em meio a tanta violência, dor, ódio, desesperança e, por fim, após um turbilhão de emoções, diante de sentimentos revisitados e já vividos, nos embala para a calma, para a superação quando narrado o hoje, onde o corpo de Seni, Shirley, o corpo meu, os nossos corpos não mais violentados se cruzam, resistiram e construíram uma nova história diante de insubmissas lágrimas. A violência passou... foi-se embora, menina Seni, foi se embora dona Shirley, foi se embora dona Ilda, foi se embora Salete, foi se embora menina Sol, sujeita protagonista quem escrevinha cada palavra desta pesquisa em meio a um turbilhão de emoções e em nome das Conceições, Lélias, Marias, Mahins, Marieles Malês e Marias do Ingá. Não no sentido de não existir, mas no sentido de estarmos resistindo e, a partir delas, construindo novas narrativas insubmissas por meio de atos insurgentes históricos que já se faziam presentes na vida de nossas ancestrais.

Acredito ser oportuno fazer menção a canção Corpo meu,³¹ hino de luta do Levante Feminista Contra o Feminicídio, campanha nacional idealizada pela Socióloga Cristiane Pereira e lançada em 24 de abril de 2021. Essa canção ecoou o tempo todo no momento de escrita, especificamente, neste momento, compreendi a sua função ao terminar o parágrafo acima. Essa canção é bandeira de luta contra a violência contra as mulheres, em especial, ao assassinato de nossas. Entretanto, ela fala de resistência e rompimento com as opressões, vozes que ecoam

³¹ Canção de autoria de Cristiane Pereira, interpretada por Fabiana Cozza e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bKBiBcQLIo>

transformação social, vozes ancestrais em busca de um mundo mais justo para a nova geração. Que essa produção intelectual de autoria feminina negra ecoe e conecte-se com outras vozes insurgentes e contribua com novas narrativas, aprecie na íntegra:

*É resistência em mim se acendeu
Essa força que trago quem me deu
Foram outras mulheres nessa estrada
Um corpo meu, esse corpo é meu
Que na sombra do medo se perdeu
Virei água corrente que desceu
Violência não vai me represar
Flor de araucária quando for florar no monte
Vem mudando os horizontes
Vem plantando o que virá
Sou girassol sou gameleira sou parte de uma floreira
Que sua mão não vai podar
Houve um dia, que eu até sentia medo
Que você chegasse cedo
Pro meu corpo machucar.
Mas eu virei o tabuleiro
Este jogo, companheiro,
Eu não vou mais aceitar.
Nem Pense Em Me Matar...
(Corpo Meu de Cristiane Pereira)*

CAPÍTULO 3

Produção de conhecimentos das intelectuais negras

Do tempo/espço aprendi desde criança a colher as palavras. A nossa casa vazia de móveis, de coisas e muitas vezes de alimento e agasalhos, era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos amigos contavam. Eu, menina repetia, intentava. Cresci possuída pela oralidade, pela

palavra. [...] Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia. [...] Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco...Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez um desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda executar um gesto de teimosa esperança

(EVARISTO, 2005, p. 201 apud DUARTE; NUNES, 2020, p.109).

Este capítulo é a fundamentação teórica e analítica que possibilitou, tal como viabilizou a realização da presente pesquisa dentro das ciências sociais na perspectiva das mulheres negras. Portanto, neste momento, apresento reflexões acerca do pensamento feminista negro conhecido também como pensamento crítico especializado produzido por intelectuais negras³². Usaremos como base o *Pensamento Feminista Negro* (2019) obra produzida por Patrícia Hill Collins há trinta anos atrás nos Estados Unidos, entretanto, só ganha versão em português no Brasil no ano de 2019. Apesar da tradução e publicação tardia em solo brasileiro, a produção intelectual de Collins vem sendo utilizada em pesquisas de mulheres negras há alguns anos no país. Aliás, merecem destaque as teses da Dra. Ana Claudia Jaquetto Pereira³³, Dra. Cláudia Pons Cardoso³⁴ e as dissertações da Dra. Núbia Regina Moreira³⁵ e atualmente da Mestra Winnie Bueno,³⁶ a qual, diante da relevância da pesquisa virou um livro.

Iremos trabalhar na direção da teoria social crítica produzida por Collins (2019), embora estarmos em solo brasileiro, no entanto, não se pode esquecer de dois fatores extremamente

³² Termo utilizado na perspectiva de Patrícia Hill Collins que denomina intelectuais as mulheres negras, que de alguma forma, contribuíram e/ou contribuem para a produção do pensamento feminista negro como teoria social crítica.

³³ Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. Disponível em: http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Ana-Claudia-Jaquetto-Pereira.pdf

³⁴ Outras falas: Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras, tese disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>

³⁵ O feminismo negro brasileiro : um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/278996/1/Moreira_NubiaRegina_M.pdf

³⁶ Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. Dissertação disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Campos%20Bueno_.pdf?sequence=1&isAllowed=y

importantes. Primeiro, porque sua obra conversa diretamente com outras produções de conhecimento de intelectuais brasileiras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, inclusive uma das sujeitas de pesquisa da obra da estadunidense, entre outras mulheres negras detentoras de saberes ancestrais, vozes e/ou escritas insubmissas. Segundo, não ignorando o fato de que, mesmo que a teoria leve em consideração a experiência de vida de mulheres negras, foi pensada e elaborada em contexto histórico e cultural diferente do nosso país. Todavia, leva em consideração um contexto global, o da diáspora negra.

Vale lembrar que Brasil e Estados Unidos são os países com o maior número de negros e negras fora dos países de África e que, dentro do contexto da diáspora, é provável que tenham vivido experiências comuns e/ou semelhantes em detrimento do sistema escravocrata e outras opressões que interseccionam, como gênero, raça, classe, etc., ainda que tais experiências ganham novos contornos pelas particularidades dos Estados Unidos, seus contextos econômicos, sociais, culturais e políticos. Assim como Cláudia Cardoso (2012), em seu trabalho acadêmico, estou “ciente dos riscos que corro ao deslocar a teoria para explicar outra realidade social diferente da que a originou. Espero, contudo, evitar o enfraquecimento político da teoria para a pesquisa” (CARDOSO, 2012, p. 74). Além dessa questão, também estou ciente de que o pensamento em questão é um conhecimento subjugado pela academia, o que não é de se estranhar por ser um espaço de poder que predomina a cultura hegemônica, contudo, ainda assim corro o risco de ser mais uma vez oprimida, subjugada por opressões interseccionais que também são reproduzidas dentro da academia.

Essa mesma estrutura opressora, que tenta nos deslegitimar, é a mesma que desumanizou os povos da diáspora africana e causou a exclusão das mulheres negras dos meios tradicionais de conhecimento, fazendo com que buscássemos produzir saberes de formas diferentes, utilizando a música, a literatura, as conversas, hábitos, costumes e práticas cotidianas que influenciam na construção de uma consciência feminista negra. A nossa forma de produção de conhecimento na atualidade tem se estendido para dentro das universidades e também vem ganhando força com a participação de intelectuais negras nas redes sociais - meio de comunicação que conecta pessoas de todo o mundo. Pode-se dizer que são novos os espaços sociais ocupados pelas mulheres negras e tem sido essencial para a difusão do pensamento feminista negro, embora essa teoria ainda permaneça subjugada.

Segundo Collins (2019), a ferramenta metodológica cerne do pensamento feminista negro é a interseccionalidade. Esse instrumento teórico e crítico nos possibilita pensar a situação das mulheres negras a partir de uma lente que intersecciona as opressões de raça, gênero e classe, como ela foi constituída historicamente e ainda se faz presente sobre corpos femininos

negros, fruto de aparatos coloniais racista, patriarcal e capitalista. É fundamental entender como essas opressões se combinam, entrecruzam e causam outros meios de opressões que se estendem para outros corpos oprimidos, a exemplo, da população LGBTQI+, povos originários e imigrantes. Para Lorde (1984), a opressão e a intolerância às diferenças manifestam-se de várias formas, seja por meio do sexo, raça e sexualidade, entretanto, a hierarquia de opressão não deve existir entre os que compartilham dos mesmos propósitos de libertação e sonham com um modelo de sociedade mais justo e igualitário para nossas crianças. Contudo, serve para pensar um novo modelo de sociedade, um mundo mais justo e igualitário. Logo, a seguir, veremos mais sobre esse conceito transformador, que se constitui à base de luta e resistência das mulheres negras frente às opressões interseccionais.

Posto isso, o capítulo está dividido em dois momentos: (1) Interseccionalidade: opressões a caminho da insubmissão e (2) aprendendo a transgredir com o feminismo negro. Isso é para que seja possível uma reflexão acerca da teoria feminista negra e analisar a possibilidade de produzir conhecimento na perspectiva das mulheres negras, assim como utilizando, como ferramenta de metodológica, a escrevivência, conceito criado por Conceição Evaristo e já apresentado no capítulo anterior.

Interseccionalidade: opressões a caminho da insubmissão

*Minha pele é preta
Meus braços são longos
Meu cabelo é de lã
Minhas costas estão fortes
Forte o suficiente para tirar a dor
Infligido uma e outra vez
Como eles me chamam
Meu nome é tia Sarah
Meu nome é tia Sarah*

*Minha pele é amarela
Meu cabelo é longo
Entre dois mundos
Eu não pertença*

*Meu pai era rico e branco
 Ele forçou minha mãe, tarde da noite
 O que eles me chamam
 Meu nome é Saffronia
 Meu nome é Saffronia*

*Minha pele é bronzeada
 Meu cabelo é fino
 Meus quadris te convidam
 Minha boca é como o vinho
 De quem sou a menina?
 De qualquer um que tenha dinheiro para pagar
 O que eles me chamam
 Meu nome é Sweet Thing
 Meu nome é Sweet Thing*

*Minha pele é marrom
 Meu jeito é duro
 Eu vou matar a primeira mãe que eu ver
 Minha vida tem sido muito dura
 Estou terrivelmente amarga esses dias
 Porque meus pais eram escravos
 Como me chamam
 Meu nome é Pêssegos*

(Quatro Mulheres de Nina Simone)

As opressões de gênero, raça e classe sempre estiveram presentes na vida das mulheres negras da diáspora. Nos capítulos anteriores foi apresentado, por meio da escrevivência de minha trajetória de vida, além da vida e obra de Conceição Evaristo, como essas estruturas nos oprimem dia a dia. As narrativas de escrevivência evidenciam a ausência de direitos sociais a nós negados historicamente e que nos expõe a condições precárias, como a pobreza, a falta de moradia, a fome, o alcoolismo, a baixa escolaridade, trabalho infantil, doméstico e precário, as violências física, sexual e psicológica, etc. Como afirma Collins (2019, p.375), são resquícios do “escravismo, colonialismo, imperialismo e um racismo global”. Entretanto, por mais que as opressões nos violentem e nos excluam cotidianamente, nossa história não se resume em submissão e subalternidade, afinal, sobrevivemos a todas elas, estamos resistindo há séculos. Conforme afirma Winnie Bueno (2019, p. 12):

Um poder feminino que não está organizado em uma perspectiva excludente e proselitista, mas a partir de uma série de pressupostos civilizatórios trazidos de além-mar e ressignificados na diáspora, a partir da oralidade e do protagonismo de mulheres negras em tarefas que muitas vezes são lidas no ocidente contemporâneo como submissas, mas que organizadas conceitualmente a partir do compartilhamento coletivo e da multiplicidade, ganham outros contornos.

Para sobreviver às opressões, que desumanizaram nossas ancestrais e ainda nos cercam, é preciso resistir e, para resistir, é preciso lutar de todas as formas possíveis. As escrevivências trazem alguns relatos e, pode-se dizer, que estratégias árduas, mas criativas, desde lavar paninhos sujos de menstruação das madames para garantir o alimento, comer restos de comida, alimentos vencidos ou podres, o silêncio, o grito, o choro, sobretudo, externalizar nossas dores, angústias e denunciar o racismo por meio da nossa voz e/ou escrita ou até mesmo da voz/escrita.

As opressões impostas a nós e os mecanismos, os quais criamos para resistir, perpassam por toda nossa existência enquanto mulheres negras da diáspora e são vivenciadas de diversas maneiras, de modo muito particular, de forma individual, mas também coletiva, seja no Brasil quanto em outros países do globo. O que temos em comum? As opressões! O que nos difere? Somos diversas, subjetivas e plurais! Trago o blues de Nina Simone *Four Women / Quatro Mulheres*, na abertura, por narrar a história de quatro afro-americanas, cada qual com suas características que demarcam sua negritude, seu corpo feminino negro no período escravista e pós-colonial, como ele é lido e tratado pela sociedade, mesmo que em momentos diferentes ambos são oprimidos e resistem subjetivamente.

Aliás, o blues mostra corpos objetificados, estereotipados, mas conscientes e insubmissos, o que pode ser associado aos primeiros capítulos e com a discussão que se inicia. Para Collins (2019), a canção de Nina Simone e que abre este capítulo, retrata a subalternidade das afro-americanas, mas também a consciência e autodefinição que gera revolta e, logo, ação:

Tia Sarah, a mula, cujas costas ficaram curvadas após uma vida inteira de trabalho árduo; Sweet Thing, a prostituta negra que se entrega a quem tiver dinheiro para pagar; e Saffronia, a mulata cuja mãe negra foi estuprada tarde da noite; Simone explora a objetificação das mulheres negras como o Outro invocando a dor dessas três mulheres. Pêssegos, a quarta mulher, porém, é uma figura especialmente poderosa, porque ela sente raiva. “Hoje me sinto terrivelmente amarga”, diz Pêssegos, “porque meus pais eram escravos”. Essas palavras e os sentimentos que elas invocam mostram a consciência e a autodefinição cada vez mais claras da situação. Elas transmitem ao ouvinte não tristeza e remorso, mas uma raiva que leva à ação (COLLINS, 2019, p.203).

Fazendo um paralelo com Lélia Gonzalez (1984), uma das pioneiras da discussão de gênero, raça e classe, bem como do feminismo negro no Brasil, em seu artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, a autora faz dois movimentos interessantes, primeiro denuncia o racismo enquanto uma neurose da sociedade brasileira e que submete as mulheres negras a cargos de cozinheiras, faxineiras, serventes, trocadoras de ônibus ou prostitutas, dando ênfase a três

figuras compatíveis com os estereótipos de mulher negra também presente na canção citada: a mãe-preta, a mulata e a trabalhadora doméstica. Segundo, indaga ironicamente: “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus” (GONZALEZ, 1984, p.226).

Ainda, Gonzalez, quando utiliza sua voz e escrita para denunciar a situação das mulheres negras no Brasil, os direitos às mesmas negados, devido ao racismo, além de questionar a estrutura social vigente, realiza um ato de insubmissão, o que permite lembrar a quarta mulher na canção de Nina Simone. Conforme aponta Figueiredo (2020), Gonzalez em seu artigo se “expressa por intermédio de uma relação de amor e ódio vivenciada pelos negros, denuncia as representações submissas e sexualizadas das mulheres negras” (FIGUEIREDO, 2011 apud FIGUEIREDO, 2020, p.14). Destaca-se que é interessante a semelhança das narrativas presentes na canção de Nina Simone com a produção acadêmica de Gonzalez, mesmo em contextos diferentes, o que não é por acaso. Visto que “antes de serem estadunidenses, as feministas são negras e refletem experiências pós-coloniais nas águas atlânticas como nós, suas irmãs de barco noutra América” (AKOTIRENE, 2018, p. 27).

Em ambos os casos, estamos falando de opressões, consciência, resistência e produção de conhecimento, afinal, como recomenda Angela Davis em *Mulheres, cultura e política*, “a arte é especial por sua capacidade de influenciar tanto sentimentos como conhecimento” (DAVIS, 1981, p. 166 apud COLLINS, 2019, p.191). Em conformidade, Collins (2019) nos alerta que o fato dos homens brancos dominarem instituições tradicionais de produção de conhecimento, como a academia, excluíram as mulheres negras e seus saberes desses espaços de poder, entretanto, as mesmas resistiram produzindo conhecimento de outras maneiras, usando a “música, a literatura, as conversas cotidianas e o comportamento cotidiano como dimensões importantes para a construção de uma consciência feminina negra” (COLLINS, 2019, p.402). O blues nos Estados Unidos exerceu um papel fundamental nesse processo, assim como o samba e outros gêneros musicais no Brasil, cantoras negras afrontam as opressões atreladas a seus corpos negros objetificados, tratando-as como a Outra. Grada Kilomba em *Memórias da Plantação*, ao fazer alusão ao racismo cotidiano, expressa:

Toda vez que sou colocada como “outra” - seja a “outra” indesejada, a “outra” intrusa, a “outra” perigosa, a “outra” violenta, a “outra” passional, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural, a “outra” desejável ou a “outra” exótica -, estou inevitavelmente experimentando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo que o sujeito branco não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o “Outra/o” da branquitude, não eu - e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual (KILOMBA, 2019, p. 78).

Mesmo que o racismo, o sexismo e o classismo nos vete o nosso direito de existir igual aos brancos (homens e mulheres) e, também em comparação ao homem negro, ainda assim existimos, logo resistimos. Quando falamos dessas estruturas dominantes históricas que expõe a população negra a margem e, conseqüentemente, as mulheres negras a subalternidade, tornando a Outra, um mero objeto, é importante olhar por outro ângulo, como aborda bell hooks e Heidi Sofia, retratadas na obra de Kilomba (2019):

A margem não pode ser vista como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade. A margem se configura com um “espaço de abertura radical” (hooks, 1989, p.149) e a criatividade, onde novos discursos críticos se dão. É aqui que fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas. Nesse espaço crítico, “podemos imaginar perguntas que não poderiam ter sido imaginadas antes; podemos fazer perguntas que talvez não fossem feitas antes” (Mirza, 1997, p. 4), perguntas que desafiam a autoridade colonial do centro e os discursos hegemônicos dentro dele. Assim a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos. A margem é tanto um lugar de repressão quanto de resistência (hooks, 1990). Ambos os locais estão sempre presentes porque onde há opressão, há resistência. Em outras palavras, a opressão forma as condições de resistência. (KILOMBA, 2019, p.68-69).

Esse olhar das autoras nos convida a refletir sobre as mulheres negras enquanto sujeitas, agentes de conhecimento e desconstruir a condição de objeto que é imposta pelas lentes do colonizador. Nesse sentido, olhar as opressões de dentro para fora, a partir das nossas perspectivas, nossas experiências, enquanto corpos femininos negros oprimidos, ou seja, como vivenciamos, sobrevivemos e interpretamos as violências e as exclusões, não é só um ato insubmisso, como também nos possibilita pensar um novo modelo de sociedade. Para Davis (2017), as opressões de gênero, raça e classe estruturam a sociedade, por isso, se faz necessário pensar em um novo modelo a partir da intersecção dessas injustiças. Todavia, não de modo hierarquizado, pelo fato de que essas categorias são mútuas em alguns momentos e em outros entrecruzam, intensificando o seu impacto sobre os corpos oprimidos. Ainda, reafirma hooks (2019), que é importante refletir sobre os sistemas de dominação levando em conta a intersecção que se dá entre o racismo, o machismo e o classismo, que impacta violentamente a vida de mulheres negras. Embora essas opressões se estendam para outros públicos, complementa Collins (2019, p.11):

As mulheres negras estão longe de ser as únicas que enfrentam problemas sociais produzidos por raça, gênero, classe, sexualidade, idade, capacidade, nacionalidade e sistemas semelhantes de opressão. Nossas lutas para viver uma vida significativa podem ser organizadas e sentidas de maneiras diferentes, mas nossas experiências, quando consideradas conjuntamente, revelam por que as ideias continuam sendo fundamentais para as lutas por liberdade, igualdade e justiça social.

É sabido que as opressões não se limitam às mulheres negras, se estendem para outros corpos que não sejam lidos como masculino, branco, hétero, cristão e da elite. Há séculos, não só as discriminações sexistas, racistas e classistas têm sido questionadas por várias intelectuais acadêmicas, mas também outras estruturas opressoras que interseccionam e que afeta a vida das minorias, sejam mulheres compostas por mais de uma identidade no que tange o gênero, a sexualidade, a classe, religiões, dentre outras. Nesse sentido, o preconceito e a discriminação se dá de diversas maneiras, nos mais diferentes espaços sociais e é intensificada quando as opressões se sobrepõem e cruzam, a exemplo, quando é uma mulher e negra, ou mulher negra lésbica, ou mulher negra lésbica, periférica e de religião de matriz africana. Ainda, visões diversas e tratos opressores recaem sobre seus corpos, assim como agride violentamente outros corpos oprimidos. Sobre isso, afirma Collins (2019, p.14):

O racismo, o sexismo, a exploração de classe, o heterossexismo, o nacionalismo e a discriminação contra pessoas com capacidades diferentes e de diferentes idades, etnias e religiões afetam a vida de todos nós. No entanto, encontramos-nos em posições diferentes dentro dessas relações de poder e, como resultado, temos pontos de vista distintos sobre eles.

Essas discriminações, acarretadas pelo preconceito do que não é padrão a cultura hegemônica e eurocêntrica, que inter-relacionam e oprimem, também causam reações contrárias, atos insurgentes como forma de insubmissão para a própria sobrevivência. E, ainda que tenham sido discutidas há décadas, em especial em 1970, no Brasil, por Lélia Gonzalez, e, nos Estados Unidos, por Angela Davis, pioneiras no assunto em meio acadêmico e dentro dos movimentos sociais. No ano de 1989, o termo de interseccionalidade, foi cunhado pela primeira vez pela jurista, ativista e intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw. Segundo a autora:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças,

etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

A autora, ao utilizar a interseccionalidade enquanto metáfora, faz uma analogia aos sistemas múltiplos de subordinação, entre eles, a raça, a etnia, o gênero e a classe, pelo fato de serem estruturas de poder discriminatórias e excludentes, além de estarem alicerçadas em âmbitos social, econômico e político. Dessa forma, o conceito foi pensado por Crenshaw com base da análise jurídica em torno da violência contra as mulheres nos Estados Unidos ao perceber o impacto que a sobreposição das categorias de gênero, raça e classe causavam na vida das mulheres negras. Para tanto, pensou a interseccionalidade como:

[...] uma ferramenta analítica para verificar como as experiências de mulheres negras não podem ser classificadas apenas dentro dos critérios de gênero ou raça pois a intersecção entre as duas afeta a vida de mulheres negras de uma forma em que não é possível refletir sobre as experiências dessas mulheres negras analisando cada uma dessas questões de forma separada (CRENSHAW, 2002 apud BUENO, 2019, p.22). [...] Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas (CRENSHAW, 2002, p.177).

Akotirene (2018), ao analisar o conceito no Brasil, entende que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica poderosa que nos permite visualizar a colisão dessas estruturas, como os sistemas de opressões interagem ao mesmo tempo que se cruzam nas avenidas identitárias. Igualmente, possibilita identificar o quanto o movimento das feministas deixou a desejar ao pensar um feminismo que leve em consideração e generaliza as experiências de mulheres. Como alertava Davis ((2016), enquanto o movimento feminista reivindicava o direito ao trabalho, as mulheres negras já trabalhavam, inclusive nas piores condições, pós abolição. Vale lembrar que antes desse período exerciam o trabalho compulsório por meio do sistema escravocrata. Ou seja, o feminismo não reconhece as particularidades presente na vida de mulheres negras, a exemplo situações discriminatórias vividas historicamente por essas mulheres. Do mesmo modo, o movimento negro reproduz o machismo ao levantar bandeira de

luta apenas contra o racismo e não levarem em consideração as particularidades das mulheres negras, as opressões de gênero, raça e classe que interseccionam sobre corpos femininos e negros. Akotirene afirma:

Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras, cujas experiências e reivindicações intelectuais eram observadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo feminismo antirracista, a rigor, focado nos homens negros. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2018, p.13-14).

Stephanie Ribeiro (2019) aponta que:

Estamos falando de uma sociedade na qual o ideal de ser humano é o homem branco, e o ideal de ser mulher é a mulher branca. Já o ideal de negro, até mesmo dentro do próprio movimento negro, é o homem negro. É nessa sociedade que eu existo, mulher negra, carregando no meu corpo raça e gênero: me fazendo não apenas mulher, mas negra; e não apenas negra, mas mulher. Só a partir de uma análise que integra esses dois fatores é possível entender o aumento de números como os de assassinatos de mulheres negras (54,2%) no decorrer das últimas décadas, enquanto o índice entre as mulheres negras diminuiu (9,8%) (RIBEIRO, 2019, p.261).

Olhar para a sociedade, por meio das lentes da interseccionalidade, possibilita-nos enxergar o impacto que os sistemas de opressões causam na vida dos grupos oprimidos e como essas estruturas se entrelaçam e se combinam ao atingir repetidamente os corpos das mulheres negras, isso porque o conceito viabiliza “partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressão” (AKOTIRENE, 2018, p.42). Então, a metodologia permite-nos identificar o que a classe tem a nos revelar sobre raça, assim como o que raça nos informa sobre classe, assim por diante. Em relação a isso, Davis já dizia “raça é a maneira como a classe é vivida” (DAVIS, 1997 apud AKOTIRENE, 2018 p. 45).

Desse modo, a raça determina a posição social e econômica das mulheres negras na sociedade classista. Não é por acaso que as mulheres negras apresentam os piores indicadores sociais e econômicos do país, logo, estamos na base da pirâmide social, conforme já apresentado no início desta pesquisa. De modo igual, por mais que nós, mulheres negras,

ousemos romper com os espaços de subalternidade e passemos a transitar por espaços de poder, somos recebidas com estranhamento e, cotidianamente, por práticas discriminatórias pelo simples fato de nossos corpos ocuparem lugares que, de acordo com o imaginário social, não nos pertencem, a exemplo, na academia produzindo conhecimento, sendo mestras, doutoras e professoras. Como diz a socióloga Núbia Regina Moreira (2020), na primeira mesa redonda do encontro Internacional *Nós e Tantas Outras*, SESC Itaquera³⁷, por mais que seja doutora e professora negra da Universidade Estadual do Sul da Bahia - UESB:

[...] eu não carrego na minha testa meu título, eu carrego somente este corpo, um corpo que no imaginário social brasileiro é um corpo vulnerável, um corpo a ser atacado a todo momento. [...] somos somente um corpo, a experiência do ser humano está no corpo e da forma como este corpo é projetado em uma sociedade, na forma como este corpo é pensado para ser manipulado numa sociedade material, imagética, simbólico, político e culturalmente (MOREIRA, 2020 online).

Esse instrumento teórico metodológico é a base do pensamento feminista negro, resultado da luta de ativistas negras que criticavam as leis antidiscriminação e denunciavam as opressões de gênero, raça e classe vivenciadas por mulheres negras em diversos países, tal como reivindicavam justiça social nas várias conferências mundiais. Embora o termo tenha sido criado no ano de 1989, foi em 2001 que ganhou popularidade em meio acadêmico, a partir da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância em Durban, na África (AKOTIRENE, 2018). As feministas negras, ao analisarem as opressões através da interseccionalidade, acreditam que é uma forma de refletir sobre um modelo de sociedade que nos possibilita pensar estratégias de combate a todos os tipos de opressões, não só as que atingem nossas vidas, pois é incoerente lutar por um único tipo opressão. Conforme Audre Lorde,

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as fontes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você (LORDE, 1934, s/p).

A interseccionalidade não é e nem pode ser interpretada só como uma ferramenta que nos auxilia a compreender as variadas facetas das estruturas dominantes, vai além de nos fazer

³⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXFMYS3MyP8&t=3864s>

entender como raça, gênero e classe se cruzam nas avenidas identitárias e se faz visível em um mesmo corpo, um corpo estranho ao imaginário social culturalmente eurocêntrico. É uma metodologia analítica potente, hábil para provocar mudanças na sociedade, e é fruto de teorias feminista negra que causa transformação social benéfica para todos os públicos oprimidos, afirma Bueno (2019):

Racismo, sexismo e exploração econômica são interconectados e mutuamente construídos. Essa afirmação constitui parte significativa de que nossas condições de vida não são inevitáveis e naturais, se dá a partir de processos coletivos e individuais que forjam agendas de luta e resistência às consequências desse diagnóstico (COLLINS, 2017 apud BUENO, 2019, p. 57-58).

Estamos falando da potência ferramental dessa metodologia, que foi criada por mulheres negras subordinadas em resposta a compreensão de como nossos corpos subjugados são oprimidos e resistem historicamente, o que traz à tona as estratégias de dominação, assim como nossas estratégias de sobrevivência. Dentre elas, a nossa própria teoria analítica a qual justifica e viabiliza a presente pesquisa, o pensamento feminista negro, que é fruto de anos de discussões sobre gênero, raça e classe, luta e resistência das mulheres negras alicerçadas na existência dos saberes ancestrais, por isso, podem estar presente nas experiências de vida de mulheres negras. Ainda, tais conhecimentos permitiram-nos criar meios estratégicos e criativos de sobrevivência pelos direitos sociais negados dia a dia, mês a mês, ano a ano, além das décadas e séculos de discriminação em todo e qualquer espaço social que nosso corpo se movimenta, age e fala por si. Os corpos femininos e negros foram, e são, olhados, interpretados, falados e tratados de modo desumano pelo colonizador e, dentro da ciência, propositalmente, de modo distanciado, objetificados, inferiorizado, isto é, considerados seres incapazes de produzir conhecimento e falar por si. Contrapondo essas práticas, o meu corpo, os nossos corpos femininos e negros, ainda que subjugados ou sangrem, colocamo-nos enquanto sujeitas, protagonistas, insurgentes, resistentes, criativas, estratégicas, corajosas e ousadas a contribuir com a teoria crítica feminista negra dentro da academia que, ainda, insistem em nos deslegitimar, oprimir, silenciar, assim como invisibilizar os nossos saberes, que são o cerne desta dissertação.

Vale ressaltar que essa ferramenta permite analisar as opressões interseccionais em uma escala global, por transcender as fronteiras dos Estados Unidos, e pode ser entendido como um fenômeno global, porém, se estrutura com características particulares nos Estados Unidos e se organiza de modo específico em outros países, como no Brasil. A saber:

As experiências das mulheres negras nos Estados Unidos constituem uma dessas histórias de grupo, a qual pode ser pensada no contexto dos movimentos específicos dos Estados Unidos, das políticas internas de vários níveis de governo no país e de uma matriz global de dominação que afeta as mulheres afrodescendentes em geral. Mulheres negras na Nigéria, em Trindade e Tobago, no Reino Unido, e, Botsuana, no Brasil e em outros Estados-nação se situam de maneira similar. Elas deparam com os contornos dos movimentos sociais locais, as políticas de seu Estado-nação e a mesma matriz global de dominação a qual as mulheres negras estadunidenses estão inseridas. Todos esses grupos de mulheres estão, portanto, em situações de dominação caracterizadas por opressões interseccionais, mas têm ângulos de visão bastante distintos dessa dominação (COLLINS, 2019, p. 374).

Nós, descendentes de povos escravizados, nesse contexto transnacional, histórica e coletivamente herdamos, de modo diferenciado e partilhado, semelhanças culturais, sociais, econômicas e políticas que por sinal fazem parte de um movimento global de mulheres negras. E, também, enfrentamos cotidianamente questões particulares que nos expõe a todo tipo de injustiça social “opressões raciais promovidas pela escravidão, pelo colonialismo e pelo imperialismo, e um racismo global crescente que auxiliado pelas tecnologias modernas, atravessa as fronteiras nacionais com velocidade vertiginosa” (COLLINS, 2019, p. 375). Citamos, como exemplo, o fato de que as mulheres negras no Brasil, assim como nos Estados Unidos, estão entre os grupos mais pobres. No cenário mundial, a posição de subalternidade dessas mulheres não é muito diferente, porém, as africanas estão mais expostas à miséria. “Nesse sentido, as mulheres de ascendência africana têm muito em comum com a luta a partir das experiências da diáspora negra, caracterizadas por uma heterogeneidade substancial” (COLLINS, 2019, p. 375).

Ao levarmos em consideração o contexto transnacional, além de pensarmos a intersecção das opressões a partir da matriz de dominação, mesmo que reconhecendo as diferenças vivenciadas dessas opressões em grupos e/ou nações diferentes, também é importante reconhecer que as águas do atlântico marcam em primeiro plano questões que diz respeito aos direitos das mulheres:

Em contexto transnacional, as mulheres das nações africanas, latino-americana e asiáticas não esperam passivamente que as mulheres brancas de classe média das nações da América do Norte e da Europa Ocidental lhe dissessem o que fazer. Pelo contrário. Usando as Nações Unidas como veículo, mulheres de origens muito diversas apontaram a opressão de gênero como um tema fundamental que afeta as mulheres transnacionalmente. Essas mulheres não estão apenas teorizando acerca da opressão; suas teorias se desenvolvem no terreno prático do ativismo (COLLINS, 2019, p.374).

De acordo com Cláudia Pons Cardoso (2012), em *Outras Falas: Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras*, ao citar a socióloga Assata Zerai, a interseccionalidade:

É a base conceitual da teoria feminista negra e evidencia a impossibilidade de entendermos os processos de dominação e de resistência, a desigualdade social e o mundo social sem considerarmos o modo pelo qual raça, classe e gênero operam interligando os sistemas de dominação. Segundo a autora, o exame realizado a partir de uma perspectiva interseccional mostra como as esferas de desigualdades se apoiam umas nas outras para a manutenção do status quo. Outro ponto relevante por ela destacado está relacionado à pesquisa histórica, na medida em que a abordagem interseccional abre caminhos para reconstruirmos as experiências vividas, o posicionamento histórico, as percepções culturais e a construção social de mulheres negras através da investigação de áreas nunca exploradas da experiência feminina negra, mostrando, inclusive, a diferença entre as/nós mulheres negras, evitando-se, assim, generalizações (ZERAI, 2000 apud CARDOSO, 2012, p. 55).

No ponto de vista de Akotirene (2018), é necessário que ativistas, criem uma matriz colonial moderna levando em consideração a sobreposição das relações de poder que são estruturas múltiplas e dinâmicas que requer atenção política. Uma vez estabelecida, exige dos grupos vitimados: “1- instrumentalidade conceitual de raça, classe, nação e gênero; 2- sensibilidade interpretativa dos efeitos identitárias; 3 - atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão” (AKOTIRENE, 2018, p.15).

Estamos em um momento pertinente para contrapor pensamentos hegemônicos acerca da interseccionalidade e demarcar o atlântico enquanto local onde as opressões se cruzam, isso devido ao fato de ter sido, neste território de águas salgadas, que marca historicamente a travessia forçada de povos africanos escravizados. Além do mais, como afirma Akotirene (2018), as águas do atlântico:

Cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitárias, contra-postos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano (AKOTIRENE, 2018, p. 15).

A interseccionalidade tem sido considerada um dos conceitos mais relevantes em meio a ciências sociais, no Brasil e no mundo, desde quando foi cunhado pela Crenshaw, muitas pesquisas e temas têm sido desenvolvidas em meio acadêmico nessa perspectiva. Embora seja

uma agenda política antiga de pesquisadoras negras sobre gênero, raça e classe. Para as feministas negras, a interseccionalidade é mais do que uma teoria, é também um instrumento de luta política que surge das lutas e desafios políticos cotidianos presentes na vida das mulheres negras (AKOTIRENE, 2018).

Além disso, esse instrumento possibilita que as mulheres negras entendam a sua realidade e, junto a toda uma estrutura de luta e resistência, empoderem-se e enfrentem as opressões interseccionais. Entretanto, é um grande desafio, Collins (2019) alerta que para ocorrer o empoderamento pleno é necessário que as opressões interseccionais sejam eliminadas. Se não existisse a interseccionalidade, não seria necessário existir o pensamento feminista negro e, muito menos, os conhecimentos de resistência semelhantes nesse universo feminino negro presente no globo. Enquanto persistir a subordinação das mulheres negras dentro das opressões interseccionais, o feminismo negro existirá como resposta ativista a essa opressão. Em síntese, “não é preciso ser uma mulher negra para compreender como um ativismo intelectual capaz de produzir novos conhecimentos e transformar a consciência pode estimular uma política de empoderamento” (COLLINS, 2019, p. 13).

Aprendendo a transgredir com o feminismo negro

*Irmã
 Você está na minha cabeça
 Irmã, nós somos únicos
 Então irmã
 Eu estou mantendo meus olhos em você
 Eu aposto que você pensa
 Que eu não sei nada
 A não ser cantar blues
 Oh irmã, eu tenho novidades pra você
 Eu sou alguma coisa
 Eu espero que você também pense
 Que você é alguma coisa*

*Oh paixão
 Eu tenho andado na rua solitária
 E eu vi muitos sóis se pondo
 Mas acredite-me
 Nenhum vagabundo vai me passar a perna*

*Então deixe-me te dizer uma coisa, irmã
 Lembre-se o seu nome
 Nenhum furacão*

Vai roubar suas coisas
Minha irmã
Não tenho tanto tempo
Então balance
Irmã
Porque, minha querida, está sua irmã
Está se sentindo ótima

(Blues da Senhorita Celie, a cor púrpura - Quincy Jones)

O *Blues da Senhorita Celie* é uma canção que faz parte da trilha sonora do filme *A Cor Púrpura*, baseado no romance original de Alice Walker, escritora e ativista estadunidense muito respeitada pelas feministas negras no mundo. É pertinente abrir a discussão sobre o pensamento feminista negro com essa canção e filme/obra por falar de afeto, irmandade e solidariedade entre mulheres negras, emancipação, esperança e empoderamento diante de um cenário de muitas violências. No filme, a história de Celie é marcada por muita opressão, teve sua infância e adolescência roubada, desumanizada e marcada por violências física, sexual e psicológica. Até os 14 anos de idade, Celie teve dois filhos e que foram vendidos, fruto de estupro recorrentes, ato praticado pelo seu padrasto.

Após sua irmã mais nova virar a próxima vítima do opressor, Celie foi vendida e/ou doada para o seu novo agressor, o Sr. Albert Johnson, que deu sequência aos estupro e à servidão doméstica. Esses homens separam Celie de sua irmã mais nova Nettie, a única pessoa em que até o momento Celie teve uma relação de amor e afeto, motivo de sua existência e que lhe dava forças para resistir a vida amarga que herdou dos sistemas escravista e patriarcal. Celie teve sua trajetória marcada pela desumanização, aprendeu a resistir a labuta da humilhação no silêncio que perdurou por anos de sua vida e, vez em quando, por meio de momentos escondidos de afeto com sua irmã querida. Nettie, a nova vítima de seu pai, resistiu de outra forma, além das carícias trocadas com Celie, teve como refugio a igreja e ao fazer missões em países da África, se encontrou com os seus, se fortaleceu na base da filosofia africana, na solidariedade, na vida em comunidade, vida que também sonhava para Celie, a qual nunca desistiu de reencontrar, sempre mandava cartas, porém, até então nunca entregues, escondidas pelo seu agressor.

A presença da carta/escrita é um ato significativo na obra, além das cartas escritas pela sua irmã por anos e que demoram a chegar até as suas mãos, Celie escrevia cartas para Deus. Segundo Collins (219, p. 213), “Celie escreve cartas para Deus quando ninguém mais a escuta”. A socióloga nos alerta também que Alice Walker traz para a obra o ato da escrita por que ao escrever cartas a Deus “estabelece relações de apoio com outras mulheres negras e ajuda Celie

a encontrar a sua própria voz, e essa permite que ela transcenda o medo e o silêncio de sua infância” (COLLINS, 2019, p. 217).

Outro momento importante da história é quando Avery Shug, mulher negra, cantora de blues destemida entra na vida de Celie, era a paixão de seu agressor e Celie a recebeu no seu caseiro, a casa do Sr. Albert Johnson. Celie e Shug criaram uma relação de afeto, de cuidado, a solidariedade conectou as duas vidas oprimidas e juntas se levantaram contra as amarras do opressor. Celie cuidou das feridas de Shug, da embriaguez de seu corpo ferido ao mesmo tempo em que foi encorajada a romper com o seu silêncio e correr atrás de seus sonhos, rever sua irmã mais nova e os seus filhos, que já estavam juntos com Nettie e também esperançosos com a união da irmandade, com a construção de uma nova história.

A obra de Alice Walker (1982) retrata as experiências de vida de mulheres negras nos Estados Unidos, logo, o cenário é tomado por muitas cenas de violência sobre os corpos femininos negros. Entretanto, fica em evidência os contornos estratégicos de resistências que mulheres negras utilizam para sobreviver, assim como a irmandade, a coletividade, os vínculos afetivos construídos, a solidariedade e como essas relações têm o poder de mudar o desfecho das lágrimas, das dores, das violações de direitos, tornando-as em insubmissas lágrimas de mulheres negras, inclusive fazendo uso da escrita. A sororidade se faz presente entre Celie, Nettie, entre Celie e Shug, marcadas por uma relação singela, afetuosa e transformadora, narrativas que viram poesia na canção Miss Celie’s Blues e que Shug canta como forma de empoderar sua irmã “*eu sou alguma coisa, eu espero que você também pense que você é alguma coisa*”. Segundo Collins (2019, p. 212-213), para algumas intelectuais negras:

Não importa quanto uma mulher seja oprimida, o poder de resgatar o “eu” existe dentro do “eu”. Outras mulheres negras podem ajudar uma mulher negra nesse caminho rumo ao empoderamento pessoal, mas a responsabilidade final pela autodefinição e pela autovalorização está dentro de cada mulher. Uma mulher, individualmente, pode lançar mão de várias estratégias para construir o conhecimento de uma voz independente.

Vale destacar que, por trás da obra escrita por Alice Walker, inclusive que ganhou uma versão audiovisual nos cinemas, está a voz da própria autora, experiências de suas vivências enquanto mulher negra, também abusada sexualmente e opõe à opressão utilizando a escrita, voz insurgente produzindo conhecimento. Então, “ao criar a personagem e lhe dar a linguagem que a torna capaz de falar de seu abuso sexual, Walker soma a voz de Celie às discussões silenciadas, porém cada vez mais presentes, sobre a política sexual relativa à condição de mulher negra”. (COLLINS, 2019, p. 2017). As narrativas de Alice Walker são tão potentes que

atravessam as águas do Atlântico e mexem com minhas emoções, por isso, é inevitável não acessar lembranças aqui no Brasil, em Maringá, Estado do Paraná. Tive contato pela primeira vez com o filme e canção alguns anos atrás, momento em que eu nem imaginava os caminhos e os rumos que as lágrimas oprimidas, silenciadas tomariam, após reassistir, as lágrimas oprimidas mais uma vez me fizeram chorar e acessar em minha memória lembranças da minha trajetória de vida, embora em soluços debruço sobre a escrita. Diante de muita resistência às lágrimas doloridas aflora insubmissão, após um filme real passar por minha mente e virar escrita criativa - insubmissas lágrimas:

Vejo um trem desgovernado - meu corpo em alta velocidade, passou pela fase da violência física, psicológica, sexual e recupera o freio/fôlego volta para os trilhos/calmaria e começa a andar vagarosamente, bem devagar até se tornar estático. O trem parado - meu corpo se debruça no colo de minha irmã, mãe e amiga, **Saete Gil de Azevedo. Ela me acaricia, me protege, me cobre de palavras afetuosas, sábias e me encoraja a seguir, não só seguir como se nada estivesse acontecido, mas seguir com as feridas e as dores. Sua voz insubmissa soa como um convite, para me fortalecer, romper com as opressões e traçar novos caminhos para minha vida, nossas vidas.** A mente para de criar, abro os olhos, volto ao hoje e **me vejo seguindo seus conselhos, suas sábias palavras, palavras faladas, potentes e transformadoras. Nossa relação afetuosa me empoderou, fez de mim quem eu sou, um corpo insurgente, consciente e que tem sede de justiça social** e esse processo viraram palavras escritas, conhecimento, um ato de resistência, de sobrevivência, uma ação em prol de uma sociedade mais justa e igualitária (AZEVEDO, 2019, lembrança s/p, grifos meu para minha irmã - para que não esqueça quem és e se aproprie de todo seu poder ancestral que está dentro de si, seu poder de transformação).

Assim como diz Collins (2019, p. 42), “[...] o conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe e gênero incentiva a elaboração e transmissão dos saberes subjugados da teoria crítica das mulheres negras”. É dentro desse contexto de violência, dor, afeto, irmandade, solidariedade, insurgência, resistência e busca por justiça social, apoiado no cenário transnacional, que se conectam, mesmo que divididas pelas águas do atlântico, desse modo, trago para a discussão o pensamento feminista negro, a partir da obra de Patrícia Hill Collins, que foi produzida há 30 anos, e que ganhou tradução em português em 2019. Segundo a autora:

Como um grupo historicamente oprimido, as mulheres negras dos Estados Unidos produziram pensamento social projetado para se **opor à opressão**. Não apenas a forma assumida por esse pensamento **divergente da teoria padrão - pode tomar a forma de poesia, música, ensaios e coisas semelhantes** - mas o propósito do pensamento coletivo das mulheres negras

é distintamente diferente. As teorias sociais que surgem em nome das mulheres negras dos EUA e outros grupos sociais historicamente oprimidos **visam encontrar maneiras de escapar, sobreviver e/ou de se opor à injustiça social e econômica prevalecente.** Nos Estados Unidos, por exemplo, análises afro-americanas de pensamento social e político institucionalizam o racismo, não para ajudá-lo a operar de forma mais eficiente, mas para resistir a ele. O feminismo defende a **emancipação e o empoderamento das mulheres negras**, o pensamento social marxista visa uma sociedade mais equitativa, enquanto a teoria *queer* se opõe ao heterossexismo. Além das fronteiras dos EUA, muitas mulheres de grupos oprimidos também lutam para entender novas formas de injustiça. Em um contexto transnacional pós colonial, as mulheres negras, no Caribe, na África e na Ásia, lutam a partir de novos significados ligados à etnicidade, ao status de cidadania e à religião. Em estados-nação europeus cada vez mais multiculturais, mulheres migrantes de antigas colônias encontram novas formas de subjugação (Yuval-Davis, 1997). As teorias sociais expressas por mulheres que emergem desses grupos diversos tipicamente não surgem da atmosfera rarefeita de suas imaginações. Em vez disso, **refletem os esforços das mulheres para chegar a um acordo de como as opressões entrecruzadas de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião impactam em suas experiências vividas** (COLLINS, 2009, p.11 apud BUENO, 2019, p. 56, grifo nosso).

A obra de Collins abarca várias teorias, conceitos, reflexões e análises acerca da produção intelectual de mulheres negras, ainda, transcende os muros das universidades e se conecta com a produção de conhecimento de mulheres negras da diáspora independentemente de onde as águas do transatlântico tenha desaguado sangue de suas ancestrais sequestradas de seus países de origem e escravizadas em diversos países. A autora, no início de sua obra, explana que não tem intensão alguma em definir uma verdade absoluta sobre o pensamento feminista negro, muito menos homogeneizar as histórias, os saberes, as experiências, as formas de resistência, os meios estratégicos que as mulheres negras criam e utilizam para sobreviver, reconhece a singularidade, a particularidade, a subjetividade de cada sujeita protagonista e plural. Contudo, evidência que quando suas histórias se cruzam, são conectadas tornam-se um coletivo feminino e negro que tem suas histórias marcadas por opressões interseccionais de gênero, raça e classe e de modo individualizado resistem, assim como coletivamente. Desse modo, o pensamento feminista negro surge em resposta as essas opressões que cerceiam nossos corpos historicamente às injustiças sociais. E, mesmo que nossas experiências se deem de forma individualizada, “existe um ponto de vista coletivo das mulheres negras, caracterizado pelas tensões geradas por respostas diferentes a desafios comuns” (COLLINS, 2019, p.73).

Essa teoria social crítica especializada, criada por intelectuais negras da diáspora de várias gerações, é uma ferramenta metodológica que enuncia um corpo feminino negro, emancipa, empodera e é capaz de causar transformação social. Ainda , tal teoria é alicerçada

nas experiências de vida das mulheres negras, protagonistas, sujeitas de suas próprias histórias e faz parte de um de muitos projetos existentes de justiça social que visa empoderar as (os) oprimidas (os) para que possam resistir ao sistema interseccional. Em relação a isso, afirma Bueno (2019, p. 24):

Pensar a teoria crítica como uma possibilidade de reflexão das experiências de lutas dos direitos de grupos subalternos têm sido algo que tem articulado as minhas pesquisas acadêmicas a partir dos marcos conceituais apresentados por Collins, organizados a partir da perspectiva de mulheres negras mas que podem ser utilizadas para pensar outras experiências de luta por emancipação, como as que ocorrem por exemplo no interior do movimento lgbt+ e também no movimento de trabalhadores e trabalhadores pobres e brancos.

Essa estrutura ganhou força e foi instituída enquanto pensamento especializado que abarca temas característicos das experiências de descendentes das pessoas africanas fora de seus países de origem. Os temas centrais desse pensamento social crítico têm como base o trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político, paradigmas que dão ênfase na relevância das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, dentre outras, e que modela a matriz de dominação. Ainda, Collins afirma “expressar esses temas e paradigmas, contudo, não é fácil, porque as mulheres negras têm de fazer frente ao modo como os homens brancos interpretam o mundo” (COLLINS, 2019, p. 402).

Na conceituada obra de Collins (2019), a autora aborda a mulher negra como agente de conhecimento, amplia o olhar sobre intelectualidade e reconhece as mais variadas formas de produzir conhecimento a partir das experiências cotidianas das mulheres negras, estejam elas na posição de mães, donas de casa, trabalhadoras, acadêmicas, escritoras, musicistas, artistas, ativistas ou não e também, como são manifestadas por seus saberes e ação política. Essa obra é reconhecida como um guia teórico metodológico e político, já que contribui consideravelmente para o entendimento do pensamento feminista negro até mesmo no Brasil, devido a riqueza de seu conteúdo (COLLINS, 2019). A obra da autora, além de ser pensada a partir do ponto de vista das mulheres negras, tem como objetivo recuperar vozes femininas negras silenciadas e demonstrar a existência de múltiplas vozes, vozes que precisam ser ouvidas, consideradas e respeitadas.

Aliás, Collins (2019) reconhece que pensar o feminismo negro estadunidense é só uma das formas variadas de expressar o feminismo negro no mundo e é essencial para ampliar a discussão na perspectiva transnacional, assim, permite analisar como se configura a

interseccionalidade na América Latina, na Europa e a África e que muito temos a aprender com esse olhar global. A fim de exemplificação, explana que:

As afro-alemãs enfrentam os perturbadores fantasmas de um virulento nacionalismo branco de meados do século XX que quase levou a Alemanha à distribuição. As mulheres migrantes de diversas nações Caribe e da África Ocidental enfrentam o desafio de criar um feminismo britânico negro sintético que possa acomodar suas histórias distintas. As mulheres negras envolvidas em projetos de construção nacional - por exemplo, as mulheres de Guiné-Bissau, do Senegal ou África do Sul - percebem que as questões das mulheres assumem diferentes formas e significados nesses contextos distintos. Um engajamento dialógico entre esses e outros projetos feministas negros pode contribuir para o florescimento de cada um deles (COLLINS, 2019, p. 13).

Dentro desse universo, o feminismo negro no Brasil é essencial para esses diálogos, devido as suas semelhanças com o feminismo negro nos Estados Unidos e a possibilidade de enriquecer a discussão do feminismo negro a nível transnacional. As mulheres negras, mesmo que separadas pelo atlântico, vivenciam dificuldades semelhantes, como exemplo:

Lidar com os legados da escravidão que costumam desvalorizar a condição da mulher negra, bem como elaborar respostas ao racismo antinegro que assume formas específicas conforme o gênero. No entanto, não se pode nem deve pensar que essas histórias e os feminismos negros produzidos por elas, ainda que semelhantes, sejam um só. As formas que esse racismo assumiu nessas duas sociedades de colonizadores brancos se mostraram extremamente variadas, assim como as relações das mulheres negras com elas. Há imenso potencial para diálogos contínuos entre o feminismo afro-brasileiro e afro-americano, o que indica possibilidades ainda mais amplas de diálogos semelhantes em um contexto transnacional (COLLINS, 2019, p. 13).

O pensamento feminista negro de Collins (2019) transcende cenários nacionais e gerações e gerações, talvez por fazer parte de uma pequena e intensa conversa global relacionada a ética, modo respeitoso de como devemos tratar as pessoas, se relacionar com as nossas e com os outros. Independente da situação, compreender como sobrevivemos as discriminações cotidianas e preservamos nossa humanidade é algo que pode nos trazer esperança de um futuro que não seja marcado por tanta violência.

A autora apresenta a esperança como uma forma de resistência, uma postura ética de comprometimento à justiça social, acredita que, ao adquirirmos consciência de nossas condições existenciais conseguimos analisar o mundo à nossa volta, ter esperança, agir em prol de um mundo melhor. Nós mulheres negras como forma de resistência, somos forçadas a pensar sobre a desigualdade, entendê-las, interpretá-las e identificar o que pode ser feito a respeito para mudar essa realidade. É esse movimento que nos permite refletir sobre uma estrutura de justiça

social por fornecer meios a nós mulheres negras de enxergar a partir das lentes da interseccionalidade as estruturas dominantes, inclusive dentro da academia e poder contrapor a partir de nossos próprios olhares e termos. Vivemos as opressões no âmago, resistimos, acessamos a teoria interseccional, analisamos, compreendemos, criamos esperança de dias melhores, nos empoderamos logo agimos.

Collins (2019) defende a ideia de que a teoria feminista negra atua por outro viés epistemológico é mais parcial, leva em consideração as emoções, as relações de afeto, é um campo fértil em afetividade, isso porque acontece nos espaços pelos quais as mulheres negras vivem, transitam, se relacionam, lutam e sobrevivem. O pensamento feminista negro, trata dos obstáculos cotidianos, as dificuldades cotidianas para sobreviver, das formas laborais que perpassam nossas trajetórias, os tipos de preconceitos e estereótipos que sofremos devido nossas marcas, as relações afetivas, as práticas solidárias que utilizamos na tentativa de amenizar as dores causadas pelo sistema interseccionais. Essa teoria feminista negra propõe outros modos operantes. Pode-se dizer que leva em consideração as mais diversas estratégias criativas de resistência e tem a ver com a forma que nos organizamos e pode ser pensada a exemplo da ética do cuidado, que diz respeito de quando estamos dentro de nossas famílias, das nossas comunidades, bairros e na igreja conhecemos certos procedimentos de vida, como no caso o domínio de certas técnicas para pensar nossas realidades a partir de quem somos e de como vivemos dia a dia, sobretudo o modo operante por ser mulher e negra que consequentemente também simbolizam e criam significados sobre essas realidades para além de uma teoria mecânica e abstrata. A exemplo, segundo Collins (2019, p. 314-315):

As vivências das mulheres negras nos Estados Unidos como mãe de criação fundamentam a conceituação do ativismo político das mulheres negras. Tanto a experiência de receber cuidados durante a infância como a de ser responsável por irmãos e parentes de criação no interior de redes de parentesco podem estimular uma ética de cuidado e responsabilidade pessoal entre os afro-americanos. Essas mulheres não apenas se consideram responsáveis por seus familiares como sentem uma conexão com todas as crianças da comunidade negra. [...] De acordo com essa ética, a família e os líderes de comunidade imbuíram nas mulheres de maior instrução da amostra o desejo de usar seus estudos de maneira socialmente responsável. Consequentemente, essas mulheres não se tornam apenas professoras, enfermeiras, assistentes sociais e bibliotecárias; elas se tornam [...] líderes políticas e sociais (SHAW, 1996, p. 2 apud COLLINS, 2019, p.315).

A ética do cuidado é muito comum entre as comunidades negras e a tradição das mães de criação, o que ficou evidente nas escrituras. Em minha trajetória, quando minha irmã exercia esse papel, ao ter que assumir a responsabilidade de criar eu e meu irmão mais novo,

na relação de cuidado com os outros coleguinhas, na trajetória de Evaristo desde o cuidado de sua tia mãe que a cuidou para que sua mãe conseguisse alimentar os demais filhos, quando Evaristo passa a cuidar de seus irmãos e de outras crianças da comunidade. Não só nestes exemplos práticos apresentados, mas outras situações, sobretudo os caminhos que tanto eu, quanto minha irmã, Evaristo e até mesmo Seni do conto de Shirley Paixão seguimos enquanto profissões e de maneira socialmente responsável, fincadas na ética do cuidado com o outro, com aqueles em situações de vulnerabilidade, o público da assistência social, da saúde e os alunos das escolas públicas em sua grande maioria negros e negras. Como afirma Collins (2019, p. 315):

Uma vez que fatores como as diferenças de classe social entre os próprios afro-americanos, a região do país e o nível de discriminação racial em torno de moradia, educação, mercado de trabalho e serviços públicos influenciam enormemente a organização das comunidades das mulheres negras, a tradição das mães de criação que caracteriza o trabalho comunitário das mulheres negras ganha formas muito diferentes. Uma delas diz respeito à influência dessas ideias nas relações cotidianas entre mulheres, crianças, jovens negros. Historicamente, relações cotidianas entre mulheres negras são mães de criação para todas as crianças negras da comunidade permitiu que afro-americanas tratassem crianças com as quais não tinham laços sanguíneos como membros de sua própria família.

Essa relação teórica e prática nos possibilita visualizar que a ética do cuidado potencializa a ideia de que a experiência de vida também é conhecimento, valorizando o diálogo direto entre nós, que também é produção de conhecimento. A autora lança luz a produção de saberes, na tradição oral dos cânticos, das músicas, das lendas, das fábulas que eram contadas por essas mulheres que trazem consigo histórias reais, aborda a esperança, o amor e o empoderamento entre outras formas de sobreviver ao nos relacionar enquanto corpos femininos negros oprimidos, mas que por meio dessas estratégias resistem. Collins valida a biografia a trajetória de vida, a experiência que é acumulada dentro de um campo de trajetória da mulher negra.

Diante da base conceitual, produzida por mulheres negras, inclusive a produção de conhecimento de Collins, hoje a academia pode ser um espaço possível de nos colocar enquanto intelectuais negras e assim temos feito. Isso porque, é “passível de tencionar os padrões vigentes e constituir marcos de validação do pensamento teórico que estejam alicerçados em critérios que tenham por centro as dimensões do pensamento de mulheres negras” (WINNIE BUENO, 2019, p.13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o processo de escrita e vivência da minha jornada intelectual iniciada em 19 de julho de 1982 até julho de 2021, pude compreender que a experiência de vida do meu corpo feminino negro em movimento no sul do Brasil, em Maringá, estado do Paraná, cidade racista, machista e classista, embora seja uma experiência individual é também coletiva, não sou a única que vivi, vi, ouvi, senti, resisti e sobrevivi as opressões de gênero, raça e classe. Assim como eu, minha mãe e irmã existem muitas outras mulheres negras. Não faço essa reflexão no sentido de homogeneizar todas as histórias de mulheres negras, pelo contrário, entendo que somos singulares, cada qual traz a sua subjetividade em suas experiências, cada qual viveu, vive, viu, vê, sentiu, senti, resistiu, resiste, sobreviveu e sobrevive a partir de suas condições objetivas, particularidades de seu corpo feminino e negro em movimento nos espaços que transita. Entretanto, nossas histórias se conectam e juntas formamos um coletivo de mulheres negras que historicamente foram e são oprimidas pelo sistema interseccional.

Ainda, essas estruturas dominantes têm exercido muito bem o seu papel de dominação, o de nos oprimir, nos desumanizar, coisificar, objetificar, nos impôs historicamente a condição de subalternidade e a nós, enquanto ato insubmisso, temos confrontado, lutado por mudanças e resistindo, além de estarmos sobrevivendo há século, inclusive dentro da própria academia, principalmente nas ciências sociais. Não é por acaso que a presente pesquisa se concretizou, logo, foi possível dar visibilidade a vozes de várias intelectuais negras, vozes insubmissas, não somente, das ciências sociais, mas também da literatura, do meio artístico, cultural e mulheres como minha mãe Ilda Pereira de Azevedo, irmã Salete Gil de Azevedo, Rosangela Cardoso, Shirley Paixão, Seni, entre outras Marias, Mahins, Marielles, Malês.

Pude compreender que, embora a pesquisa foi exigindo de mim leituras, reflexões, entendimento e a necessidade de abordar alguns períodos históricos, conceitos e teorias, a exemplo período colonial, pós-colonial, colonialismo, colonialidade, democracia racial, eurocentrismo, epistemologias ocidentais, racialização, lugar de fala, feminismo, movimento negro, filosofia afrocentrada, teorias raciais, democracia racial, ações afirmativas, pensamento social marxista, diáspora negra, entre várias outras terminologias que aparecem nesta pesquisa e que não foi aprofundado ou citado diretamente, sem perceber, seguia a linha do trabalho de Collins por considerar importante as ideias e não os rótulos que são vinculados a elas. Todavia, tenho muito respeito as produções realizadas por pesquisadoras (es) sobre essas temáticas de extrema importância para a materialidade desta pesquisa, sendo assim, trouxe o conteúdo e indicações de leituras nas notas de rodapé para auxiliar os leitores e dar visibilidade as teorias.

Destaco que esse processo não aconteceu de forma intencional, foi involuntário seguir os caminhos que a pesquisa foi sendo conduzida pelas teorias e análises reflexivas e que ao fim deixou explícito o que estava pulsando desde o início do trabalho, a importância em dar atenção e identificar as formas de resistência presente nas escrituras, nas histórias de vida de mulheres negras. No decorrer da pesquisa, pude identificar que a escritura estava cumprindo a sua função e estava me guiando para a construção de novas narrativas, para a produção de conhecimento na perspectiva das mulheres negras e pude perceber que exigia de mim atenção em pequenos detalhes do cotidiano e que ganhava concretude na própria escritura, enquanto ferramenta metodológica capaz de tornar visível a condição de subalternidade imposta as mulheres negras, a exclusão, as violências, a marginalização e a falta de acesso a direitos sociais e humanos, principalmente como resistimos, SO-BRE-VI-VE-MOS.

A exemplo, a presença do afeto, da solidariedade entre as relações das mulheres negras, com as suas e o seus, sentimentos, dores, a busca por sobrevivência em todo nosso processo histórico, talvez, porque as opressões sejam muito latentes e resistimos intensamente a cada momento. As lembranças das opressões e resistências se faziam muito presente ao teorizar, quando percebi que a potência da escrita das mulheres negras tomava conta de mim, elas são fortes, insubmissas e, assim como as opressões, elas também são latentes, procurei respeitar esse processo de escrita feminista negra e que está presente na escrita de Patrícia Hill Collins, Lélia Gonzalez principalmente nas escrituras de Conceição Evaristo. Ou seja, acredito que nesse caminhar vivido, visto, ouvido, sentido, pensado e escrito a escritura cumpriu a sua função como ferramenta metodológica analítica, por vários motivos, pode contribuir com a teoria social crítica feminista negra dentro das ciências sociais.

Primeiro, porque a escre-vi-vência é fruto de trabalho intelectual de Conceição Evaristo e de resistência que se concretizou na literatura. Segundo, a sua voz e escrita foi um ato insubmisso, político, criativo e estratégico contra o racismo para borrar do imaginário social a imagem da mãe preta, a imagem submissa e objetificada, de controle e que não representa a luta de resistência das nossas ancestrais. Em *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), a autora, denuncia as violências que cerceiam os corpos de mulheres negras, inclusive opressões que já viveu. As experiências de vida presente nas histórias das protagonistas ora se confundem com opressões que também viveu, narrativas de vivências opressoras que é de práxis aparecer em outras obras, nessa em particular, as protagonistas tornam-se todas insubmissas e, a principal, a narradora e a autora exercem a inscrição de um corpo feminino negro, que ao escrever se inscreve como se vê, sente, pensa e é vista, se empodera e age contra opressões interseccionais denunciadas em sua obra. Assim como eu fiz após ter acesso à história de Shirley Paixão e de

Seni, marcadas por violências física, psicológica e sexual, e que se conectou com a minha história, com a de Celie protagonista em a Cor Púrpura e a própria autora da obra Alice Walker, entre outras mulheres negras da diáspora. Tais violências são denunciadas pelas vozes e escritas acadêmicas dentro das ciências sociais e na literatura, nas músicas negras, como no samba e blues, fruto de luta e resistência das mulheres negras e que atravessam o atlântico e se conecta com outras vozes e escritas que ecoam transformação social e clamam por um mundo mais justo e igualitário.

Portanto, a escrevivência é uma ferramenta metodológica transformadora e nos possibilita criar narrativas a partir das experiências de vida das mulheres negras, instrumento que serve para contar histórias de vida individuais de mulheres negras, desde que seja para pensar em um coletivo de corpos femininos negros. Não somente, mas essa ferramenta é capaz expor as marcas das opressões, torna visível, traz concretude a condição de subalternidade das mulheres negras em uma sociedade racista, machista e capitalista.

A escrita e vivência de mulher negra, ato insubmisso de Conceição Evaristo foi essencial para a materialidade desta pesquisa. A escrevivência de Conceição, assim como o seu corpo feminino negro que enuncia insubmissão, produz saberes ancestrais, voz que ecoa transformação social, sobretudo neste país que insiste em nos oprimir, assim me empoderou e me encorajou a fazer do silêncio, das dores, das feridas que ainda sangravam e que, hoje, após expurgá-las a partir do ato político e insubmisso de escrever minha trajetória, toda minha jornada intelectual como forma de se opor as opressões interseccionais, posso dizer que o ato de escre-viver é libertador, literalmente li-ber-ta-a-dor, sinto minhas feridas cicatrizando, não mais sangram, não doem como antes, pois me fortalecem e me instiga a denunciá-las e lutar por dias melhores para que nossas meninas negras futuramente tenham outras histórias para viver, ouvir, ver e contar.

Contudo, após a escrevivência da minha trajetória, minha jornada intelectual, sei onde foi ferido, quem feriu, como, os porquês e principalmente sei como resisti e, hoje, junto-me a outras vozes oprimidas, entretanto insubmissas, e que ecoam transformação social em prol de justiça social para todos os oprimidos e oprimidas seja pela sua cor, etnia, sexualidade, religião, região, nação, etc.

Por fim, e não menos importante esta pesquisa por meio das escrevivências conectou com todas as vozes e escritas intelectuais das sujeitas da pesquisa deixando explícito na individualidade de cada sujeita protagonista as mais variadas formas estratégicas e criativas de resistência presente na vida das mulheres negras, toda a produção de conhecimento dessas intelectuais falam SOBRE-VIVER. Como as mulheres negras escravizadas sobreviveram,

como nós suas descendentes sobrevivemos cotidianamente enquanto corpos femininos e negros subjugados historicamente, em movimento e com muita insubmissão resistimos as opressões interseccionais, estruturas dominantes criadas pelo colonizador o homem branco, cristão, hétero, da elite e que também beneficiam as mulheres brancas. Embora sermos violentadas por existir, nascer mulher e negra nesse sistema excludente não pensado para nós, pelo contrário, pensado estrategicamente para nos dominar, portanto ao entender nos opomos a essa estrutura que nos exige lutarmos cotidianamente das mais diversas formas estratégias e criativas logo resistir enquanto mulheres negras.

Essa pesquisa é parte de uma longa jornada desafiadora que ainda temos pela frente e como não acaba por aqui, finalizo fazendo algumas outras considerações e indagações. Como Collins em sua obra, este trabalho não tem intenção alguma de apresentar o estudo como uma verdade absoluta, afinal o pensamento feminista negro não caminha para este viés, é literalmente oposto a um olhar único e neutro, é um de vários projetos que buscam por justiça social, respeita as particularidades, individualidades, as pluralidades e toda a diversidade de seres humanos as suas mais diversas formas de saberes.

Ao escrever toda minha jornada intelectual e transitar por várias teorias, além das histórias de mulheres negras narradas seja por meio de poesia, escrevivência, samba, blues, filmes, documentário e ouvidas ao meu entorno nas minhas vivências cotidianas e em trabalhos acadêmicos, pude perceber a ausência dos direitos fundamentais de sobrevivência, inerente a toda ser humano, os direitos mínimos e necessário para viver com dignidade: a moradia, o alimentar, de ser criança, adolescente, a ter um trabalho, ter profissionalização, acessar educação com qualidade e pública, ir e vir com segurança, respeito a individualidade, igualdade, equidade, saúde, a cultura, ao lazer, o direito a fala, o direito a escrita, a pensar, a propriedade, a produzir conhecimento, entre outros direitos humanos e sociais com palavras bonitas de escrever e falar, embora significativas para garantir uma vida digna aos cidadãos brasileiros e garante, para alguns, desde que não sejam corpos estranhos, desumanizados, inferiorizados, subalternizados e muito menos que não seja descendente de povos escravizados e nasça mulher.

Finalizo a pesquisa ainda com indagações: Eu, minha mãe, minha irmã, minhas sobrinhas, a Rosangela Cardoso, a Conceição Evaristo, a dona Joana, a Maria Carolina de Jesus, a Shirley Paixão, a menina Seni, a Lélia Gonzalez, a Sueli Carneiro, a Marielle Franco, a dona Ivone Lara, a Nina Rosa, a mãe Beata, a Miriam Alves todas as mulheres negras citadas nesta pesquisa, entre outros milhares de brasileiras, milhares e milhares de mulheres negras da diáspora, não somos humanas e cidadãs? Até quando seremos tratadas de forma desumana? Até quando teremos que lutar por sobrevivência, resistir para sobreviver e garantir nossa existência?

É árduo, doe no âmago, mesmo que minhas condições de vida e de muitas mulheres negras tenham melhorado e ecoamos transformação social, muitas vozes negras ecoam dor e desespero, ouço suas vozes, sinto suas dores, ecoou por justiça social pelas suas vozes silenciadas, mas precisamos de mais pessoas engajadas, mais vozes unidas em um só canto, o de justiça social.

Até quando teremos que resistir sendo estupradas, comendo restos de comida, trabalhando horas e horas exaustivas no trabalho braçal para garantir um lugar de morada, para pôr o alimento na mesa, sendo tratadas como mulas, objeto de desejo, tendo a infância roubada, exercendo dupla, tripla jornada, tendo que ficar em silêncio ao ser violentada, ofendida, desrespeitada, humilhada, servindo nossos opressores, cantando e escrevendo para expurgar as dores, sendo excluídas e deslegitimadas, com medo da escrita, mas sempre em movimento? Até quando? Sozinhas é impossível, precisamos de mais pessoas engajadas nessa causa, precisamos de você e de quem mais puder trazer contigo. Seja bem-vinda a presença de todas, todos e todes nessa luta, a começar respeitando nossa história.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Feminismos Plurais. Belo Horizonte – MG: Letramento: Justificando, 2018.

AVELAR, Lucia. **Mulheres na elite política brasileira.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BAIROS, Luiza. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder** (SEPPPIR 1999-2015). Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder/view>>. Acesso em 25 jan. 2019.

BUENO, Winnie Campos. Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. **Dissertação.** Escola de Direito. UNISINOS, 2013. Disponível em: <

http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Campos%20Bueno_.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 30 dez. 2020.

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras falas:** Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. **Tese.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em 21 jul. 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial. Portugal e Brasil-Colônia.** 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo negro edições, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo.** A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 04 abril. 2019.

CARVALHO, José Jorge de. 2005. **O confinamento racial do mundo acadêmico dos brasileiros.** Revista USP, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13485>>. Acesso em 10 mar. 2019.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. 2001. **Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo. 2019.

COSTA, Joaze Bernardino. TORRES, Nelson Maldonado. GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico.** 2ª edição. São Paulo. Autêntica. 2018.

CRESSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Estudos Feministas, 2002. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 08 fev. 2020.

DALCASTAGNÊ, Regina. **Sombras na cidade: o espaço na narrativa brasileira contemporânea** in Literatura e Exclusão – Estudos de literatura brasileira contemporânea. Brasília, janeiro/junho de 2003. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9619>>. Acesso em 23 jun. 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo 2016.

DUARTE, Constância Lima. CÔRTEZ, Cristiane. PEREIRA, Maria do Rosário. **Escrevivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte. Idea. 2016.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org). **Escrevivência a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Editora Mina comunicação, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: < <https://www.itausocial.org.br/divulgacao/escrevivencia-a-escrita-de-nos/>>. Acesso em 20 de fev. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face**. Texto apresentado na mesa de escritoras convidadas do Seminário Nacional X Mulher e Literatura – I Seminário Internacional Mulher e Literatura/ UFPB – 2004.

EVARISTO, Conceição. **Dos sorrisos, dos silêncios e das falas**. Texto publicado In Mulheres no Brasil – Resistência, lutas e conquistas, (org) Liane Schneider e Charliton Machado, João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 2009 b.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita**. Texto apresentado na Mesa de Escritoras Afro-brasileiras, no XI Seminário

Nacional Mulher e Literatura/II Seminário Internacional Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>>. Acesso em 12 de fev. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Dissertação**, Mestrado em Literatura Brasileira-Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1996.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte. Nandyala. 2011.

FERREIRA, Amanda Crispim. Escrivência, as lembranças afrofemininas como lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. **Dissertação**. Programa de Pós-graduação em Estudos literários. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, Tempo Presente e História**. Rio de Janeiro: TOPOI, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da Família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**: Lélia Gonzalez. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Estudos Sociais Hoje, Brasília: ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GONZÁLEZ, Lélia. **Entrevista.** Jornal MUNU (Movimento Negro Unificado), n. 19, p. 8-9, maio-junho 1991. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2013/07/entrevista-lelia-mnu.pdf>>. Acesso em 19 de jun. 2019.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro. Bazar do tempo. 2020.

HOOKS, Bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais.** São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras.** In: Revista Estudos Feministas, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 468. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>>. Acesso em 11 de jun. 2020.

IBGE/PNAD. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.** Síntese de indicadores sociais. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em 2 de ago. 2018.

INEP. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>>. Acesso em 2 de ago. 2018.

INFOPEN: **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>, publicado em 2016. Acesso em 8 de set. 2018.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. Ed. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 2008-2016. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/terceiraedicao.pdf>>. Acesso em 9 de set. 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 10 edição. 2018.

JOSÉ, Jorge de Carvalho. - **A política de cotas no ensino superior**: Ensaio descritivo e analítico do Mapa das ações afirmativas no Brasil (2012).

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro. Cobogó. 2019.

LITERAFRO. Conceição Evaristo. **Dados biográficos**. Disponível em:<<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso em: 25 jan.2021.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. **Mulheres jovens negras e vulnerabilidade ao HIV/ Aids: O lugar do Racismo**. In: TAQUETTE, Stella R. (org) **Aids e juventude**: gênero, classe e raça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider, ensaios e conferências**. Belo Horizonte. Autentica editora, 2019.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>>. Acesso em 7 de set. 2020.

MACHADO, Barbara Araújo. **“Escre(vivência)”**: a trajetória de Conceição Evaristo. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso: 18 janeiro 2021.

MEDINA, Alessandra. MOVIMENTO NEGRO HISTÓRIA, IMPORTÂNCIA, REALIDADE E PERSPECTIVAS. Revista NEIAB. Educação, religiosidade e cultura na perspectiva das relações raciais. Volume 3 n 1, jun. 2019.

MOREIRA, Nubia Regina. O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. 121p. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278996>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

MUNANGA, Kabengele & GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Educação Multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira**. Teoria e prática da educação, Maringá, v. 7, n. 3, p. 343-348, setembro de 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. (Coleção Estudos brasileiros) São Paulo: Editora Paz e Terra. v. 30, 1978.

OLIVEIRA, Margarete Aparecida de. Narrativas de favela e identidades negras: Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. **Dissertação**. Programa de Pós-graduação em Estudos literários. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **A trajetória de uma intelectual negra: uma voz subalternizada?** In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador de 7 a 11 de agosto, 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/321076709/A-TRAJETORIA-DE-UMA-INTELECTUAL-NEGRA-UMA-VOZ-SUBALTERNIZADA-Ana-Claudia-Pacheco>>. Acesso: 02 de março de 2019.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. 2016. 294 f. **Tese (Doutorado em Ciência Política)** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PLANALTO. **Lei 10369/03 História da África e Cultura Afro-brasileira**, Práticas Docentes, Relações Raciais e a Aplicação da Lei 10369/03. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.html>. Acesso: 15 maio de 2018.

Revista literária Mahin: **Conceição Evaristo**: A escrevivência como fundamento Ano 2, Número 3, dezembro 2020. Disponível em: < https://15679d3a-3695-4e85-b392-ab661f9a44a6.filesusr.com/ugd/0a154a_3374f597144c4953a541ea527fa30143.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Feminismos Plurais. São Paulo. Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Theodosina Rosário. **13 mulheres negras brasileiras de destaque na política**.

Disponível em:

<<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IaWScRoWDIsJ:https://www.geledes.org.br/13-mulheres-negras-brasileiras-de-destaque-na-politica/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso: 8 de setembro de 2019.

SENADO. **Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o protagonismo dos negros nas esferas de poder**. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/05/representatividade-dos-negros-na-politica-precisa-aumentar-defendem-debatedores>>. Acesso em 05 de ago. 2019.

SILVA, Maria Nilza. **Mulher Negra**. Espaço Acadêmico, n.22, março de 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>>. Acesso em 5 de mar. 2021.

SILVA, Juliana. **Doutoras professoras negras:** o que nos dizem os indicadores oficiais. (2010). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19/17811>>. Acesso: 09 set. 2019.

WASELFISZ, J. Júlio. **Homicídio de Mulheres no Brasil.** Mapa da Violência 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em 20 setembro. 2019.